



UNIVERSIDADE DE BRÁSÍLIA - UnB
Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão Pública - FACE
Mestrado em Economia e Gestão do Setor Público

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

MAGDA SIFUENTES DE JESUS

Orientador: Prof. Dr. Carlos Alberto Ramos

Brasília – DF
Dezembro de 2016

A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO NO BRASIL

Dissertação apresentada ao Departamento de Economia da Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia.

Aprovada por:

Prof. Dr. Carlos Alberto Ramos
Presidente – Orientador (UnB/FACE)

Prof. Dr. Roberto Hellery
Membro (UnB/FACE)

Prof. Dr. Luis Carlos Cavalcanti de Albuquerque
Membro Externo (UnB/FACE)

Prof^a. Dr^a. Geovana Lorena Bertussi
Suplente (UnB/FACE)

Brasília, 05 de dezembro de 2016.

Jesus, Magda Sifuentes

A participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil / Magda Sifuentes de Jesus –

12x f.:il.

Dissertação (Mestrado em Economia e Gestão Pública) –
Universidade de Brasília, Faculdade de Economia, Administração,
Contabilidade e Gestão Pública / Departamento de Economia, 2016.
Orientação: Prof. Dr. Carlos Alberto Ramos.

1. Mercado de trabalho. 2. Desigualdade de renda. 3. Educação e
emprego. 4. Taxa de participação no mercado de trabalho. 5.
População economicamente ativa. 6. População ocupada.

AGRADECIMENTOS

Aos meus pais, Pedro e Maria, que sempre me incentivaram a dar continuidade aos estudos. Aos meus filhos, Rafael e André, por terem me incentivado e apoiado na minha jornada em Brasília.

Ao meu companheiro Benny, um agradecimento muito especial pelo apoio constante desde o início do mestrado à finalização da pesquisa, contribuindo com seus esclarecimentos e demonstrações de carinho, permitindo-me concretizar este sonho.

Agradeço ao meu orientador, Prof. Carlos Alberto, pelo acompanhamento e orientação desta pesquisa, sempre disponível permitiu-me chegar à reta final.

Aos membros da banca, Prof. Luis Carlos e Prof. Roberto Hellery, que me ajudaram com críticas e contribuições tão significativas para as correções deste projeto.

“Somos o que lemos. Tanto em nossa vida profissional quanto pessoal, somos julgados pela informação que utilizamos. A informação que ingerimos molda nossa personalidade, contribui para as ideias que formulamos e dá cor à nossa visão de mundo.”

Wurman (1991, p. 29)

RESUMO

O desafio das mulheres para inserção no mercado de trabalho é maior que o dos homens, visto que elas acumulam as atividades domésticas e profissionais e se deparam também com outras questões, como os aspectos culturais, que as colocam em desigualdade em relação aos homens. O crescimento da PEA e da população desocupada feminina, aliado a outros fatores, podem ser considerados como grandes desafios na busca de uma melhor colocação no mercado de trabalho. Nossas análises se basearam nos dados das PNADs de 1995 a 2014, visto que nestas se concentram um grande número de informações relevantes, coletadas anualmente pelas pesquisas domiciliares do IBGE.

Os resultados apontaram para a continuidade do crescimento da participação feminina no mercado de trabalho, no período de 1995 a 2014. O fator educação continua sendo fundamental para uma melhor inserção das mulheres no mercado de trabalho. O percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudo triplicou, com um crescimento de mais de 30,0 pontos percentuais. As mulheres estão entrando no mercado de trabalho mais tarde, a partir dos 20 anos de idade; e saindo mais cedo, a partir dos 60 anos de idade. Entre 15 e 17 anos, homens e mulheres estão se dedicando mais aos estudos. O contingente de trabalhadoras domésticas se manteve elevado, destacando-se entre as demais atividades. O rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade apresentou crescimento, porém, as mulheres continuam recebendo menos do que os homens: elas recebem, em média, 78,5% do rendimento destes.

A tendência de aumento das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro deve considerar, além do fator educação, que as condições econômicas, sociais e culturais sejam propícias.

Palavras-chave: Mercado de trabalho. Desigualdade de renda. Educação e emprego. Taxa de participação no mercado de trabalho. População economicamente ativa. População ocupada.

ABSTRACT

The challenge for women to enter the labor market is greater than that of men, as they accumulate domestic and professional activities and are also faced with other issues, such as cultural aspects, which put them at odds with men. The growth of the PEA and the female unemployed population, together with other factors, can be considered as major challenges in the search for a better job placement. Our analyzes were based on data from the PNADs from 1995 to 2014, since these are concentrated a large number of relevant information, collected annually by the IBGE domiciliary surveys.

The results pointed to the continued growth of female participation in the labor market, from 1995 to 2014. The education factor continues to be fundamental for a better insertion of women in the labor market. The percentage of women with 11 years or more of study tripled, with growth of more than 30.0 percentage points. Women are entering the labor market later, from the age of 20; And leaving early, from the age of 60. Between 15 and 17 years, men and women are devoting themselves more to the studies. The number of domestic workers remained high, standing out among other activities. The average monthly income of people 10 years of age and older has increased, but women still receive less than men: they receive, on average, 78.5% of their income.

The trend of increased participation rates of women in the Brazilian labor market must consider, in addition to the education factor, that economic, social and cultural conditions are propitious.

Keywords: Labor market. Rent inequality. Education and employment. Participation rate in the labor market. Economically active population. Occupied population.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 REVISÃO DE LITERATURA	17
2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS E REFERENCIAIS TEÓRICOS	18
2.1.1 O mercado de trabalho	18
2.1.2 A oferta de trabalho	22
2.1.3 Oferta, demanda e equilíbrio de mercado	31
2.1.4 Renda, distribuição e desigualdade das rendas	32
2.1.5 Indicadores do mercado de trabalho	36
2.2 POR QUE A EDUCAÇÃO É IMPORTANTE?	39
2.3 CONCLUSÕES	52
3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	54
3.1 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO	54
3.2 BEM-ESTAR SOCIAL, POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA	61
3.3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO	64
3.4 CONCLUSÕES	68
4 ANÁLISE DOS DADOS	70
4.1 TAXAS DE PARTICIPAÇÃO MASCULINA E FEMININA	71
4.2 ESTRUTURA FAMILIAR	73
4.3 EVOLUÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO FEMININA POR FAIXA ETÁRIA	75
4.4 A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO	77
4.5 MULHERES E OS NÍVEIS EDUCACIONAIS	82
4.6 MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO	89
4.7 DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS	95
4.8 CONCLUSÕES	101
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	104
REFERÊNCIAS	107
ANEXO A	110

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Taxa de Participação da PEA, por sexo, no Brasil (1995 a 2014)	71
Gráfico 2 - Número médio de pessoas por família residente em domicílio particular, no Brasil (1981 a 2014)	73
Gráfico 3 - Chefe de família, residente em domicílio particular, no Brasil (1995 a 2014)	74
Gráfico 4 - Taxa de participação feminina da PEA, por faixa etária, no Brasil (1995 a 2014)	754
Gráfico 5 - Percentual de Pessoas ocupadas na população de 5 a 14 anos de idade, por grupos de idade e sexo, no Brasil (1995 a 2014)	78
Gráfico 6 - Percentual de pessoas ocupadas de 5 a 14 de idade, na população de 5 anos ou mais de idade, por grupos de idade e atividade do trabalho principal, no Brasil (1995 a 2014)	79
Gráfico 7 - Percentual de pessoas que não eram estudantes, da população de 7 a 14 anos de idade, por sexo, no Brasil (1992 a 2014)	80
Gráfico 8 - Percentual de pessoas que não eram estudantes, da população de 7 a 14 anos de idade, por sexo e grupos de idade, no Brasil (1992 a 2014)	81
Gráfico 9 - Taxa de participação feminina, por anos de estudo, da PEA, no Brasil (1995 a 2014)	821
Gráfico 10 - Média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais de idade, por sexo, no Brasil (1995 a 2014)	84
Gráfico 11 - Média de anos de estudo das mulheres com 10 anos ou mais de idade, no Brasil (1995 a 2014)	85
Gráfico 12 - Pessoas ocupadas com 11 anos ou mais de estudo, na população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, no Brasil (1995 a 2014)	86
Gráfico 13 - Mulheres ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, no Brasil (2001 a 2014)	87
Gráfico 14 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por sexo, no Brasil (1992 a 2014)	88
Gráfico 15 - Nível de ocupação das pessoas em idade ativa (%), por sexo e faixa etária, no Brasil (2001 a 2014)	93

Gráfico 16 - Percentual de mulheres ocupadas na população de 15 anos ou mais de idade, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal, no Brasil (2001 a 2014)	943
Gráfico 17 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos, da população de 10 anos ou mais de idade, no Brasil (1995 a 2014)	965
Gráfico 18 - Variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), Brasil (1995 a 2015) ...	97
Gráfico 19 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, (R\$), no Brasil (2001 a 2014).....	98
Gráfico 20 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, da PEA e valor do rendimento médio mensal, por sexo, no Brasil (2001 a 2014)	99
Gráfico 21 - Mulheres de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal (em R\$), por indicativo de situação e condição de atividade, no Brasil (2001 a 2014)	99100

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição da população residente (%), por sexo (Brasil - 1995 a 2014)	90
Tabela 2 - Indicadores de condição de atividade e de ocupação das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo (Brasil - 1995 a 2014)	90

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, seguindo o perfil dos países da América Latina, de acordo com dados do BID (1999), são observadas grandes variações entre as famílias que estão nos níveis superior e inferior da distribuição de renda. Em geral, essas diferenças estão relacionadas a determinadas características, como salário, tamanho da família e nível de educação. Esses fatores podem ser consequências da estrutura da economia, cultura, etnia e muitos outros fatores sociais. Mas essas diferenças estão também relacionadas com os recursos próprios da família, especialmente a educação de adultos. Dados das pesquisas do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹ demonstram que, enquanto os adultos de uma família de baixa renda têm 5 anos de escolaridade, os de família média tem cerca de 12 anos de escolaridade.

As famílias também diferem em termos de sua probabilidade de trabalhar fora de casa. Dados divulgados pelo BID (1999) sobre avaliação da desigualdade das famílias nos países da América Latina demonstram que dos homens de cada família com possibilidade de trabalho remunerado, 83% são de famílias de baixa renda e 86% de famílias com rendimentos mais elevados. Esses dados demonstram ainda, que é muito menos provável que as mulheres de baixa renda trabalhem fora de casa. E que, na América Latina, 60% das mulheres de uma família de renda superior participa na força de trabalho remunerada, ao passo que as de renda mais baixa apenas 37%.

Outra diferença entre as famílias, que afeta o seu rendimento per capita, diz respeito ao número de filhos. De acordo com os dados do BID (1999), é provável que a família de menor renda tenha três ou mais filhos, enquanto que a de renda mais elevada possua apenas um ou dois filhos. É provável também que essas famílias se diferem também pelo nível de escolaridade dos filhos, um fator que tem implicações no futuro para a desigualdade de renda. Aos 21 anos, os filhos de famílias com rendimentos mais elevados provavelmente completaram 12 anos de escolaridade, enquanto as crianças de uma família com renda menor provavelmente terão completado 7 anos.

¹ Dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada anualmente pelo IBGE, que investiga diversas características socioeconômicas e demográficas dos domicílios brasileiros. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 16 nov. 2016.

No entanto, as características das famílias não explicam todas as diferenças. Elas podem estar relacionadas a fatores culturais ou políticos, mas com forte relação com fatores econômicos, tais como faixas salariais e nível de informalidade. Portanto, o contexto econômico pode alterar o comportamento das famílias e influenciar nas decisões sobre a participação na força de trabalho, no número de filhos e no nível de educação dos filhos.

No Brasil, a partir dos anos 1970, conforme estudos de Letelier (1999), no contexto do acelerado processo de industrialização e urbanização, intensificou-se a participação das mulheres na atividade econômica. A tendência de crescente incorporação da mulher no mercado de trabalho continuou nas duas décadas seguintes. Contudo, o aumento dos postos de trabalho para mulheres foi insuficiente para absorver a totalidade do crescimento da População Economicamente Ativa (PEA) feminina, incrementando, no fim dos anos 1990, o desemprego feminino.

Mesmo diante desse quadro, pesquisas comprovam a crescente a participação das mulheres no mercado de trabalho. (HOFFMAN; LEONE, 2004). Várias mudanças no perfil das trabalhadoras acompanharam esse aumento de participação. Algumas delas estão relacionadas ao perfil etário, ao estado civil e à escolaridade. Estes mesmos estudos demonstram que nos anos de 1980 as mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis de instrução mais elevados e com nível de renda não muito baixo, foram as que mais aumentaram sua participação na renda proveniente do trabalho. E ainda, que nos anos 1990, a continuidade da participação de mulheres, sobretudo das não muito jovens, foi o fator responsável pelo crescimento da PEA. A partir dos anos 1990, a força de trabalho assumiu trações diferentes, tornando-se mais adulta, e com um intensificado aumento da participação feminina. (HOFFMAN; LEONE, 2004).

São várias as circunstâncias que denotam o forte crescimento do número de mulheres adultas ocupadas nos anos 1990. Conforme os estudos de Letelier (1999), uma delas refere-se a permanência de mulheres nos primeiros empregos transitórios, dificultando a inserção das mulheres jovens no mercado de trabalho. De acordo com a autora, em contrapartida, as mulheres em níveis ocupacionais mais elevados, que entraram no mercado de trabalho mais tarde, ocuparam as oportunidades criadas por alguns setores, especialmente o de atividades sociais – saúde, educação, previdência e assistência social.

Nesse contexto, segundo pesquisa do IBGE (2015), a educação passa a exercer papel importante e fator determinante para uma melhor inserção no mercado de trabalho. No Brasil, esse impacto ficou comprovado, já que a média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais de idade passou de 5,2 em 1995, para 7,8 em 2014.

Por outro lado, nos deparamos com o crescimento da população e, com a redução dos índices de mortalidade infantil, o crescimento da população em idade ativa. (IBGE, 2015). Nos anos 1970, formar-se em uma faculdade de primeira linha e obter bom desempenho escolar eram requisitos suficientes para conquistar um bom emprego e lá ficar até se aposentar. Em meados da década de 80, era pouco frequente a mudança de emprego ou de carreira ao longo da vida dos indivíduos e muito menos o constante aperfeiçoamento acadêmico. Já a partir dos anos 2000, para uma melhor inserção no mercado de trabalho, é necessário ter, pelo menos, o nível médio completo ou superior completo.

Não obstante a consolidação da participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, a diferença de renda proveniente do trabalho entre homens e mulheres foi bastante acentuada nos anos 1980, permanecendo nos dias atuais. A tendência de aproximação dos rendimentos do trabalho das mulheres e dos homens foi confirmada por estudiosos do tema (LENE; WAJMMAN, 2000). Segundo os autores, em 1981, o rendimento médio do trabalho da mulher equivalia a 55,7% do rendimento médio do trabalho do homem. Essa relação, em 2002, passou a ser de 70,6%.

Nesse contexto de crescente participação das mulheres no mercado de trabalho, de alterações no perfil das mulheres trabalhadoras e de diminuição das diferenças de rendimentos, é que desenvolvemos nosso estudo. Assim, nosso objetivo é analisar a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, no período de 1995 a 2014, por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), disponibilizada pelo IBGE. Ressaltamos que algumas análises, relativas a estrutura familiar e educação, apresentam dados anteriores a 1995, os quais não foram desprezados por serem relevantes ao tema. Alguns dados relativos à educação constam na base de dados do IBGE a partir do ano de 2001. No entanto, a ausência destes para o período de 1995 a 2001 não prejudicou nossas análises.

Conforme os estudos de Ramos (2012, p. 99), a base de dados do IBGE é considerada como o principal referencial das pesquisas sobre o mercado de trabalho por ser extensa, possuir histórico anual e cobertura nacional, com amplas informações domiciliares. (RAMOS, 2012, p. 99).

Dado esse contexto, estruturamos nosso trabalho em uma dissertação, composta por 5 (cinco) capítulos. Esta introdução geral compõe o primeiro capítulo. No segundo capítulo apresentaremos as bases conceituais e os referenciais teóricos que norteiam as discussões em torno das variáveis diretamente relacionadas ao mercado de trabalho e outros temas a ele associados, como pobreza, desigualdade de renda, bem-estar social, dentre outros temas, inserindo nesse contexto os fatores que influenciam a participação da mulher. Um apêndice que complementa esse segundo capítulo será anexado a este trabalho, no qual contempla os principais conceitos e definições utilizadas pelo IBGE nas pesquisas domiciliares. Neste apêndice, abordaremos ainda, a importância das bases estatísticas do Brasil para a realização de estudos relacionados ao tema do nosso trabalho.

No terceiro capítulo destacaremos as evidências empíricas sobre temas relacionados ao nosso estudo: desigualdade e distribuição de renda; e bem-estar social, pobreza e desigualdade de renda. No quarto capítulo, faremos as análises para as quais nosso estudo se propõe. Apresentaremos dados que demonstram a participação da mulher no mercado de trabalho, segundo diversos recortes populacionais. Utilizaremos os dados das PNADs dos anos de 1995 a 2014, cuja amostra dos domicílios abrange todo o país, exceto a área rural dos Estados da antiga região norte no País.² Durante as análises, buscaremos responder algumas questões, tais como:

- a) nos últimos 20 anos, continua crescente a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro?
- b) quais os fatores que contribuem para esse aumento da participação? O fator “educação” continua relevante?
- c) as novas gerações de mulheres passaram a integrar o mercado de trabalho? Qual a faixa etária de mulheres que predominam?

² Os estados do Acre, Amapá, Amazonas, Pará, Rondônia e Roraima compunham a antiga região norte do País.

Ao final do quarto capítulo descrevemos uma síntese das principais conclusões. Ao final, no quinto capítulo, apresentaremos as considerações finais. De acordo com os dados que apresentamos neste trabalho desenvolveremos as principais tendências e expectativas relacionadas ao tema proposto. E ainda, poderemos avaliar os objetivos propostos e responder as questões levantadas durante o nosso estudo.

2 REVISÃO DE LITERATURA

A partir dos anos 1980, vivenciamos o aumento do desemprego, representando uma tendência que acompanha a modernização das sociedades, cujos efeitos resultaram na acentuada dispersão de rendimentos e a pobreza passa a ocupar lugar central na agenda dos debates. De acordo com Ramos (2005), essa dinâmica está associada aos resultados do mercado de trabalho ou a outras variáveis, como a educação. Nesse sentido, Ramos avalia que “os resultados concretos do funcionamento de um mercado de trabalho devem ser pesquisados tanto à luz das teorias quanto das instituições que o regulam” (RAMOS, 2012, p. 12). Pois, conforme o autor, o desenvolvimento teórico é de extrema relevância para pautar o debate e subsidiar as alternativas de política.

Nessa perspectiva, nosso objetivo neste capítulo é apresentar as bases conceituais e os referenciais teóricos que norteiam as discussões em torno das variáveis diretamente relacionadas ao mercado de trabalho, bem como outros temas a ele associados, como pobreza, desigualdade de renda, bem-estar social, dentre outros temas, inserindo nesse contexto os fatores que influenciam a participação da mulher.

O arcabouço teórico é de singular relevância para a nossa pesquisa, uma vez que possibilita o entendimento das formas de inserção no mercado de trabalho e de temas correlacionados (segmentação, distribuição, pobreza etc.), bem como a dimensão do seu funcionamento. Para, assim, facilitar a abordagem das particularidades que norteiam a participação da mulher nesse contexto.

Dado esse contexto, estruturamos este capítulo em duas partes, de modo a proporcionar um melhor entendimento sobre os referenciais teóricos que auxiliaram a nossa pesquisa. Na primeira parte apresentaremos os principais conceitos e referenciais teóricos que nos serviram como bases para o desenvolvimento desta pesquisa, inseridos nos seguintes tópicos: mercado de trabalho; oferta de trabalho; oferta, demanda e equilíbrio de mercado; renda, distribuição e desigualdade de rendas; e os indicadores do mercado de trabalho. Na segunda parte apresentaremos a trajetória e a importância dada à educação, no contexto do mercado de trabalho, e as suas contribuições para a melhoria das condições de vida das pessoas, com enfoque voltado para pobreza, bem-estar e desigualdade de renda. Por derradeiro, as conclusões deste capítulo.

Este capítulo será complementado por um anexo, no qual demonstraremos os principais conceitos e a importância das bases estatísticas do Brasil para a realização dos estudos relacionados ao mercado de trabalho, com particular detalhe para a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e suas principais definições (PIA, PEA, ocupação, rendimentos etc.). Este anexo traz também os principais conceitos desenvolvidos pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relativos às pesquisas domiciliares.

2.1 PRINCIPAIS CONCEITOS E REFERENCIAIS TEÓRICOS

Nosso objetivo nesta sessão é apresentar os principais conceitos e referenciais teóricos que deram sustentação à pesquisa. Neles apresentamos diferentes concepções teóricas com as suas especificidades e particularidades, os quais deram sustentação à pesquisa. Os temas abordados são relacionais ao mercado de trabalho – conceitos e indicadores, oferta de trabalho, demanda e equilíbrio de mercado e desigualdade de renda.

2.1.1 O mercado de trabalho

Nossa análise sobre o mercado de trabalho foi baseada no estudo apresentado por Chahad (2004), que identifica nas consequências do sistema capitalista de produção (em especial, a utilização do trabalho assalariado em larga escala), as bases teóricas que identificam o mercado de trabalho como uma instituição fundamental ao funcionamento da economia.

Nesse contexto, o mercado de trabalho funciona como uma compra e venda de serviços de mão de obra, ou seja, como um ambiente que trabalhadores e empresários se confrontam e determinam conjuntamente os níveis de salários, o nível de emprego, as condições de trabalho e os demais aspectos relativos às relações entre capital e trabalho. É nesse “ambiente” que se configura o processo de negociações coletivas para a definição de níveis salariais e outras questões pertinentes, sendo que, algumas vezes esse processo ocorre com a interferência do Estado.

O mercado de trabalho se classifica em formal e informal.³ O mercado formal contempla as relações contratuais de trabalho, em grande parte determinadas pelas forças de mercado, ao mesmo tempo em que é objeto de legislação específica que as regula. Por sua vez, o mercado informal de trabalho existe em contraposição ao mercado formal. Nele, prevalecem regras de funcionamento com um mínimo de interferência governamental.

Ainda que a dimensão do mercado informal seja relativamente grande num país em desenvolvimento como o Brasil, a dinâmica da economia é fornecida pelo setor formal. No entanto, segundo Chahad, “[...] a dimensão e o funcionamento do mercado informal estão intrinsecamente ligados ao que ocorre no núcleo capitalista de produção, no qual desponta o papel do mercado formal de trabalho” (CHAHAD, 2004, p. 381).

Conforme observa Chahad (2004), do ponto de vista microeconômico, o mercado de trabalho constitui-se num caso particular da teoria dos preços, sendo imprescindível na determinação dos níveis de salários e emprego. Já, do ponto de vista macroeconômico, ele contribui para a compreensão da determinação do nível de demanda agregada, do produto e do emprego, desempenhando papel fundamental ao lado dos mercados de bens e serviços, monetário e também de títulos.

Observamos a importância socioeconômica do mercado de trabalho para a formação das inúmeras variáveis de profunda repercussão sobre o cotidiano dos trabalhadores, tais como: salários (reais e nominais); desemprego; rotatividade; produtividade; além das determinadas condições de trabalho e subsistência dos indivíduos.

Enfatizamos a importância da compreensão dos aspectos pertinentes ao mercado de trabalho devido à sua relação com outros aspectos relevantes, tais como: crescimento populacional; necessidade de absorção de mão de obra; migrações; e pobreza. Chahad (2004) salienta que, de acordo com a ótica econômica, grande parte do ajuste da economia no Brasil tem recaído sobre o

³ Classificação dada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT). A OIT foi criada em 1919, sobre a convicção primordial de que a paz universal e permanente somente pode estar baseada na justiça social. É a única das agências do Sistema das Nações Unidas com uma estrutura tripartite, composta de representantes de governos e de organizações de empregadores e de trabalhadores. A OIT é responsável pela formulação e aplicação das normas internacionais do trabalho (convenções e recomendações). As convenções, uma vez ratificadas por decisão soberana de um país, passam a fazer parte de seu ordenamento jurídico. O Brasil está entre os membros fundadores da OIT e participa da Conferência Internacional do Trabalho desde sua primeira reunião.

mercado de trabalho. Essa definição revela o quanto os trabalhadores são penalizados na forma de quedas de salário real, elevação do desemprego, aumento da miséria e deterioração das condições de trabalho.

Nesse contexto, a dinâmica do mercado de trabalho é explicada por meio do crescimento econômico, visto que este pode elucidar os principais indicadores deste mercado. Nessa perspectiva, poderíamos dizer que com o crescimento econômico, os salários reais sobem, devido ao fato de que mais bens são colocados à disposição da coletividade, assim como o nível de produtividade do trabalho é maior.

Em oposição à tese da contribuição do mercado de trabalho para a força econômica, Stiglitz (2013) argumenta que uma maior proteção dos trabalhadores pode corrigir os desequilíbrios do poder econômico. Essa proteção “[...] conduz a uma força laboral de melhor qualidade, com trabalhadores mais leais às empresas e mais dispostos a investir em si próprios e nos seus empregos” (STIGLITZ, 2013, p. 131). No seu entendimento, uma maior proteção dos trabalhadores pode contribuir também para uma sociedade mais coesa e para melhores postos de trabalho.

Nesse contexto, de acordo com Chahad (2004), nenhuma inferência pode ser extraída com relação à distribuição e renda. A argumentação é que o emprego cresce porque se ampliam as oportunidades de trabalho, seja pelo surgimento de novas ocupações, seja pelo aumento de novas vagas em firma já instalada. Dessa forma, a produtividade cresce em função da utilização de maior quantidade de capital ou de instrumentos de trabalho tecnologicamente mais avançados, por unidade de trabalho. Além disso, os trabalhadores se tornam mais eficientes porque são treinados e educados. A rotatividade cresce devido à ampliação das oportunidades de emprego e, como consequência, os trabalhadores têm maiores chances de mobilidade ocupacional ou mesmo de buscar maior salário na mesma ocupação (CHAHAD, 2004).

Em contraponto, de acordo com Stiglitz (2013), o padrão e a magnitude das mudanças de remuneração do trabalho como parte da receita nacional são “[...] difíceis de reconciliar com qualquer teoria que se baseie somente em fatores econômicos convencionais” (STIGLITZ, 2013, p. 131). Acompanhando o autor, temos a compreensão de que a desigualdade pode ser, ao mesmo tempo, causa e consequência da quebra de coesão social durante as últimas quatro décadas.

Conforme observado por Chahad (2004), o mercado de trabalho se configura por um fenômeno cíclico, com ciclos de expansão e de recessão que se sucedem

com maior rapidez. Assim, os indicadores de produtividade, oportunidades de emprego, dentre outros, refletem esse fenômeno cíclico. E durante o ciclo de expansão sobem salário real, emprego e produtividade. Na recessão ocorre o movimento oposto. Porém, poderá haver defasagens e, por breves períodos, a produção poderá cair, o salário real ou a produtividade poderá crescer, ou então, o emprego cair e o produto crescer devido à atualização mais intensa da mão de obra. Mas a tendência geral desse mercado é acompanhar o ciclo econômico (CHAHAD, 2004).

Quanto à dinâmica do mercado de trabalho, observamos no estudo apresentado por Chahad (2004), que as diversas categorias da população estão em constante mutação, ou porque se alteraram determinados critérios de enquadramento, ou devido às influências exercidas pelos ciclos de atividades de produção e o conseqüente impacto sobre a política de pessoal das empresas. Uma retração da atividade econômica, por exemplo, transforma um empregado em um desempregado, permanecendo imutável o total da força de trabalho. Dessa forma, uma retomada da atividade econômica que reempregue um trabalhador mantém constante a força de trabalho, ainda que os estoques de empregados e desempregados se alterem. Saliente-se também que a expansão de uma empresa ou setor que propicie ocupação a um indivíduo que não estava no mercado de trabalho poderá ampliar o estoque de empregados e o próprio tamanho da força de trabalho. De acordo com Chahad, esse “[...] movimento de trabalhadores acontece de forma dinâmica, simultaneamente, ainda que não de mesma intensidade, esteja a economia em declínio ou em crescimento acelerado.” (CHAHAD, 2004, p. 386).

Devemos considerar, ainda, que o mercado de trabalho depende também do estoque de vagas colocado pelas firmas à disposição dos trabalhadores. Portanto, essas vagas tendem a aumentar pela elevação da demanda por mão de obra, pressionada pela demanda social por bens e serviços. O estoque de vagas pode incrementar-se pela oferta de vagas adicionais proporcionadas pelas firmas já existentes e também pelo surgimento de novas firmas. Assim, conforme observado no estudo, “[...] essas vagas podem ocorrer num conjunto relativamente amplo de diferentes ocupações.” (CHAHAD, 2004, p. 287).

Porém, Stiglitz (2013) apresenta com clareza a questão da discriminação como força social que pode afetar o mercado de trabalho e, conseqüentemente, a desigualdade. Segundo ele, “[...] o preconceito pode conduzir a locais de trabalho

segregados, mas não a diferenciais de rendimento” (STIGLITZ, 2013, p. 135). Cita, como exemplo, a discriminação nos Estados Unidos, numa situação em que se os empregadores acreditam que os que pertencem a um determinado grupo (mulheres, hispânicos, afro-americanos) são menos produtivos, pagarão a estes salários mais baixos. Como consequência da discriminação, os membros do grupo são incentivados a fazer os investimentos que levariam a uma maior produtividade (STIGLITZ, 2013).

Pela análise de Chahad (2004), percebemos então que o desemprego se configura como um fenômeno bastante influenciado pela atividade cíclica do mercado de trabalho, sendo bastante perceptível quando se aborda a oferta de trabalho nas zonas urbanas. Assim, o desemprego representa uma variável que deve ser interpretada tendo a família como unidade de decisão. Do ponto de vista deste argumento, o desemprego é uma situação de suma importância, devido aos problemas sociais e de sobrevivência que acarreta ao trabalhador. Por isso, argumenta o autor, que “[...] a alteração do número de desempregados não ocorre só pela dispensa por parte da firma, que só se destaca das outras razões em períodos recessivos mais intensos” (CHAHAD, 2004, p. 387). Entretanto, ressaltamos que, em épocas normais, a procura por emprego, tanto pelo reingresso na força de trabalho como pelo primeiro emprego, acabam por constituir categorias de desemprego tão importantes quanto a dispensa por iniciativa das empresas.

2.1.2 A oferta de trabalho

A oferta de trabalho é um processo vinculado a indivíduos (ou a famílias), pois são eles que disponibilizarão a mão de obra requerida pelas firmas (ou empresas) no processo de produção. Assim, a oferta de trabalho deve ser entendida como “[...] a quantidade de trabalho que, em cada momento no tempo, uma economia dispõe para ser utilizada pelas unidades de produção” (RAMOS, 2012, p. 15).

Há autores, como Ramos, que acreditam que:

[...] a dedução da curva de oferta é uma adaptação, com certas particularidades, da Teoria do Consumidor, no caso específico do mercado de trabalho. A função objetivo a ser maximizada é a utilidade, sendo que seus argumentos são o consumo (ou, os bens e serviços consumidos) e o lazer. (RAMOS, 2012, p. 19).

Assim, tem-se:

$$U = U (Q; L)$$

Equação 1

Onde:

U = Utilidade

Q = uma cesta de bens e serviços consumidos

L = Lazer

De acordo com Ramos (2012), a fórmula acima pode ser interpretada da seguinte maneira: quando aumenta, ou cai, o consumo ou lazer, eleva-se, ou reduz-se, a utilidade. Paralelamente, as utilidades marginais do consumo e lazer são decrescentes. Assim, quando se incrementa o consumo ou o lazer aumenta-se a utilidade, mas esse incremento é cada vez menor. A variável trabalho não foi incluída nos argumentos da função objetivo, tendo em vista que a utilidade do indivíduo advém do consumo de bens e serviços e do lazer. O conjunto de bens e serviços é representado pela variável Q e deve ser entendida como a cesta ou o conjunto de bens e serviços que o indivíduo ou família consome (RAMOS, 2012).

O argumento defendido por Ramos parte do entendimento de que o indivíduo é dono de um estoque de horas ou tempo que, potencialmente, pode ser utilizado para trabalhar. Esse indivíduo poderia ficar na sua casa e essa atitude (ou passividade) apresentaria um impacto positivo sobre seu nível de utilidade. Em outras palavras, não fazer nada é uma fonte de utilidade ou de bem-estar. Alternativamente, o indivíduo pode oferecer seu tempo ao trabalho (às firmas), fato que reduz sua utilidade (tem menos tempo para consumir com o lazer), mas como essa oferta de trabalho é remunerada, ele pode comprar bens e serviços, e o seu consumo apresenta impacto positivo sobre a utilidade. De acordo com suas palavras, “[...] a oferta de trabalho no mercado é só um meio através do qual esse agente (indivíduo ou família) atinge outro resultado (consumo) que, como o lazer, tem impacto positivo sobre a utilidade.” (RAMOS, 2012, p. 19).

Aqui importa, sobretudo, apresentar três desdobramentos para esta consideração. O primeiro argumento observado pelo autor é o que denomina lazer toda a atividade que não seja trabalho mercantil. Assim, o tempo despendido em atividade doméstica (fazer comida, limpar a casa etc.), por exemplo, não é considerado como um trabalho mercantil, e, sim, como lazer. Portanto, tem um impacto positivo sobre o nível de bem-estar do indivíduo.

A nosso ver, consideramos que a atividade doméstica é distinta de lazer. Assim, podemos acrescentar uma terceira opção ao leque de possibilidades apresentado pelo autor: trabalho mercantil, trabalho doméstico e lazer. Portanto, a atividade doméstica pode não ter impacto positivo sobre o nível de bem-estar do indivíduo.

O segundo argumento de Ramos (2012) é que o trabalho mercantil (na concepção de que é uma tarefa realizada somente no caso de o indivíduo ser remunerado) apresenta, claramente, um impacto negativo sobre a utilidade. O agente só trabalha porque, a partir dessa atividade, ele pode consumir, conduta que acrescenta a utilidade. Na verdade, o salário é o preço que o indivíduo cobra por abrir mão do lazer, ou seja, é o preço do trabalho mercantil. Essa abordagem teórica, segundo Ramos (2012), identifica o trabalho como uma fonte de desprazer e contradiz outra perspectiva: identifica o trabalho como principal fonte de realização ou socialização do indivíduo.

Em relação ao terceiro argumento, Ramos (2012) considera que essa escolha entre lazer e consumo pode estar encobrendo certa predileção ou preferência entre bens semelhantes. Dessa forma, “[...] o indivíduo pode estar vendendo seu tempo para comprar certos bens e serviços que poderia obter permanecendo no seu domicílio (ou seja, não trabalhando fora de casa).” (RAMOS, 2012, p. 19).

Numa breve síntese, o modelo básico acima apresentado por Ramos (2005), é considerado por ele próprio como uma simplificação da realidade, pois, estabelece uma falsa dicotomia entre trabalho e lazer. O trabalho considerado seria mercantil (o trabalho realizado por um salário) e o tempo de não trabalho, dado que é identificado como lazer, proporciona bem-estar ou utilidade. A realidade é muito mais complexa, visto que o tempo não trabalhado mercantilmente não necessariamente pode ser identificado como lazer. A produção doméstica, que normalmente é designada à mulher (como cuidar dos filhos, preparar a comida, lavar a roupa etc.) e outras atividades não computadas como tempo trabalhado (a exemplo do tempo de deslocamento entre a casa e o trabalho etc.) são inevitáveis. Dessa forma, podemos desagregar o tempo disponível em três segmentos: lazer, atividades domésticas (que incluem tanto as tarefas do lar como outro deslocamento, por exemplo, de casa ao trabalho) e trabalho mercantil.

Ao mesmo tempo, é possível notar, pelas considerações acima, que no grupo de “outras atividades” foi levado em conta como “atividades domésticas” o tempo de

deslocamento de casa ao trabalho. Nosso entendimento é que este tempo deveria ser considerado como “apoio ao trabalho mercantil”, devendo ser contemplado como hora trabalhada, porém, em menor proporção. No rastro dessa inferência, é possível concluir que, neste tempo, o indivíduo não consegue realizar atividades domésticas e não proporciona bem-estar ou utilidade. Portanto, este tempo de deslocamento não deveria ser considerado como lazer.

Diante desse panorama, Ramos (2012) sustenta que o ponto relevante diz respeito às atividades domésticas. Certamente, as tarefas domésticas devem ser feitas, mas não necessariamente devem ser executadas pelo indivíduo em questão: em lugar de cuidar dos filhos, poderia enviá-los a uma creche ou contratar uma babá; em lugar de lavar a roupa poderia enviá-la a uma lavanderia ou contratar uma empregada doméstica etc., porém esses serviços têm um custo. Assim, conforme apresenta o autor, o processo de maximização desse indivíduo pode ser formalizado da seguinte forma:

$$\text{Max. } U = U(Q_m; Q_d; HL)$$

Equação 2

Onde as variáveis são:

Q_m = bens mercantis consumidos

Q_d = bens domésticos consumidos

HL = horas alocadas ao trabalho mercantil

Os bens consumidos podem ser tanto produzidos mercantilmente (ou seja, comprados) ou produzidos domesticamente. Podemos considerá-los, então, como substitutos perfeitos. Q_d , na realidade, é o valor da produtividade marginal do trabalho doméstico (preço do bem vezes a produtividade marginal). No ponto que maximiza a utilidade, o valor dessa produtividade marginal deve ser igual ao salário que esse indivíduo obteria no mercado se deixasse de trabalhar em casa e saísse a vender os serviços de seu trabalho. Para Ramos, se o valor gasto para contratar uma pessoa no mercado para realizar as tarefas domésticas for superior ao rendimento do contratante, “não maximizaria a utilidade, dado que o custo é superior” (RAMOS, 2012, p. 38).

Imaginemos, então, que uma pessoa lave sua roupa e gaste uma hora para realizar essa tarefa. Ela estuda a possibilidade de deixar de lavar sua roupa e sair

para procurar trabalho pelo mesmo período (uma hora). Se ela pode ganhar R\$ 20,00/hora, mas o indivíduo que contrata cobra R\$ 30,00/hora; seria mais interessante ela continuar lavando a sua roupa. Portanto, ela só vai substituir a produção doméstica pelo trabalho mercantil quando o salário que potencialmente pode receber no mercado for superior (ou igual) ao que deve pagar a outro pelos afazeres domésticos.

A partir desse raciocínio, chama atenção a questão das atividades domésticas no contexto do mercado do trabalho, demonstrada por Ramos (2012), quando ele ressalta os conceitos de trabalhador principal e secundário.

O trabalhador principal é aquele que nunca realiza atividades domésticas e sempre está no mercado. Contrariamente, os trabalhadores secundários são aqueles membros da família que participam ou não do mercado de trabalho segundo a conjuntura. (RAMOS, 2012, p. 39).

Esses conceitos, ressalta o autor, nos faz pensar em muitos lares, nos quais a divisão do trabalho interno faz do homem o trabalhador principal e da mulher o trabalhador secundário, que participa eventualmente do mercado de trabalho (RAMOS, 2012).

Vejamos, então, na perspectiva econômica, a feição que essa divisão de tarefas por gênero assume a partir da análise neoclássica descrita anteriormente e a partir dessas teorias desenvolvidas. Nesse contexto, fica perceptível porque a participação da mulher no mercado de trabalho é menor que no caso dos homens. Conforme destaca Ramos, “[...] as mulheres só participam do mercado e contratam outros assalariados para realizar as tarefas domésticas quando o salário ganho é superior ao que pagam para realizar essas atividades” (RAMOS, 2012, p. 39). Do contrário, se o salário ganho for inferior ao que pagam para realizar as tarefas domésticas, não compensa financeiramente para as mulheres trabalhar fora de casa.

Sob tal proposição, Ramos (2012) argumenta que, os salários dos homens, devido a esses fatores, são superiores e seu custo de oportunidade (salários que se deixam de ganhar) para realizar as tarefas domésticas é superior. Nessa perspectiva, devido a diversos fatores (discriminação, menor educação, tradição etc.), de acordo com o autor, os salários pagos às mulheres são menores que os recebidos pelos homens.

Em relação à participação da mulher na força de trabalho, Ramos (2012) demonstra que também ela está vinculada a uma das múltiplas armadilhas da pobreza. Em geral, a participação da mulher no mercado de trabalho, que integra os segmentos mais vulneráveis da população, é reduzida, comprometendo os já pequenos rendimentos familiares. Essa escassa participação se origina na relação entre os ganhos que pode obter na hipótese de encontrar ocupação (ganhos baixos, devido a sua baixa qualificação) e os pagamentos que deveria realizar para que uma pessoa cumpra as tarefas do lar. Como o balanço é, na melhor das hipóteses, neutro, a tendência é não integrar a força de trabalho.

Essa marginalização econômica e social pode ser paliada mediante um sistema de creches públicas, gratuitas e de qualidade, que libere as mulheres de menores recursos de parte de suas tarefas domésticas (ao menos as mais importantes, que estão vinculadas ao cuidado dos filhos) e lhes permita participar do mercado de trabalho. (RAMOS, 2012, p. 39).

Ao mesmo tempo, a dicotomia lazer-trabalho é apresentada mediante o entendimento de que as horas não trabalhadas são fontes de bem-estar ou utilidade e as trabalhadas são desutilidade. No entanto, a percepção de Ramos é de que “[...] as horas não trabalhadas podem não ser identificadas, sempre e em qualquer circunstância, como utilidade, uma vez que parte delas pode ser dedicada a tarefas domésticas pouco prazerosas” (RAMOS, 2012, p. 42).

Essa dicotomia é exemplificada utilizando a tarefa de cuidar dos filhos, que, de acordo com Ramos, certamente representa um trabalho e não um lazer.

Contudo, é uma atividade que, para muitas pessoas, vem sendo utilizada ainda em situações nas quais seria mais econômico substituir esse trabalho pela contratação de serviços no mercado (uma babá, por exemplo) e procurar um emprego mercantil. (RAMOS, 2012, p. 42).

Quanto à flexibilidade das escolhas, no caso da oferta de trabalho, supõe-se “[...] que o indivíduo possa escolher a quantidade de tempo de trabalho (horas, minutos, segundos) que ele deseje.” (RAMOS, 2012, p. 43). Na verdade, as escolhas são mais complexas. No caso de um indivíduo ser assalariado, não seria irrealista supor que, na maioria das vezes, ou ele trabalha a jornada integral ou ele não trabalha.

Essa jornada de trabalho, por outra parte, pode estar composta por dois intervalos. Um definido pela jornada legal com o pagamento de um salário por hora trabalhada e outro composto pelas horas extras, com um salário superior à hora trabalhada, e, ao menos legalmente, a quantidade de horas extras tem limite. (RAMOS, 2012, p. 43).

Um dos desdobramentos desse fato é que, por sua opção, um trabalhador pode estar trabalhando em tempo parcial. Conforme exemplifica Ramos (2012), esse trabalhador poderá ser uma mulher (como nos países nórdicos, onde muitas delas estão empregadas em tempo parcial), combinando inserção no mercado de trabalho com certas atividades domésticas (acompanhar a educação dos filhos, por exemplo). Ou poderá ser um jovem estudante, que para compatibilizar estudos com algum rendimento, emprega-se em atividade em tempo parcial ou temporária (trabalham nas férias). Ou, ainda, poderá ser um assalariado empregado temporariamente (fazendo um bico), ou parcialmente (trabalhando apenas algumas horas por dia), em razão de não conseguir um trabalho em tempo integral.

Para evitar colocar esses dois conjuntos de indivíduos, qualitativamente diferentes, dentro de uma mesma denominação, os órgãos de estatística dos países centrais diferenciam o trabalhador temporário ou em tempo parcial entre aqueles que estão inseridos nessa alternativa de forma voluntária daqueles outros que estão nessa condição de forma involuntária.⁴ (RAMOS, 2012, p. 43).

Considerando a família como unidade de decisão, Ramos (2012) avalia que permanecem as mesmas incertezas teóricas encontradas no caso da unidade de decisão ser o indivíduo. Nesse caso, as estratégias dos membros da família são interdependentes e não se deve analisar cada membro isoladamente, mas, sim, considerar o grupo familiar como unidade de decisão determinante para a oferta de trabalho.

Para esta análise, Ramos (2012) ressalta que a economia neoclássica encontra uma grande dificuldade para lidar com um agente como a família, dado que a família pode subdividir-se entre diferentes membros e cada um deles pode ter uma função de utilidade própria a ser maximizada. Na hipótese de que cada membro da família tenha uma função de utilidade com as mesmas características, nesse caso, todo membro da família não vai querer trabalhar, induzindo o outro a procurar trabalho e utilizar essa renda para consumir. Nessa perspectiva, a unidade familiar se inviabilizaria, tornando um espaço de conflitos, necessitando de alguma negociação entre os membros da família.

Uma segunda hipótese é que o consumo seja importante para toda a família e que não existem funções individuais a serem maximizadas, e, ainda supondo a

⁴ No Brasil, a Nova Pesquisa Mensal de Emprego (NPME), realizada pelo IBGE, apresenta quesitos específicos para distinguir ambas as possibilidades.

necessidade de realizar atividades domésticas que qualquer um dos membros possa desenvolver, a estrutura da oferta familiar privilegiaria aqueles membros que possam obter os maiores salários. Essa hipótese tende a introduzir elementos que permitam visualizar a oferta de trabalho como reagindo positivamente à elevação dos salários, ou seja, a oferta de trabalho agregada teria mais chances de ser crescente. E “[...] se os salários se elevam, os trabalhadores secundários se agregam à força de trabalho” (RAMOS, 2012, p. 40).

Para uma situação em que o objetivo é manter um consumo familiar estável, Ramos (2012) observa que, nesse caso, uma queda de salário pode induzir uma elevação da oferta de trabalho, para tentar manter o nível de consumo. Quando o salário cresce, o nível de consumo pode ser obtido com menos assalariados, gerando um excedente que se retira da força de trabalho.

Suponhamos que, em um contexto recessivo, o salário do chefe de família (o indivíduo que apresenta o maior nível de renda) apresenta redução ou, no limite, ele cai no desemprego. Nesse caso, crianças e adolescentes podem ser induzidos a ingressar no mercado de trabalho a fim de garantir um dado nível de renda familiar. (RAMOS, 2012, p. 41).

Assim, conclui Ramos (2012), quando o “agente” é família, permanecem as mesmas incertezas teóricas encontradas no caso da unidade de decisão ser o indivíduo. De acordo com o autor, para a teoria neoclássica:

[...] supõe-se que existe um conflito entre o lazer e o trabalho e, se o indivíduo se integra no mercado de trabalho é, exclusivamente, a fim de obter rendimentos para viabilizar consumo, sendo este e o lazer, as únicas fontes de bem-estar ou utilidade. (RAMOS, 2012, p. 41).

Acrescente-se, ainda, de acordo com este enfoque, que uma pessoa que não trabalha porque não deseja fazê-lo estaria na mesma situação em termos de bem-estar que uma pessoa que não trabalha porque está desempregada. Assim, consumo-trabalho-lazer estão interligados e são complementares. Segundo o autor, “[...] ficar em uma situação de não atividade ou desempregado seria, para o pensamento neoclássico, uma fonte de bem-estar.” (RAMOS, 2012, p. 42).

Entretanto, uma situação real de desemprego pode causar inúmeras consequências ao indivíduo, como deterioração da sua imagem diante da companheira, filhos e amigos. Esses fatores podem induzi-lo à automarginalização, violência, alcoolismo etc. (RAMOS, 2012).

Diante desses enfoques, consideramos importante realizar algumas análises sobre como o indivíduo ou a família modificará a distribuição de horas de trabalho e lazer diante de mudanças no salário real. Numa situação em que o salário real aumente, resultaria em um crescimento no preço do lazer, pois aumenta o custo de ficar em casa. Para Ramos (2012), essa mudança gera um efeito-substituição e um efeito-renda. Devido ao efeito-substituição, o indivíduo ou família tenderá a consumir mais bens. Ou seja, o indivíduo tenderá a substituir o bem que agora está mais caro pelo outro, que agora está relativamente mais barato. No outro contexto, esse indivíduo ou família receberá mais renda pelas horas trabalhadas. Esse fato induz a aumentar a demanda por lazer. Assim, temos esses dois efeitos trabalhando em direções opostas. “Por um lado, o crescimento do salário tende a elevar a oferta de trabalho, mas, por outro, essa elevação induz um aumento na demanda por lazer. Portanto, o resultado líquido é indeterminado.” (RAMOS, 2012, p. 25).

Com esta análise, Ramos (2012) avalia que existe uma indeterminação teórica sobre esse aspecto. Dessa forma, a curva de oferta de trabalho tanto pode ser vertical (os dois efeitos se compensam), pode ser crescente (o efeito-substituição é superior ao efeito-renda), ou, ainda, poderá ser decrescente (o efeito-substituição é inferior ao efeito-renda).

Entrementes, o modelo neoclássico de oferta de mão de obra nos leva a uma indeterminação teórica sobre a inclinação da oferta de trabalho. Ramos (2012) esclarece que, na maioria dos livros, a abordagem para este aspecto é a suposição de que a força de trabalho seja fixa. Portanto, insensível às variações salariais; ou que a mesma tenha uma inclinação positiva. Ele ressalta, porém, que a inclinação negativa da curva de oferta de trabalho consiste na estabilidade do equilíbrio. Para este autor, a escola de pensamento neoclássica tende a outorgar aos mercados uma notável capacidade de autorregulação e na ausência de falhas de mercado (externalidade, informação assimétrica etc.), a melhor alternativa para a alocação dos recursos será o ponto atingido pela interação da oferta e demanda. Se a oferta de trabalho está em uma inclinação negativa, essa autorregulação fica comprometida, uma vez que não se pode assegurar a estabilidade do equilíbrio.⁵

⁵ Entende-se por estabilidade do equilíbrio uma situação na qual se, por algum motivo (choque exógeno, por exemplo), nos apartamos da igualdade entre oferta e demanda (equilíbrio), esse deslocamento faz entrar em ação a interação entre ambas de tal forma que, depois de um tempo, se retorna ao ponto inicial (de equilíbrio). Ou seja, uma situação de desequilíbrio é temporária, devido à autorregulação dos mercados (RAMOS, 2012).

Contudo, se a oferta apresenta uma inclinação negativa, a estabilidade não está assegurada.

Por conseguinte, quando supomos que a oferta de trabalho esteja em inclinação negativa, não podemos generalizar resultados quando o tema é a estabilidade do equilíbrio. Qualquer perturbação que desloque o salário do ponto de equilíbrio pode acarretar um processo no qual a trajetória do salário se distancie cada vez mais do equilíbrio.

Por fim, avalia Ramos (2012) que todos os estudos que lidam com variáveis vinculadas à oferta têm um embasamento teórico marginal. E conclui que [...] a quase totalidade das pesquisas procuram as respostas nos dados. Apenas algumas categorias teóricas podem ser instrumentalizadas e utilizadas e, ainda, assim, com muita dificuldade” (RAMOS, 2012, p. 48).

2.1.3 Oferta, demanda e equilíbrio de mercado

Escudados nas afirmações anteriores, entendemos que a noção de equilíbrio tem uma singular importância para o pensamento neoclássico. Isso se deve à necessidade de um ponto de equilíbrio que leva a esse esforço teórico, por desenvolver outra função que expresse uma oferta e outra função que represente uma demanda de trabalho.

Porém, se temos uma oferta ou uma só demanda, as combinações entre salário real e nível de emprego são infinitas, e não teríamos teoria. Na realidade, para analisar um mercado temos de ter uma oferta e uma demanda, as duas independentes e interagindo entre elas. A oferta não constitui um processo independente da demanda.

Como sublinha Ramos, em geral, os livros-textos dedicam muito mais atenção para analisar a demanda que a oferta de trabalho. “Isso se deve ao grau de sofisticação e dificuldades elevadas no que diz respeito à oferta de trabalho.” (RAMOS, 2012, p. 44).

A título de exemplo, uma questão que um leitor poderia abordar seria se perguntar qual o objetivo de tanto esforço intelectual se não se pode determinar, em termos teóricos, se um aumento do salário provoca queda, elevação ou não afeta a quantidade de trabalho oferecida? De acordo com Ramos (2012), para o arcabouço teórico neoclássico, essa questão é crucial. Se não houver oferta e demanda não há mercado e, então, não faria sentido a expressão “mercado de trabalho”. Diante

desse impasse, o autor identifica três posições. A primeira delas consiste em considerar oferta de trabalho fixa no curto prazo, o que seria uma alternativa menos onerosa, tendo em vista que permite continuar falando em “mercado de trabalho” e na existência do equilíbrio (RAMOS, 2012).

A segunda alternativa consiste em supor que existe indeterminação teórica, mas, contornável pela afirmativa: vamos supor que a oferta seja crescente. Daí para frente esquece-se o problema e continua-se trabalhando como se essa hipótese fosse certa, na esperança que o leitor não se lembre dos problemas que a indeterminação da inclinação possa introduzir. A terceira alternativa é a do “empirismo”. Ou seja, como a teoria não nos permite prever, observamos o que acontece em cada conjuntura e a explicação é *ex-post*. Pode-se concluir, nesta alternativa, que não existe teoria, não se pode prever e o máximo que se pode oferecer é uma explicação *ex-post*. Portanto, a quase totalidade das pesquisas procura as respostas nos dados. “Somente algumas categorias teóricas (como salário de reserva, custos de procura, desalento etc.) podem ser instrumentalizadas e utilizadas e, ainda, assim, com muita dificuldade” (RAMOS, 2012, p. 48).

2.1.4 Renda, distribuição e desigualdade das rendas

O conceito de renda, conforme apresentado por Ramos e Mendonça (2005), envolve tipos bastante distintos e também estágios diferentes do desenvolvimento das teorias e preocupações distributivas, quais sejam: a diferença entre a noção de distribuição funcional da renda e a de distribuição pessoal da renda. Trataremos neste estudo da distribuição pessoal da renda, “[...] que diz respeito à repartição da renda total entre os indivíduos.” (RAMOS; MENDONÇA, 2005, p. 356).

É de grande interesse para o nosso estudo a versão da distribuição pessoal da renda, ou seja, a distribuição da renda familiar (ou domiciliar) *per capita*, por ser, conforme avalia Ramos e Mendonça (2005), esse conceito de distribuição o mais adequado para o exame de questões relativas à distribuição do bem-estar social⁶ e à incidência de pobreza na sociedade (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

⁶ Entende-se por bem-estar o conjunto de fatores de que uma pessoa precisa para gozar de uma boa qualidade de vida. Esses fatores levam o sujeito a gozar de uma existência tranquila e num estado de satisfação. O bem-estar social engloba, portanto, as coisas que incidem de forma positiva na qualidade de vida: um emprego digno, recursos económicos para satisfazer as necessidades, um lar para viver, acesso à educação e à saúde, tempo para o lazer etc.

Também Pikety (2015) considera que é importante analisar, primeiramente, quais são as diferentes fontes de rendas efetivamente auferidas pelas famílias. Para este autor, a importância dos diferentes tipos de renda (ou grupos de renda) varia de acordo com a pobreza ou riqueza de cada indivíduo.

Os tipos de rendas auferidas pelas famílias são: rendas recebidas em forma de salários; rendas dos trabalhadores autônomos; rendas de aposentadorias; rendas patrimoniais; e rendas provenientes do capital. No grupo de renda dos autônomos compreendem os lucros agrícolas, os lucros industriais e comerciais, bem como os lucros não comerciais. As transferências compreendem a assistência familiar, o seguro-desemprego e a renda mínima. As rendas do capital auferidas pelas famílias, ou rendas do patrimônio das famílias, compreendem os dividendos de ações, os juros e os aluguéis. (PIKETY, 2015, p. 15).

Os estudos apresentados por Ramos e Mendonça (2005) consideram que a distribuição de renda é caracterizada por duas dimensões. A primeira está relacionada com a renda *per capita*, refletindo uma ideia de “eficiência econômica” por ser fruto da trajetória de crescimento. A segunda está associada ao grau de desigualdade da distribuição, “[...] correlacionada a uma ideia de ‘justiça social’, por apresentar o grau de equidade na repartição da renda total.” (RAMOS; MENDONÇA, 2005, p. 357).

Ramos e Mendonça (2005) justificam que, sob a ótica do bem-estar, ambas são importantes. O fato que podemos destacar é: como comparar o grau de desigualdade de duas distribuições? Para essa questão, esses autores apresentam a seguinte resposta: “classificar a distribuição em ordem crescente das rendas, ou seja, começando pelo mais pobre e terminando com o mais rico” (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

Assim, é possível relacionar a cada passo a fração populacional acumulada até ali (eixo “p”) com a fração da renda total acumulada até aquele passo (eixo “y”). A curva gerada desse modo é conhecida como Curva de Lorenz ($L(p)$)⁷. Caso ocorra uma distribuição na qual todos detêm a mesma renda, a Curva de Lorenz correspondente é a diagonal daquele diagrama, sendo conhecida como a linha de perfeita igualdade. Assim, quando se compara duas distribuições, cujas curvas de Lorenz não se interceptam, de forma que uma se situa mais próxima da linha de

⁷ Nos estudos de Cacciamali, é demonstrada a construção da curva de Lorenz como derivada do referencial de eixos cartesianos, classificados da seguinte maneira: a) classifica-se, num dos eixos, a porcentagem acumulada das pessoas ou das famílias que recebem até um determinado nível de renda; b) no outro eixo, classifica-se a porcentagem acumulada da renda agregada calculada para cada porcentagem da população obtida no item anterior; c) com esses dados, traça-se a curva de Lorenz correspondente (CACCIAMALI, 2004).

perfeita igualdade, tem menor grau de desigualdade. Quando elas se cruzam, têm-se medidas específicas de desigualdade de renda, que, em regra, envolvem certo grau de arbitrariedade na mensuração (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

Podemos, ainda, medir a desigualdade considerando as rendas entre as famílias e compará-las com as rendas dos salários entre assalariados. Nesse sentido, Pikety (2015) demonstra que a desigualdade das rendas entre famílias é mais alta do que a dos salários entre assalariados, devido à existência de muitas famílias sem emprego. E acrescenta que normalmente essa desigualdade pode ser explicada por outros fatores. Um deles é o fato de as rendas de atividades não assalariadas, em especial as patrimoniais, serem repartidas de maneira muito mais desigual do que os salários. Essas fortes disparidades de patrimônio, muito maiores do que as desigualdades de salário e renda, são muito menos conhecidas. Além disso, a desigualdade dos patrimônios não se explica só pela desigualdade das rendas presentes e passadas que permitem constituí-los, mas também medida por diferenças de comportamentos de poupança e acumulação que não podem ser justificadas pela desigualdade das rendas.

Percebe-se, assim, que a principal razão pela qual a desigualdade das rendas aparece sempre bem mais elevada do que a desigualdade dos salários é o fato de que a maioria das famílias de baixa renda recebe pequenas aposentadorias e muitas vezes “[...] é formada apenas por um único membro, ao passo que as famílias de alta renda são geralmente formadas por casais, não raro com dois salários e filhos para criar.” (PIKETY, 2015, p.22).

Se calculássemos a razão P90/P10, não pelas rendas das famílias, mas pelas rendas das famílias de acordo com o número de membros, a fim de medir a desigualdade dos padrões de vida e não das rendas propriamente ditas, encontraríamos uma razão um pouco superior à da desigualdade dos salários.

No entanto, conforme Pikety (2015), infelizmente, é muito mais difícil fazer as comparações internacionais das rendas das famílias do que dos salários, pois é problemático conseguir levar em conta exatamente as mesmas categorias de renda em todos os países.⁸ Em suma, podemos afirmar que a desigualdade entre os 10% mais ricos e os 10% mais pobres de um país, que pode ser mensurada por uma

⁸ Mesmo assim, em 1995, foi publicado, a pedido da OCDE, o estudo internacional sobre a desigualdade das rendas *Luxembourg Income Study* (LIS), fruto de um ambicioso projeto de construção de uma base de dados comparativos para diferentes países (ATKINSON et al., 1995).

razão P90/P10 da ordem de 3-4, “[...] é cerca de duas a três vezes inferior à desigualdade dos padrões de vida no tempo entre o fim do século XIX e o fim do século XX e à desigualdade no espaço entre os países ricos e os países pobres.” (PIKETTY, 2015, p. 25).

A questão da distribuição de renda colocada por Cacciamali (2004) é elucidativa. Segundo ela, a busca de uma distribuição de renda igual para todos os membros de uma sociedade, ou para todas as famílias, não implica necessariamente que ela seja justa ou equânime. Essa é uma questão ética e ideológica controvertida entre indivíduos e entre nações. De acordo com a autora, raciocinando com casos extremos, para alguns, os indivíduos deveriam ser remunerados de forma igualitária, independentemente da capacidade produtiva e da acumulação prévia de estoque de riqueza e de capital humano. Já, para outros, deveriam ter remunerações diferenciadas. Ademais, a sua reflexão revela que, “[...] nas sociedades democráticas modernas, essas questões levam a conflitos explícitos, canalizados por grupos ou partidos políticos que podem vir a ser filtrados pelos dirigentes e orientar a política econômica” (CACCIAMALI, 2004).

Já para Pikety (2015), a questão da desigualdade e da redistribuição é o ponto central das discussões políticas, que se opõem em duas posições. De um lado, a posição neoliberal de direita, que defende que somente “[...] as forças do mercado, a iniciativa individual e o aumento da produtividade possibilitam no longo prazo uma melhoria efetiva da renda e das condições de vida, em particular dos mais desfavorecidos” (PIKETTY, 2015, p. 9). De acordo com essa posição, a ação pública da redistribuição deve ser moderada e se limitar a instrumentos que interfiram o mínimo possível nesse mecanismo. De outro lado está a posição tradicional de esquerda, herdada dos teóricos socialistas do século XIX e da prática sindical, que defende que “[...] somente as lutas sociais e políticas são capazes de atenuar a miséria dos menos favorecidos produzida pelo sistema capitalista” (PIKETTY, 2015, p. 9). Neste rumo, o autor apresenta que a ação pública de redistribuição deve interferir no processo de produção, contestando a maneira como as forças de mercado determinam os lucros apropriados pelos detentores do capital e da desigualdade entre os assalariados.

Segundo Pikety (2015), o conflito de posições entre direita e esquerda nos remete à distinção entre a redistribuição pura e a redistribuição eficiente, e ainda, demonstra que:

[...] as discordâncias quanto à forma concreta e à adequação de uma ação pública de redistribuição não se devem necessariamente a princípios antagônicos de justiça social, mas, sobretudo a análises antagônicas dos mecanismos econômicos e sociais que produzem a desigualdade. (PIKETTY, 2015, p. 10).

Isso ocorre com maior frequência em relação à maneira mais eficaz de melhorar as condições de vida dos menos favorecidos e à extensão dos direitos que podem ser concedidos a todos do que em relação aos princípios de justiça social.⁹

Pikety (2015) coloca a questão do conflito direita/esquerda para demonstrar a importância da oposição entre diferentes tipos de redistribuição e diferentes instrumentos de redistribuição. Nesse sentido, apresenta as seguintes questões: devemos deixar o mercado operar livremente e nos contentar em distribuir a renda por meio de impostos e transferências fiscais? Ou devemos tentar modificar estruturalmente a maneira como as forças de mercado produzem a desigualdade?

Segundo Pikety (2015), a primeira questão corresponde às situações em que o equilíbrio de mercado é de fato eficiente no sentido de Pareto.¹⁰ A segunda adequa-se a contextos em que as imperfeições do mercado conduzem a intervenções diretas no processo de produção, a fim de melhorar a eficiência no sentido de Pareto da alocação de recursos e alcançar a equidade de sua distribuição.

2.1.5 Indicadores do mercado de trabalho

Neste item, abordaremos apenas os aspectos teóricos em relação aos principais indicadores usualmente utilizados para acompanhar o movimento conjuntural e as tendências do mercado de trabalho, especialmente aqueles utilizados para medir a desigualdade de renda. No Anexo A contemplaremos a caracterização das fontes de dados utilizadas neste trabalho, com destaque para um dos principais levantamentos domiciliares (a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios - PNAD) realizados pelo IBGE e as definições dos termos utilizados nessas pesquisas.

Destacamos, inicialmente, um indicador importante para as análises de desigualdade de renda, que será bastante utilizado neste trabalho. Trata-se da taxa

⁹ As teorias modernas de justiça social exprimiram a ideia de que é justo o Estado buscar melhorar, de maneira mais eficaz possível, a vida das pessoas mais pobres (PIKETTY, 2015).

¹⁰ Quando é impossível reorganizar a produção e alocação dos recursos de forma que todos sejam beneficiados (PIKETTY, 2015).

de participação na força de trabalho, ou taxa de participação no mercado de trabalho. Segundo Chahad (2004), essa taxa reflete o nível de engajamento da população nas atividades produtivas, pela mensuração do tamanho relativo da força de trabalho, fornecendo uma aproximação do volume de oferta de emprego imediatamente disponível na economia. Assim, “é necessário expressar percentualmente o volume de indivíduos em atividades voltadas para a produção social de bens e serviços em relação à População em Idade Ativa (PIA)”. (CHAHAD, 2004, p. 388).

Nesse contexto, é necessário, entretanto, classificar a população que constitui o mercado de trabalho de acordo com a atividade econômica exercida por cada um. Ou seja, deve-se partir da noção de atividade econômica para delimitar o mercado de trabalho. Assim, é possível conceituar a força de trabalho, utilizando o conceito de População Economicamente Ativa (PEA)¹¹, como sendo “a representação dos elementos que irão constituir o mercado de trabalho, o qual abastece as firmas no que diz respeito à necessidade de mão de obra” (CHAHAD, 2004, p. 385).

No decorrer do nosso estudo, a taxa de participação será amplamente discutida durante as análises dos dados, sendo demonstrada por meio da fórmula utilizada pelo IBGE, conforme a seguir:

$$T_p = \frac{PEA}{PIA} \quad \text{Equação 3}$$

De acordo com o IBGE, a taxa de participação pode ser decomposta em taxa de ocupação e taxa de desocupação, desde que a força de trabalho se componha dos ocupados mais os desocupados. Essa taxa pode também ser calculada por outras características, como por exemplo, sexo, idade, estado civil, escolaridade, região e outras. Em todos os casos, a taxa de participação possui padrões de comportamento bem definidos e universalmente semelhantes.

Os estudos de Chahad (2004) nos fornecem o entendimento de que, em regra, para qualquer país, temos os seguintes indicadores:

¹¹ É o conjunto de elementos empregados e desempregados, num dado momento, e captado por um inquérito estatístico, com base na definição de atividade econômica dos indivíduos. A PEA é um subconjunto da população em idade ativa (PIA), o qual fornece as categorias da população com relação à atividade econômica, partindo-se do total da população de um país (IBGE, 2016).

- a) a taxa de participação masculina é maior que a feminina, pois os afazeres domésticos não são considerados ocupações economicamente ativas e são exercidos majoritariamente pelas mulheres;
- b) a participação adulta é maior que a participação jovem e idosa. A necessidade de educar e a aposentadoria são as explicações tradicionais para a menor participação desses dois últimos grupos;
- c) a participação feminina tende a crescer com o desenvolvimento econômico, seja porque aumentam as oportunidades de emprego para as mulheres, seja porque o próprio papel delas com relação ao trabalho é visto de forma diferente.

Outro indicador bastante utilizado nos estudos de desigualdade de renda é o coeficiente, ou índice, de Gini. A título de exemplo, podemos citar os estudos de Ramos e Mendonça (2005), que utilizam o coeficiente de Gini para medir a desigualdade de uma distribuição. De acordo com esses autores, por tradição, o coeficiente de Gini é o mais utilizado dentre os índices de concentração de renda, para demonstrar o grau de concentração de renda. Esse coeficiente está vinculado diretamente à Curva de Lorenz da distribuição. Por definição, o coeficiente, ou índice de Gini, é igual a duas vezes a área (A) compreendida entre essa curva e a linha de perfeita igualdade. (RAMOS; MENDONÇA, 2005). Ou seja, o coeficiente de Gini varia entre 0 (quando a curva se confunde com a linha de perfeita igualdade e $\frac{1}{2}$) e 1 (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

Também Cacciamali (2013) utiliza em seus estudos o índice de Gini para demonstrar a desigualdade de renda. A autora menciona que, para analisar a desigualdade de renda, além do índice de Gini, são usualmente utilizados o índice de Theil e a curva de Pareto. Podemos citar ainda o IBGE, que utiliza nas análises dos dados de suas pesquisas o índice de Gini como uma medida do grau de concentração de uma distribuição de renda.

Para demonstrar o coeficiente de Gini, Stiglitz (2013) utiliza o seguinte exemplo: se a receita fosse distribuída proporcionalmente com a população – se os 10% da base recebessem 10% da receita, se os 20% da base recebessem 10% da receita, e por aí adiante –, o coeficiente de Gini seria zero. Não haveria desigualdade. Sob outra perspectiva,

[...] se todos os rendimentos fossem para a pessoa que estivesse em posição mais alta, no topo, o coeficiente de Gini seria 1, o que corresponderia à completa desigualdade. Assim, o coeficiente de Gini varia de “zero” (a perfeita igualdade) até “1” (a desigualdade máxima). (STIGLITZ, 2013, p. 83).

Ferreira e Veloso (2005) também utilizam uma medida de desigualdade, que eles consideram bastante divulgada. Trata-se da razão entre o salário ganho por hora trabalhada entre dois trabalhadores situados exatamente no nonagésimo e no décimo percentil da distribuição de rendimento. Em outras palavras, essa medida de desigualdade divide o salário por hora trabalhada de um indivíduo cujo salário é maior que o de 90% dos trabalhadores pelo salário-hora de um indivíduo cujo salário é menor que o de 90% dos trabalhadores (FERREIRA; VELOSO, 2005).

Pikety (2015) considera que a questão central da desigualdade contemporânea, senão de todos os tempos, é a desigualdade das próprias rendas dos trabalhadores. Nesse sentido, utilizou um indicador, considerado prático por ele, para medir a desigualdade total dos salários, que demonstra apenas as diferenças entre os décimos extremos. Este indicador é calculado pela relação entre o limite inferior do 10º salário e o limite superior do primeiro (P90 e P10). Primeiramente, calcula-se a média dos salários em 10 partes, colocando-os em ordem crescente. Ou seja, D1 representa os 10% menos remunerados dos assalariados, D2, os 10% seguintes e assim por diante, até chegar em D10, que representa os 10% mais bem remunerados. P10 é o limite do salário que separa D1 e D2; P50, o limite do salário que separa D5 e D6; P90, o limite do salário que separa D9 e D10.

Conforme ressalta Pikety (2015), para uma visão mais completa da desigualdade salarial, no cálculo desse indicador, devemos levar em conta também os salários do setor público (Estado, administrações locais e empresas públicas). Pois, “[...] os assalariados do setor público podem receber um salário médio superior ao do setor privado, enquanto a dispersão dos salários públicos pode ser mais fraca” (PIKETY, 2015).

2.2 POR QUE A EDUCAÇÃO É IMPORTANTE?

Estudos apresentados por Ramos (2012) abordam a trajetória da importância dada à educação na história do pensamento econômico, particularmente, para as pesquisas relacionadas aos modelos de crescimento. Assim, segundo o autor, nos primórdios do pensamento econômico, a educação foi assumida como um aspecto

relevante para explicar o progresso material e, especialmente, social. No século XX, a educação deixou de ser aspecto relevante com o pensamento neoclássico, que concentrou seus esforços de pesquisa em modelos de crescimento ligados aos aspectos de poupança, progresso tecnológico, crescimento da população, dentre outros. Conforme o autor, a educação perdeu relevância como objeto de estudo para os estudiosos e pedagogos com pensamentos mais a esquerda, os quais centram as possibilidades de progresso nos conflitos sociais. Ainda de acordo com Ramos, nos anos 1960, o tema educação retoma sua relevância de forma excepcional e, em 30 anos, passou a ser “[...] identificada como a panaceia para todo e qualquer progresso econômico e social.” (RAMOS, 2012, p.193).

Segundo ele:

Hoje, a educação propiciaria o crescimento, combateria a pobreza, induziria uma distribuição de renda menos concentrada, igualaria as oportunidades, combateria o desemprego, elevaria as condições sanitárias da população etc. (RAMOS, 2012, p. 193).

Nessa perspectiva, Ramos (2012) apresenta os fundamentos, hipóteses e particularidades da Teoria do Capital Humano¹² para explicar a importância dada à educação pelos defensores deste pensamento. Assim, o autor apresenta a abordagem desta linha de pensamento, que está relacionada aos fenômenos vinculados à determinação e diferenciação de salários, distribuição de renda e ao combate à pobreza, discorrendo, cuidadosamente, sobre os argumentos e as fragilidades dessa teoria. E ressalta que, para a escola neoclássica, esta é de fundamental importância.

O modelo básico da Teoria do Capital Humano supunha um mercado de trabalho como um arcabouço teórico para entender os diferenciais de rendimentos pelas características das tarefas a serem realizadas. Quanto mais difíceis as tarefas, maiores os salários oferecidos (RAMOS, 2012).

Ramos (2012) ressalta que, apenas pela simples observação do cotidiano, podemos concluir que, contrariando os princípios desta teoria, “[...] os trabalhadores ocupados nas atividades mais penosas ou mais insalubres são aqueles que recebem os menores salários.” (RAMOS, 2012, p. 189).

¹² Para essa matriz teórica, a produtividade determina os salários. A fonte dessa produtividade é definida em dois agregados: o primeiro relacionado às qualidades ou às características naturais dos indivíduos; e o segundo vinculado às habilidades adquiridas (RAMOS, 2012).

Como contraposição a essa teoria, podemos apresentar a visão de educação apresentada por Frigotto (2009). Sua avaliação é que a educação está vinculada à concepção dos processos sociais e educativos, que:

[...] de dentro do terreno contraditório e numa perspectiva antagônica às relações sociais capitalistas pudessem desenvolver as bases sociais, culturais e científicas das múltiplas dimensões do ser humano no horizonte da práxis revolucionária, para a transição a um novo modo de produção e organização da vida social. (FRIGOTTO, 2009, p. 72).

Pelo fato de não alterar as circunstâncias que produzem esta desigualdade, Frigotto avalia ser falso o caráter do legado do economicismo, que situa a educação como um capital humano, condutor do desenvolvimento e da superação da desigualdade entre nações e entre classes ou grupos sociais. Assim, ele considera a Teoria do Capital Humano como uma “[...] doutrina materialista de que os seres humanos são produtos das circunstâncias e da educação.” (FRIGOTTO, 2009, p. 71). Ou seja, são seres humanos transformados, são produto de outras circunstâncias e de uma educação que foi mudada. Para ele, as circunstâncias são transformadas pelos seres humanos e o educador também precisa ser educado (FRIGOTTO, 2009).

De acordo com Frigotto (2009), o trabalho é princípio educativo. É por meio do trabalho que o ser humano produz a resposta às necessidades básicas, juntamente com as necessidades sociais, intelectuais, culturais, lúdicas, estéticas, artísticas e afetivas. Assim, em suas obras, Frigotto (1995) discute os enfoques economicistas que reduzem a educação ao "capital humano", ou seja, como um mero fator de produção.

Assim, Frigotto (2009) avalia que as relações sociais dominantes buscam reduzir o trabalho humano a mercadoria da força de trabalho. Uma mercadoria cujo valor se define no mercado do emprego, constituindo-se em compra e venda de força de trabalho. No interior dessas relações sociais, a educação tende a se reduzir a uma “[...] preparação psicofísica, intelectual, estética e afetiva subordinada às necessidades unidimensionais da produção mercantil.” (FRIGOTTO, 2009, p. 72).

Diante o exposto, no contexto da ideologia da escola de pensamento que defende a Teoria do Capital Humano, a educação tem sido vista pelo viés da economia, como formação do capital humano, em um modelo de formação de sujeitos produtivos para o mercado, constituído pelas competências necessárias à empregabilidade. Por outro lado, podemos pensar a educação em direção oposta a

essa ideologia, que atenda às necessidades da população excluída dos direitos básicos da existência humana e dos princípios da formação de sujeitos críticos, conscientes e construtores de sua própria história.

Nesse sentido, emergiu a educação popular, como um legado do educador Paulo Freire (1921-1997), que trouxe importantes reflexões sobre os sujeitos postos à margem da sociedade do capital. “Uma educação direcionada e construída para atender as necessidades do povo, a partir da sua realidade.” (MACIEL, 2011, p. 328). Porém, pelo seu viés de atuação com as classes populares, não tem tido a relevância necessária por estar dirigida aos sujeitos excluídos do processo educativo, não tendo aparecido como área do conhecimento de importância primordial em universidades (MACIEL, 2011).

Na linha de raciocínio de Ramos (2012) ele destaca as armadilhas ou inércias que a educação pode induzir em termos de acumulação de Capital Humano. Um primeiro ponto diz respeito ao produto do processo educativo, pois sua qualidade, sua capacidade de aprendizagem e valorização do ensino podem estar condicionadas pelo entorno familiar. Famílias com baixa acumulação de Capital Humano podem obter reduzidos rendimentos no mercado de trabalho, comprometendo a escolarização dos filhos, bem como outros fatores (alimentação, saúde etc.), que podem limitar a capacidade de agregar conhecimentos e habilidades, capacidade cognitiva, domínio de idiomas etc. Também, por seu lado, jovens, cuja origem social está em famílias de ingressos precários, com pouco Capital Humano acumulado, frequentarão escolas nas quais os colegas apresentarão um perfil similar. Conseqüentemente, “[...] existiria uma inércia na hierarquização social” (RAMOS, 2012, p. 227).

Em relação às interpretações concorrentes à Teoria do Capital Humano, segundo Ramos (2012), estas “[...] foram elaboradas a partir de diversos marcos teóricos e envolvem diferentes graus de radicalismo.” (RAMOS, 2012, p. 213). Segundo ele, o pensamento marxista, e até mesmo o pós-keynesiano, sempre tiveram um “olhar” diferente sobre a questão distributiva e que o diálogo com essa teoria foi quase inexistente, pois a forma de “olhar o mundo” era radicalmente distinta. E ressalta que, quando o tema está relacionado à educação, estes tendem a se render às propostas de política do pensamento convencional (RAMOS, 2012).

Como tentativa de diálogo com escolas tradicionais, com vistas em construir marcos alternativos, Ramos (2012) apresenta três questionamentos acerca da

Teoria do Capital Humano, com maior destaque na literatura: a Teoria do Filtro¹³; a Teoria da Fila (ou concorrência sobre os postos de trabalho)¹⁴; e a Teoria do Credencialismo.

Conforme Ramos (2012), de acordo com a Teoria do Filtro, as características da oferta (indivíduo) é que determinam a produtividade, mas os conhecimentos adquiridos no sistema escolar não. E é esse o ponto crítico apontado por Ramos (2012). O argumento desta teoria é que o sistema escolar serve simplesmente como filtro para a seleção de pessoas pelos empregadores. Dessa maneira, a frequência à escola visaria mais a aquisição de um diploma que a aquisição de conhecimentos e habilidades (RAMOS, 2012).

De acordo com a Teoria da Fila, “[...] os fatores determinantes da produtividade estão associados à demanda (postos de trabalho) e não à oferta de trabalho”, conforme descreve Ramos (2005, p. 215). Por esta linha de pensamento, a concorrência pode ser representada por uma fila imaginária, cujo lugar é determinado pelo fator educação. Portanto, quanto maior o nível de educação, melhor será o lugar na fila. Nesse contexto, Ramos (2005) cita vários fatores que contestam essa linha de pensamento, dentre eles: o papel da educação e formação; a importância do nível educacional em realidades distintas; as políticas públicas voltadas para a educação poderão gerar mão de obra sobrequalificada para os postos de trabalho.

Para a teoria da concorrência sobre o posto, quem determina a produtividade é o posto de trabalho e não a oferta de trabalho. Por esta abordagem o Estado não deve intervir no mercado de trabalho por meio de políticas públicas, devendo se limitar à educação e concentrar suas ações na qualificação da oferta de trabalho. Conforme destaca Ramos (2012), como consequência, teríamos mão de obra sobrequalificada para os postos de trabalho que seriam criados.

Conforme descreve Ramos, para o Credencialismo, o sistema educativo é identificado unicamente “[...] como tendo um papel na reprodução da ordem social existente, sendo negados os supostos efeitos da produtividade sobre os salários, bem como, os da educação sobre a produtividade.” (RAMOS, 2012, p. 218). Assim, o sistema escolar formaria pessoas de maneira multidimensional e não tecnicamente

¹³ Desenvolvida pelo Prêmio Nobel (1972) Kenneth Arrow. Para Arrow, conforme a teoria neoclássica, as características da oferta (do indivíduo) determinam a produtividade (RAMOS, 2012).

¹⁴ Teoria popularizada por Lester Thurow, no começo dos anos 1970.

(habilidades e conhecimentos). Ramos avalia que a maior dificuldade de avaliar esta teoria está na reduzida possibilidade de verificação empírica. Ao que parece, esse fator contribuiu para que este marco teórico não tenha muita popularidade (RAMOS, 2012).

Em relação ao desenvolvimento teórico da Teoria do Capital Humano, Ramos apresenta a Equação Minceriana de Salários¹⁵, como uma equação que sintetiza os fatores relacionados à influência da escolaridade e da experiência na formação de salários combinados com os aspectos da discriminação e segmentação. Segundo ele, em sua concepção, a equação é um “[...] instrumento para testar, empiricamente, a influência das variáveis corriqueiramente mencionadas como tendo influência na determinação dos rendimentos do trabalho.” (RAMOS, 2012, p. 220).

Para a compreensão da abordagem da Equação Minceriana, o autor destaca algumas precauções a serem tomadas. A primeira diz respeito à parte da variação de salários que é explicada pela equação. Ele faz um alerta para que não haja generalizações quando a variação explicada é reduzida. A segunda precaução consiste em evitar cair no empirismo. Ramos explica que uma equação de salários pode incluir anos de estudo, idade, sexo, raça, região, setor de atividade, tamanho do estabelecimento, sindicalização etc. Considerar tudo isso e outras variáveis, ou incluir variáveis depois que evidenciaram um bom ajustamento econométrico para, em seguida, imaginar uma justificativa teórica “[...] é sempre uma tentação, visto que no mercado não faltarão referências de modelos que estabeleçam nexos.” (RAMOS, 2012, p. 222). A terceira precaução apontada por Ramos, diz respeito ao fato de a Equação Minceriana ser tratada como uma variável exógena. No entanto, ela poderá depender “[...] de outras variáveis e o coeficiente obtido na regressão não representaria fielmente a influência dos anos de estudo nos salários.” (RAMOS, 2012, p. 222).

Pensar também outros elementos para uma reflexão maior e prudente sobre o valor e a abrangência das definições da Equação Minceriana é recomendado por Ramos para a totalidade de sua compreensão. Para tanto, ele chama a atenção para a mediação da educação; para as características associadas ao capital

¹⁵ Termo associado a Jacob Mincer, economista estadunidense. Trata-se de um dos mais reconhecidos estudiosos na área da economia do trabalho.

humano¹⁶, como as origens do ambiente familiar e social; para as estatísticas que captam os salários dos ocupados, desprezando os indivíduos que não estão participando do mercado de trabalho; e para as horas trabalhadas ou os dias trabalhados, que podem estar correlacionados com a educação etc. (RAMOS, 2012, p. 223).

A questão da educação como fator de desigualdade também absorveu os estudos de Ferreira e Veloso (2005). Para eles, a educação afetou a desigualdade de renda no Brasil por dois motivos. Um deles é a elevada desigualdade educacional da força de trabalho. O segundo motivo é o fato de a taxa de retorno à educação – ou seja, o aumento de salário resultante de um ano adicional de estudo – ser bastante elevada.

No Brasil, na análise de Ferreira e Veloso (2005), a distribuição da escolaridade é mais importante do que em outros países para explicar a desigualdade de renda. Isso, por duas razões. A primeira consiste no fato de que a desigualdade educacional brasileira é mais elevada do que em outros países. Uma segunda razão, mais importante, seria uma taxa de retorno à educação mais elevada no Brasil, ou seja, um aumento maior do salário decorrente de um ano a mais de estudo. Na combinação dessas razões tem-se uma elevada desigualdade educacional e prêmios à escolaridade elevados para padrões internacionais. (FERREIRA; VELOSO, 2005).

Despontam também os estudos de Barros (2000) e Ferreira (2000), que indicam o papel da educação como crucial para entendermos a elevada desigualdade de rendimentos no Brasil. Ambos os autores demonstram que diferenças educacionais explicam entre 30% e 50% da desigualdade de renda salarial no Brasil.

Também estudos de Lam e Levinson (1990) revelam que a educação explica uma parcela maior da desigualdade salarial no Brasil que nos Estados Unidos, por exemplo. Seus estudos identificaram uma fração entre 34% e 48% da desigualdade de salários no Brasil, dependendo da faixa etária dos indivíduos, enquanto os valores correspondentes para os Estados Unidos variam entre 3% e 16% para as mesmas faixas etárias.

¹⁶ A Teoria do Capital Humano tem como vocação tentar explicar a racionalidade (econômica) de adquirir conhecimentos e habilidades e, em função deste modelo, vários desdobramentos poder ser procurados (armadilha da pobreza, distribuição de renda etc.) (RAMOS, 2012, p. 229).

Para reforçar nossa compreensão, Fernandes e Menezes-Filho (2001) também vão dizer que o maior diferencial de salário se dá na comparação entre trabalhadores com ensino superior completo e trabalhadores com ensino médio completo. Taxas de retorno extremamente elevadas também são obtidas a partir da diferença entre trabalhadores com quarta série completa do ensino fundamental, em relação àqueles indivíduos sem escolaridade. Segundo esses autores, existe uma significativa desigualdade educacional, que tem efeito direto no mercado de trabalho, através de seu impacto na remuneração dos trabalhadores.

Em relação aos indicadores educacionais, as análises de Ferreira e Veloso, para o período de 1960 a 2000, vão apontar que a evolução da escolaridade média da população com 15 anos ou mais de idade permaneceu relativamente constante entre 1960 e 1980 (FERREIRA; VELOSO, 2005, p. 381). A partir de 1980 ocorreu um aumento expressivo do nível educacional, tendo a escolaridade média se elevado de 3,1 anos de estudo, em 1980, para 4,9 anos de estudo, em 2000. Em 1960, quase 50% da população com 15 anos ou mais de idade no Brasil tinham menos de um ano de estudo (sem escolaridade). Essa proporção declinou continuamente ao longo do período, correspondendo a 16% da população em 2000. Os autores ressaltam que, países de renda *per capita* similar à brasileira, como Argentina e Chile, também experimentaram aumentos expressivos de escolaridade, o que implicou que a distância de escolaridade no Brasil em relação a esses países se elevasse ao longo do período.

Um indicador educacional importante para demonstrar a evolução da escolaridade média da população, utilizado por Ferreira e Veloso, é a taxa de frequência, ou taxa de atendimento, que mostra a proporção de pessoas, em determinada faixa etária, que está sendo atendida pela rede escolar. Para verificar essa evolução, “[...] é considerado o número de matrículas no ensino fundamental, médio e no ensino superior.” (FERREIRA; VELOSO, 2005, p. 382). Conforme esses autores, embora o avanço do ensino fundamental tenha sido importante, a principal característica da década de 1990, sob o ponto de vista educacional, foi a grande expansão do ensino médio. Entre 1990 e 2000, a matrícula no ensino médio mais do que dobrou. Houve também um grande aumento no número de matrículas no ensino superior entre 1980 e 1990, com uma expansão de 12%. Na sequência, entre 1990 e 2000, houve um crescimento de 75%. Observa-se, então, uma significativa expansão educacional na década de 1990 nos diversos níveis de ensino. No

entanto, ocorreu uma distorção série-idade e uma baixa qualidade do aprendizado, levando a que esses fatores permanecessem como desafios a serem ainda superados pela política educacional. Em relação à qualidade do ensino, os resultados do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) “[...] mostraram uma queda no desempenho escolar dos alunos do ensino fundamental e médio matriculados na rede pública entre 1995 e 2001.” (FERREIRA; VELOSO, 2005, p. 382).

Esses mesmos estudos estimam ainda que a probabilidade de um filho de pai analfabeto também ser analfabeto é de 31,9%, e a probabilidade deste ter no máximo dois anos de escolaridade é de mais de 50%. Em contrapartida, essas probabilidades caem dramaticamente à medida que a educação do pai aumenta, e são praticamente nulas para filhos de pais com ensino superior completo. Essas evidências empíricas mostram que nas últimas décadas de 2000 ocorreu uma melhora expressiva em diversos indicadores educacionais no Brasil.¹⁷ No entanto, segundo Ferreira e Veloso (2005), apesar dos avanços obtidos, os indicadores educacionais ainda são baixos, em relação aos níveis observados em países desenvolvidos e também em relação a países em estágio de desenvolvimento semelhante ao brasileiro.

Conforme apontado nos estudos de Ferreira e Veloso (2005), o quadro educacional tem importantes implicações para a desigualdade de renda, desigualdade de oportunidades e crescimento econômico. Estes mostram que a educação é um determinante importante da desigualdade de renda no Brasil, decorrente da combinação de dois fatores. Primeiro, a elevada desigualdade educacional no Brasil. Segundo, o prêmio à escolaridade, ou seja, o aumento salarial resultante de um ano a mais de estudo, é muito alto no Brasil. Esses dois fatores, segundo esses autores, estão fortemente associados aos baixos indicadores educacionais do país.

Como se percebe, os estudos de Ferreira e Veloso (2005) corroboram com a abordagem de que a desigualdade de oportunidades é um aspecto relevante da

¹⁷ Dados mais recentes, a exemplo dos divulgados no estudo Síntese de Indicadores Sociais (SIS) 2014, revelam que a escolaridade média da população brasileira de 25 anos ou mais aumentou entre 2004 e 2013, passando de 6,4 para 7,7 anos de estudo. Esse incremento foi mais intenso entre os 20% com os menores rendimentos, que elevaram de 3,7 para 5,4 os seus anos de estudo. Entre 2004 e 2013, a proporção de pessoas da faixa etária 25 a 34 anos com ensino superior praticamente dobrou, passando de 8,1% para 15,2%. Porém, o percentual é o menor, se comparado aos países da Organização de Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Fonte: IBGE.

desigualdade no país. Segundo eles, a evidência empírica demonstra que a educação dos filhos no Brasil é fortemente determinada pela educação dos pais. Isso sugere a existência de uma elevada desigualdade de oportunidades no Brasil, visto que indivíduos com ambiente familiar mais favorável em termos de escolaridade e renda “[...] têm melhores oportunidades de ascensão educacional que membros de famílias mais pobres.” (FERREIRA; VELOSO, 2005, p. 395).

Relatório recente¹⁸, elaborado pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE, 2015)¹⁹ mostrou que o Brasil apresenta sinais promissores de redução das desigualdades sociais. A ampliação do acesso à educação e o aumento no salário mínimo resultou, no Brasil e em outros países analisados, na redução da desigualdade de renda no trabalho. A diferença salarial entre postos que exigem maior e menor qualificação diminuiu. Além disso, a ampliação dos programas de transferência de renda, a exemplo do Bolsa Família, contribuiu para a redução da pobreza. Para reduzir a distância entre ricos e pobres e ampliar o crescimento, o relatório recomenda a promoção de mais igualdade entre homens e mulheres, ampliação do acesso a melhores empregos, mais investimentos em educação e formação e redistribuição de recursos, por meio de transferências de renda.

Em relação às dimensões da desigualdade na renda do trabalho, de acordo com o Relatório do BID (1999), o fator educação (nível de escolaridade) explica grande parte dessas diferenças. Um trabalhador que tenha atingido seis anos de estudo (equivalente ao ensino primário) e obtém o primeiro emprego, alcança ganhos salariais 50% mais elevados do que aqueles que não foram à escola. A diferença aumenta para 120% se for um trabalhador que tenha atingido 12 anos de estudos (que normalmente corresponde ao secundário completo) e superior a 200% se tiver atingido 17 anos de ensino (faculdade completa). No Brasil, os trabalhadores com seis anos de educação têm rendimentos quase o dobro daqueles sem

¹⁸ Disponível em: <<http://www.brasil.gov.br/>>. Acesso em: 04 nov. 2016.

¹⁹ A OCDE reúne 34 países, sendo a grande maioria economias industrializadas. No relatório de 2015 a OCDE faz uma análise específica da desigualdade em economias emergentes, comparando os resultados com a média dos países integrantes da organização. O relatório conclui ainda, que, em contrapartida, houve aumento da desigualdade nos países ricos. Essa tendência foi verificada na maioria dos países-membros da OCDE, em especial nas nações que adotaram a austeridade fiscal como resposta à crise econômica de 2008/2009. Atualmente, na região analisada, os 10% mais ricos ganham 9,6 vezes mais que os 10% mais pobres. A proporção, que era 7 para 1 na década de 1980, passou de 9 para 1, depois do ano 2000. Os altos índices de desigualdade atrapalham o crescimento e as consequências são tanto econômicas quanto sociais. (OCDE, 2015).

educação, enquanto no Peru a diferença é reduzida para 40% e na área urbana da Argentina para 35%. Também no Brasil, aos 12 anos de escolaridade, as diferenças de renda em relação àqueles que não têm educação atingem 170%, enquanto no Peru e Argentina atingem apenas cerca de 80%. E aos 17 anos de educação, as disparidades são 280% no Brasil, em comparação com os números da ordem de 160% e 145% na Argentina e Peru, respectivamente. Assim,

[...] a desigualdade de renda não é apenas devido à forma como está distribuída a educação, mas também à maneira como o mercado de trabalho remunera a educação em cada país, e dentro de cada país segundo outras características dos indivíduos e como eles são inseridos nesse mercado. (BID, 1999, p. 39).

De acordo com o Relatório do BID (1999), as diferenças de renda entre o trabalhador com nível de educação e o sem instrução que consegue seu primeiro emprego tendem também a aumentar com a idade. Considerando o que acontece ao passar do tempo com os salários de dois indivíduos, um dos quais é analfabeto, enquanto o outro concluiu os estudos universitários, segundo indica a evidência tomada para um caso brasileiro, temos que: aos 25 anos, a diferença de renda entre os dois não será superior a uma proporção de quatro por um; ao acumular anos de experiência, a renda do indivíduo qualificado irá aumentar continuamente, enquanto o trabalhador sem instrução quase não terá mudança; aos 40 anos de idade, a diferença de rendimento é de seis para um e aos 55 anos de idade será 10 vezes maior. Comparado com os perfis de idade para um trabalhador de 17 anos de estudo, com um sem instrução, temos que: aos 25 anos, as diferenças de renda devido à educação se movem em uma escala de cinco para um, ao passo que aos 55 anos são oito para um. Portanto, verifica-se que, no Brasil, as diferenças de renda por níveis de ensino são mais acentuadas com a idade (BID, 1999).

Assim, conforme o relatório (BID, 1999), de todos os ângulos da desigualdade, os associados à educação são as mais importantes. Um trabalhador de 25 anos com educação universitária ganha quatro vezes mais que um trabalhador que tem apenas o ensino primário, e cinco vezes mais do que um trabalhador analfabeto. E os desníveis acentuam-se com a experiência, que é uma forma diferida de influência da educação sobre a renda. Aos 55 anos de idade, um trabalhador com formação universitária ganhará 4,5 vezes mais do que um trabalhador com ensino primário e oito vezes mais do que um analfabeto com essa idade. Devido ao efeito da educação através da experiência, há também uma

dimensão geracional da desigualdade: as gerações mais velhas (em idade produtiva) têm mais renda do que as gerações mais jovens e essas lacunas são maiores quanto mais elevados são os níveis de educação (BID, 1999).

Em comparação com as desigualdades associadas à educação e experiência, as demais são de magnitudes menores, mas certamente não é desprezível. A análise do BID (1999) aponta que as diferenças entre empregadores e empregados são da ordem de 40%, e entre estes e os trabalhadores do setor informal (funcionários e trabalhadores por conta própria) são de 20% para os homens e perto de 40% para as mulheres. É no setor informal que se concentra a aparente discriminação contra as mulheres, que pode em parte ser devido a menores taxas de acúmulo de experiência, mas reflete as maiores dificuldades de acesso das mulheres a ocupações formais, devido às exigências específicas desses postos de trabalho e a rigidez imposta pela legislação trabalhista (BID, 1999).

Conforme vimos anteriormente, segundo alguns estudiosos, o nível médio de escolaridade alcançado pela população é o indicador mais importante da quantidade de "capital humano" de que dispõem os trabalhadores de um país. Porém, conforme demonstram os dados do Relatório do BID (1999), esta é apenas uma dimensão do estado da educação. Para explicar as diferenças das remunerações dos trabalhadores é necessário considerar ainda como se encontra distribuído esse capital educacional entre a população. Sociedades onde os níveis de ensino diferem muito entre umas pessoas e outras são susceptíveis de ter uma maior concentração de rendimento de trabalho do que na sociedade onde essas diferenças não são muito pronunciadas. Mas a dispersão da educação não é suficiente para explicar as diferenças de renda. Seu impacto dependerá das diferenças de remunerações existentes entre aqueles que têm muitos e os que têm poucos anos de estudo. Por fim, também haverá diferenças de remuneração entre os que têm o mesmo número de anos de estudo, que em parte será o resultado de diferenças na qualidade ou nas características da educação (BID, 1999).

Portanto, conforme este relatório do BID (1999), o nível médio de educação, a distribuição da educação, as disparidades de remuneração por nível de educação e as diferenças de qualidade são as quatro dimensões que devem ser consideradas para analisar a influência da educação sobre a concentração de renda do trabalho. Essas dimensões estão relacionadas. Por exemplo, quando o nível médio de educação em um país é muito baixo, sua distribuição tende a ser bastante

igualitária. As diferenças surgem quando alguns indivíduos começam a receber mais educação do que outros. Da mesma forma, as remunerações relativas dos que têm muita educação tendem a ser muito elevadas inicialmente, quando são uma minoria, mas será menor em sociedades com níveis de educação mais elevados e melhor distribuídos. Uma má distribuição da educação, por sua vez, refletirá não só em diferenças no número de anos de escolaridade alcançada, mas no fato de que aqueles que recebem educação inferior recebem remunerações menores e têm menor probabilidade de alcançar níveis educacionais mais elevados (BID, 1999).

Reforçando esses dados, os estudos do BID vão dizer ainda que a disseminação da educação tende a aumentar por causa da maneira como são combinadas as diferenças *entre e dentro* das gerações. Os níveis médios de educação têm aumentado, em parte, porque as pessoas mais jovens estão recebendo mais educação do que gerações anteriores – o qual afeta a dispersão *entre* as gerações –, mas também porque a dispersão *dentro* de cada geração está melhorando. Este fenômeno tem sido mais acentuado em alguns países do que em outros (BID, 1999).

Quando se compara o rendimento de educação por níveis, tem-se que os rendimentos individuais da educação são mais altos onde a escassez deste recurso é mais aguda. Por exemplo, um indivíduo que atinge um ano adicional de educação em um país onde os níveis de educação são muito baixos tem um aumento de renda muito maior do que ocorreria em um país onde todos alcançam níveis mais elevados de educação. Essas diferenças de desempenho podem ter um enorme impacto sobre as diferenças de renda. Sobre esse fenômeno, os dados do BID revelam que, com um retorno da educação de 12%, a diferença de renda entre um indivíduo com formação universitária completa e alguém sem educação é de cinco por um, com uma taxa de retorno de 18% sobe para 17 vezes e com um retorno de 30% atinge 86 vezes. O efeito que isso tem sobre a distribuição de renda também depende da distribuição da população por níveis educacionais. Se a escolaridade média corresponde à educação que atinge uma grande maioria da população, como é tão elevado seu desempenho, haverá pouca diferença na distribuição de renda. (BID, 1999).

É a partir da observação do quadro exposto acima que podemos, então, inferir: pouca educação, baixo rendimento. Isso posto, deduzimos que o rendimento da educação varia não só entre países, mas por níveis de ensino. Em sua

investigação, o relatório do BID (1999) aponta ainda que o desempenho de formação secundária é inferior à da universidade. O baixo rendimento que oferece a educação básica pode estar refletindo a influência da globalização, por meio de vários canais. A incorporação da China e de outros países menos desenvolvidos no comércio mundial pode ter exercido uma pressão adversa sobre a remuneração do trabalho das pessoas com educação básica. A liberalização comercial pode ter aumentado o preço relativo dos recursos naturais locais, em detrimento da remuneração relativa de trabalho. E junto com as políticas macroeconômicas, a liberalização comercial parece ter levado à adoção de mudanças tecnológicas que deslocaram a demanda de trabalho para empregos mais qualificados. Esses fatores de demanda também têm interagido com uma forte expansão da oferta de mão de obra não qualificada por razões demográficas, que não foi compensada por uma melhoria nos níveis de educação (BID, 1999).

2.3 CONCLUSÕES

Os dados do relatório do BID (1999) permitem a interpretação de que existem, de fato, grandes diferenças na qualidade da educação que recebem pobres e ricos. Essas diferenças reforçam a influência da distribuição da educação e da estrutura de retorno sobre a concentração de renda. A origem dessas diferenças de qualidade não é a magnitude do gasto e nem sequer o fato de que os ricos têm maior acesso à educação privada. O problema está na organização do sistema de ensino público, que normalmente é altamente centralizado, não fornece incentivos para se adaptar às condições de alunos e suas famílias, nem para melhorar a qualidade (BID, 1999).

Diante do exposto, tem-se que, do ponto de vista da igualdade de renda, identificamos que, em geral, a educação tem características problemáticas, as quais podem ser demonstradas em quatro dimensões, quais sejam:

- a) no Brasil, o nível de educação tem crescido mais lentamente nas últimas décadas, devido a deficiências no âmbito do ensino secundário e a retirada precoce do sistema escolar das crianças de famílias de baixa renda;
- b) a dispersão da educação é elevada, pois, para além do fato de que as gerações mais jovens têm mais educação do que as gerações anteriores,

em cada geração existem grandes diferenças nas conquistas educacionais de uns indivíduos e outros;

- c) o desempenho da educação é baixo nos primeiros anos de escolaridade, mas é alto para o ensino universitário, e é substancialmente menor no campo do que na cidade;
- d) a qualidade da educação é mais baixa para estudantes que provêm de famílias de baixa renda, que em sua maioria frequentam escolas públicas e não podem acessar o ensino privado de melhor qualidade.

Torna-se imperativo, então, ressaltar, a partir dos estudos aqui referenciados, que nos foi possível verificar a existência de uma educação profundamente estratificada, que está reproduzindo, em vez de corrigir, as desigualdades de renda. Porém, apesar das suas fragilidades, a educação é essencial para o progresso econômico e social.

3 EVIDÊNCIAS EMPÍRICAS SOBRE DESIGUALDADE E DISTRIBUIÇÃO DE RENDA

O Brasil se destaca entre os três primeiros no ranking da desigualdade de renda *per capita* entre os países da América Latina, e esta se destaca como a maior desigualdade de renda *per capita* do mundo. Isso se deve às enormes lacunas entre as famílias pertencentes ao decil mais alto de renda e as demais famílias. Embora a renda familiar provenha de diversas fontes, a concentração de renda total, medida a partir de pesquisas domiciliares, está estritamente relacionada com a concentração de renda do trabalho (BID, 1999).

Nesse contexto, nosso objetivo com este capítulo é apresentar, de acordo com pesquisas já realizadas, as grandes correntes de estudos sobre as origens da elevação da desigualdade, os efeitos de uma distribuição de renda no Brasil e a participação da mulher no mercado de trabalho. Para proporcionar um melhor entendimento sobre as evidências empíricas que subsidiaram nossa pesquisa, estruturamos este capítulo em três partes. Na primeira parte apresentaremos as evidências empíricas sobre desigualdade de renda. Na segunda parte trataremos da desigualdade de renda com enfoque voltado para pobreza e bem-estar. Por derradeiro, na terceira parte, apresentaremos uma breve revisão de estudos empíricos sobre a participação da mulher no mercado de trabalho brasileiro, com destaque para as pesquisas que serviram de referência para o nosso estudo.

3.1 ESTUDOS EMPÍRICOS SOBRE PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO

Os estudos a respeito das causas, explicações e implicações da desigualdade de renda podem ser alinhados em duas grandes correntes. De um lado, aqueles que defendem a linha de Langoni (1973), que entendeu a elevação da desigualdade como uma consequência natural do crescimento acelerado do período, combinando efeitos com posição à *La Kuznets*, com desequilíbrios transitórios no mercado de trabalho, frutos de um suposto viés tecnológico decorrente da complementariedade entre capital e qualificação, que gerava um descompasso entre a expansão da demanda e da oferta de mão de obra qualificada. De outro, aqueles que defendem uma conexão mais direta com as políticas econômicas adotadas à época, representada por Fishlow (1972). Essa corrente de pensamento também identificava

a importância da educação para a determinação dos rendimentos do trabalho, mas enfatizava o papel da política econômica e de mecanismos institucionais próprios ao mercado de trabalho, principalmente regras salariais, para explicar o aumento da desigualdade. Em função disso, uma enorme literatura se desenvolveu ao longo das décadas de 1980 a 1990 com o objetivo de medir o impacto na distribuição de rendimentos das características inatas e/ou adquiridas previamente ao ingresso do indivíduo no mercado de trabalho (FERREIRA; VELOSO, 2005).

Para Ramos e Mendonça (2005), o trabalho de Langoni foi determinante, marcando o início da controvérsia, e se caracterizou como ponto de referência ao longo dos anos. Entre uma série de variáveis, Langoni identificou a educação como sendo o mais importante instrumento para explicar a desigualdade. Embora tenha havido algumas tentativas de contestar a validade de seu resultado empírico, o centro do debate acabou sendo a conotação emprestada à relação entre educação e renda. Enquanto Langoni lançava mão da teoria do capital humano para defender a causalidade da educação para a renda, outros recorriam à visão estruturalista, às teorias de mercados internos de trabalho e, até mesmo, defendiam a causalidade no sentido inverso.

Para uma leitura interpretativa desse fenômeno, Ramos (2012) atribui a Adam Smith, em sua obra *A riqueza das nações* (1988), o marco inicial do pensamento econômico, uma abundância de referências aos vínculos entre a educação e a produtividade. Smith (1988), o pai do liberalismo, sustentava que um homem educado podia ser comparado a uma máquina sofisticada, de elevado custo. “Como a educação ou a formação desse trabalhador requereu custos, esperava-se que os salários a ele pagos fossem superiores, a fim de remunerar esses maiores investimentos.” (RAMOS, 2012, p. 190).

De acordo com Ramos e Mendonça (2005), a controvérsia dos anos 1970 despertou a atenção para a importância de produção de informações mais ricas e frequentes, bem como o uso e desenvolvimento de técnicas mais apuradas para o seu tratamento. A partir de meados dos anos 1980 tem início uma nova fase no enfoque dos estudos sobre desigualdade de renda no Brasil, ocasionada pela abundância de dados, proporcionada pela regularidade da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e pela crescente preocupação com o entendimento da origem da desigualdade e com a explicação de suas variações em intervalos de tempo. Os autores sustentam que o modelo básico comum aos estudos incorporava

elementos de visões alternativas, considerando a existência de alguns fatores que podem gerar diferenciais de salários, entre eles:

- a) diferenciais compensatórios: salários distintos podem ser uma forma de compensação por diferenças na qualidade dos postos de trabalho ocupados por trabalhadores com igual potencial produtivo;
- b) heterogeneidade dos trabalhadores: as diferenças de salários podem ser provenientes de diversos níveis de trabalhadores, no que se refere à sua dotação de atributos produtivos, valendo destacar, entre eles, a educação e a experiência. Nesse caso, o mercado de trabalho estaria traduzindo, em maior ou menor escala, essa heterogeneidade em dispersão salarial;
- c) mercado segmentado: o mercado de trabalho pode estar segmentado, remunerando de forma distinta trabalhadores que são igualmente produtivos, sem base em nenhum critério explícito; e
- d) discriminação no mercado: o mercado pode estar remunerando diferentemente trabalhadores igualmente produtivos com base em atributos não produtivos (cor e gênero, por exemplo), evidenciando, então, uma forma de discriminação.

Apesar das diferenças da visão de mercado de trabalho, esses estudos possuíam estrutura similar e reportam a um resultado comum: a constatação de que a variável educação é, com folga, aquela que mais explica o elevado grau de desigualdade na distribuição de rendimento do trabalho, seja como gerador de desigualdades, ou como revelador de desigualdades preexistentes (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

A partir do início da década de 1990, tem-se uma maior atenção para a investigação da influência de variáveis de natureza econômica, como inflação, salário mínimo e flutuações de demanda agregada e emprego. Todavia, com o passar dos anos, as atenções foram se voltando para a questão da pobreza. Desde a discussão de sua definição e de como mensurá-la, passando pela divergência sobre qual a linha de pobreza apropriada, incluindo esforços para a identificação dos grupos afetados de maneira mais crônica, até estimativas de recursos necessários para eliminá-la e avaliações das políticas existentes para combatê-la, “[...] muitos pontos foram objeto de constantes esforços de pesquisa sobre o tema” (RAMOS; MENDONÇA, 2005, p. 363).

Mas, foi no final da década de 1990, que se instalou, com mais determinação, a polêmica a respeito da orientação do gasto público e seu comprometimento com a redução da pobreza. O ponto que mais provocou controvérsias foi a focalização *vis-à-vis* à universalização na orientação desses gastos. Alguns autores defenderam ardorosamente suas posições em cada lado. Mas, para ambos os lados, essa é uma questão central na agenda social brasileira, juntamente com a concepção e sistematização de processos de monitoramento e avaliação de políticas e programas na área (RAMOS; MENDONÇA, 2005, p. 363).

Para avaliar a desigualdade de renda, Ramos e Mendonça (2002) utilizam o coeficiente de Gini. Assim, ao verificarem os dados dos anos 1980, certificaram que o aumento do grau de desigualdade de renda foi mais evidente do que ao longo da década seguinte, quando o grau de desigualdade medido pelo índice de Gini apresentou um crescimento mais acelerado, atingindo seu nível máximo no auge da instabilidade macroeconômica (1989), chegando a 0,64.

Durante os anos 1990, as flutuações no grau de desigualdade são bem menores. O índice de Gini praticamente se mantém inalterado, em 0,60, na maior parte dos anos. Enquanto os 40% mais pobres da população, em 2002, se apropriavam de apenas 8% da renda, os 10% mais ricos detinham 47%, levando a que a renda média desse último grupo fosse 22 vezes maior que a do primeiro, valor praticamente igual ao observado para 1992 (RAMOS; MENDONÇA, 2002).

Ao analisarem essa especificidade, Barros e Mendonça (2005) concordam que na década de 1990 foi pouco relevante o declínio no grau de desigualdade. No que se refere ao Plano Real, as estimativas apresentadas pelos autores não mostraram qualquer evidência de que este tenha produzido qualquer impacto significativo sobre a redução no grau de desigualdade, apesar de a pobreza ter sofrido uma redução de oito pontos percentuais, conforme descrito. Os autores ressaltam a existência de uma extensa literatura dedicada à investigação das causas dessa desigualdade. Acompanhando o raciocínio dos autores, compartilhamos suas reflexões de que é possível explicar em torno de 60% do total da desigualdade de renda e compreender que a principal fonte da desigualdade de renda brasileira é a desigualdade entre os níveis de escolaridade dos indivíduos. O que significa que, caso a heterogeneidade educacional fosse eliminada, a desigualdade de renda seria potencialmente reduzida em até cerca de 40%. Ou

seja, a educação responde por cerca de dois terços de todas as fontes identificadas para explicar a desigualdade observada.

Ainda de acordo com Ramos e Mendonça (2005), se concentrarmos nas contribuições para a desigualdade gerada ou revelada pelo mercado de trabalho, tem-se que a heterogeneidade educacional responde por uma parcela ainda maior da desigualdade – 52%. Outra conclusão importante, associada a esse resultado, apontada pelos autores, é que “[...] o mercado de trabalho brasileiro é, antes de tudo, um *revelador* de desigualdades existentes antes do ingresso dos trabalhadores e não um *gerador* de desigualdades.” (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

Posto que o Brasil se destaca entre os países da América Latina onde se concentram as maiores desigualdades de rendimentos, nele se observam também as maiores diferenças salariais do mundo entre os trabalhadores com níveis de qualificação mais elevados, que se ocupam das tarefas de gestão e administração, e os trabalhadores não qualificados, que se encontram nas tarefas de produção manual. O entendimento da realidade desse fenômeno histórico está na compreensão de que as diferenças de renda de trabalho constituem umas das causas das desigualdades de renda e a principal explicação para essas diferenças de renda se encontra na educação e no poder amplificador que tem a experiência sobre as diferenças de renda das pessoas que têm muita e pouca educação (BID, 1999).

Ao trazer esses elementos, necessários à interpretação de nosso objeto de pesquisa, é preciso ressaltar questões que se imbricam e delineam a reflexão para o seguinte questionamento: dadas as desigualdades das rendas entre os países, estas estão fadadas a permanecer as mesmas, aumentar ou diminuir?

Sob esse viés, Pikety (2015) vai afirmar que para Marx e os teóricos socialistas do século XIX, embora não qualificassem a desigualdade dessa forma, a resposta não suscitaria qualquer dúvida: a lógica do sistema capitalista é alargar incessantemente a desigualdade entre duas classes sociais opostas, os proletários e os capitalistas, e isso tanto no âmbito dos países industrializados como entre países ricos e pobres. Marx, no século XVIII, desenvolveu uma visão materialista da história em suas análises das formações econômico-sociais e dos modos de produção. Para ele, os homens não agem apenas de acordo com o seu desejo subjetivo, mas

conforme o entrelaço dos interesses de classe no qual objetivamente estão inseridos.²⁰

A partir do século XIX deu-se origem à formulação de novas previsões. A mais célebre foi a de Kuznets (1955), para quem a desigualdade tende a desenhar uma curva ao longo do processo de desenvolvimento, com uma “[...] primeira fase de desigualdade crescente causada pela industrialização e pela urbanização das sociedades agrícolas tradicionais, seguida por uma segunda fase de estabilização e depois de redução substancial da desigualdade” (PIKETTY, 2015, p. 26).

Segundo Pikety (2015), pesquisas realizadas na França e nos Estados Unidos, divulgadas por ele em 2001, mostram que essa forte redução da desigualdade observada ao longo do século XX não é de forma alguma consequência de um processo econômico natural. Ela diz respeito exclusivamente à desigualdade dos patrimônios e é decorrente dos choques sofridos entre 1914 e 1915 pelos detentores de patrimônios (guerras, inflação, crise dos anos 1930). A partir de então, a concentração das fortunas e das rendas do capital nunca voltou ao nível astronômico que as caracterizava às vésperas da Primeira Guerra Mundial. A explicação mais verossímil envolve a revolução fiscal que marcou o século XX.²¹ Se as sociedades contemporâneas tornaram-se sociedades de executivos, isto é, sociedades cujo topo da distribuição é dominado por indivíduos que vivem sobretudo das rendas do trabalho (e não mais por aqueles que vivem principalmente das rendas de um capital acumulado no passado), tal reviravolta foi causada acima de tudo por essas circunstâncias históricas e instituições específicas. “Longe de ser o fim da história, a lei de Kuznets é produto de uma história singular e reversível.” (PIKETTY, 2015, p. 28).

Em relação à desigualdade capital-trabalho, destacamos que a partir da Revolução Industrial, e, sobretudo, a partir dos trabalhos de Karl Marx (PIKETTY, 2015), a questão da desigualdade social e da redistribuição de renda é tratada quase sempre em termos de oposição entre capital e trabalho, lucros e salários, patrões e empregados. Assim, a desigualdade é descrita como uma oposição entre aqueles que detêm o capital e recebem seus rendimentos e aqueles que não o

²⁰ Conforme argumenta Marx, em sua obra *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*, “[...] os homens fazem a sua própria história, contudo [...] não são eles quem escolhem as circunstâncias sob as quais ela é feita, mas estas lhes foram transmitidas assim como se encontram.” (MARX, 2011, p. 25).

²¹ Refere-se ao impacto do imposto progressivo sobre a renda (criado em 1914) e do imposto progressivo sobre as heranças (criado em 1901) na acumulação e na transmissão de patrimônios importantes, evitando o retorno à sociedade de rentistas do século XIX.

detêm e devem contentar-se com a renda de seu trabalho. A fonte fundamental da desigualdade seria, portanto, a distribuição desigual da propriedade do capital.

Essa visão da desigualdade como pura desigualdade capital-trabalho teve e por muito tempo continuará tendo um profundo impacto na maneira como se pensa e se concebe a redistribuição, inclusive nos países que não chegaram a abolir a propriedade privada do capital. (PIKETTY, 2015, p. 35).

Ademais, pesquisa realizada pelo BID (1999), que compara salários recebidos por homens e mulheres, demonstrou que as mulheres recebem menos que os homens. Além disso, existem as diferenças de idade e escolaridade entre homens e mulheres e estas recebem remunerações por hora de trabalho que são significativamente inferiores às dos homens.

Essas diferenças podem ser interpretadas como o efeito máximo de discriminação contra as mulheres, dadas as suas características e as ocupações que têm. Na medida em que as mulheres tendem a concentrar-se em ocupações que são mal pagas para quaisquer atividades que elas exerçam, isso se refletirá em salários mais baixos para elas, que aparentemente não refletem a segmentação. Constatou-se, também, que os salários mais baixos pagos às mulheres se deve em parte ao fato de que elas acumulam menos experiência de trabalho do que os homens porque seu envolvimento é menos contínuo devido às exigências da maternidade e trabalho doméstico, que a sociedade tem *tradicionalmente lhes designado*.

Uma consequência desses fatores é que a discriminação pode ser muito substancial das suas atividades específicas em certos tipos de emprego e pode levar muitas mulheres a abandonar a escola prematuramente ou a não trabalhar. (BID, 1999, p. 37).

A investigação do BID também revela que, além das diferenças de salários dos trabalhadores nas zonas rurais e urbanas, em cada área se encontram diferenças muito importantes segundo o tipo de emprego e na questão de gênero, apontando uma menor remuneração às mulheres. Analisando, por exemplo, o caso de um homem assalariado, que trabalha em uma empresa "formal", com dez ou mais empregados, observou-se as seguintes características de diferenciação na remuneração do trabalho por hora e tipos de emprego recebidos pelos homens (BID, 1999):

- a) em qualquer das categorias de emprego, no campo ou na cidade, as mulheres recebem salários mais baixos;
- b) as maiores diferenças se concentram em empregos informais (ocupações por conta própria e empregados de pequenas empresas), tanto rurais como urbanas;
- c) em ocupações informais, as mulheres recebem 25% menos por hora de trabalho do que os homens do mesmo nível de escolaridade e idade;
- d) em ocupações formais, a aparente discriminação contra as mulheres é menos pronunciada; e
- e) as empregadas em áreas urbanas recebem salários 20% mais baixos, mas nas outras ocupações formais (tais como empregadas rurais ou como funcionárias de empresas formais no campo ou na cidade), as mulheres recebem salários que diferem apenas 10% dos salários dos homens. Observou-se, ainda, que a diferença salarial para as mulheres nos setores formais aparentemente não são significativas.

O comparativo por setores econômicos, mesmo considerando as diferenças de remuneração, que podem ser devidas à educação, experiência, sexo e tipo de ocupação, diferentes setores não remuneram igual os seus trabalhadores. Os setores nos quais se requerem habilidades mais específicas e onde operam as grandes empresas tendem a pagar salários mais altos para os trabalhadores, que, por seus anos de formação, experiência e gênero, são aparentemente semelhantes do ponto de vista estatístico. Em qualquer caso, as diferenças por setor são uma dimensão adicional das desigualdades no rendimento do trabalho (BID, 1999).

3.2 BEM-ESTAR SOCIAL, POBREZA E DESIGUALDADE DE RENDA

O bem-estar social associado a uma distribuição de renda deve ser, em princípio, uma função crescente da “eficiência econômica” (que tem como *proxy* a renda média) e da “justiça social” (que pode ter como *proxy* a desigualdade) (RAMOS; MENDONÇA, 2005, p. 359).

Seguindo o mesmo conceito de bem-estar social, Barros e Mendonça (1995a) investigaram empiricamente o efeito combinado das mudanças na renda média e na desigualdade de renda ocorridas no Brasil sobre o nível da pobreza durante as décadas de 1960 e 1970. Com base nas informações dos censos demográficos para

a população economicamente ativa (PEA) com renda positiva de acordo com a renda pessoal total (soma das rendas de todas as fontes), os autores mostraram que o nível médio de renda aumentou 25% de 1960 para 1970, o que equivale a uma taxa de crescimento médio anual de 2,2%. Apesar do crescimento da renda, houve um aumento acentuado do grau de desigualdade nos anos 1960, com o coeficiente de Gini passando de 0,50 para 0,57, enquanto a razão entre a renda média do décimo superior e a dos 40% mais pobres subiu de 13,7 para 18,6 (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

Porém, o crescimento verificado no período foi desigualmente distribuído. Os 10% mais ricos da distribuição foram aqueles que mais se beneficiaram do processo de crescimento, atingindo uma taxa de quase 4% a.a. – o dobro da taxa de crescimento média nos anos 1960. Com isso, a parcela da renda total apropriada por eles passou de 39,7% para 46,5%, o que se compara a uma variação de 11,6% para 10,0% na renda em mãos dos quatro décimos inferiores. Os mais pobres cresceram menos e perderam participação na renda total, mas quem menos usufruiu do crescimento foram aqueles situados nos décimos centrais da distribuição, que em alguns casos chegam até mesmo a sofrer reduções na renda média (RAMOS; MENDONÇA, 2005, p. 365).

O fato de não ter havido crescimento na renda média de todos os décimos da distribuição de 1970 em relação à de 1960 significa que não ocorreu melhoria de Pareto.²² Portanto, não foi possível concluir a respeito do que aconteceu com o bem-estar social e com o grau de pobreza. A distribuição de renda para 1970 domina em segunda ordem a distribuição para 1960 e, conseqüentemente, o nível de bem-estar social aumentou e a pobreza declinou ao longo dos anos 1960. A década de 1970, que engloba o período do chamado “milagre brasileiro”, foi caracterizada por um excepcional crescimento econômico. O nível médio de renda aumentou 97% de 1970 para 1980, o que equivale a uma taxa de crescimento média anual de 7%. Em paralelo a esse crescimento observado na renda, houve um pequeno aumento do grau de desigualdade, com o Gini subindo para 0,59. A fração da renda apropriada

²² Varian define a melhoria de Pareto do seguinte modo: se pudermos encontrar uma forma de melhorar a situação de uma pessoa sem piorar a de nenhuma outra, teremos uma melhoria de Pareto. Se uma alocação permite uma melhoria de Pareto, diz-se que ela é ineficiente no sentido de Pareto, se a alocação não permitir nenhuma melhoria de Pareto, então ela é eficiente no sentido de Pareto. (VARIAN, 2006, p. 15).

pelos 10% mais ricos aumentou em 1,4 pontos percentuais, chegando a 47,9%, enquanto a fração em mãos dos 40% mais pobres declinou ligeiramente para 9,7%.

Portanto, podemos avaliar que é possível afirmar que houve uma melhoria de Pareto quando a distribuição de renda de 1980 é comparada com a de 1970. A implicação direta desse fato é que, pode-se concluir que o bem-estar social aumentou e a pobreza diminuiu nesse período. Quando consideradas as duas décadas em conjunto, as taxas de crescimento são positivas para todos os décimos, tornando claro que houve uma melhoria de Pareto na distribuição entre 1960 e 1980. Isso caracteriza uma evolução e permite afirmar que a distribuição de renda para 1980 é superior à observada em 1960. Portanto, examinando o período 1960-1980 como um todo, apesar do aumento observado na desigualdade, o bem-estar social aumentou e a pobreza diminuiu.

A respeito da evolução do bem-estar social ao longo dos anos 1980, Ramos e Mendonça não chegaram a uma conclusão clara. Já na década seguinte, caracterizada por um período de maior crescimento econômico, esses autores concluem que o bem-estar social aumentou. O crescimento da renda beneficiou todos os estratos de distribuição de renda para 2002 em relação à distribuição da renda para 1992. Quando consideram o período de 1981 a 2002 como um todo, concluem que evidenciou uma melhoria no bem-estar social “[...] em decorrência, fundamentalmente, do crescimento da renda média” (RAMOS; MENDONÇA, 2005, p. 367).

Esta é a razão para Ramos e Mendonça deduzirem que tanto a pobreza como a extrema pobreza declinaram nas duas décadas. O grau de pobreza declinou sete pontos percentuais, passando de 40% em 1981 para 33% em 2002.²³ Destacam que, apesar do crescimento da renda média no período, em 2002, o Brasil ainda apresentava cerca de um terço de sua população vivendo em domicílios pobres (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

Ramos e Mendonça (2005, p. 371) verificaram, ainda, que a redução da pobreza de sete pontos percentuais, observada nas duas décadas como um todo, se

²³ A década de 1990 se refere ao período de 1992 até 2002, pois, em 1991, a PNAD não foi coletada por causa do Censo Demográfico. Conforme Ramos e Mendonça, se compararem os dados de 1990 com os de 2002, identifica-se uma acentuada queda na renda média e uma também expressiva melhora na desigualdade. É preciso cautela, antes de tirar maiores conclusões, haja vista as transformações metodológicas introduzidas na PNAD entre esses dois anos. Apesar de não terem perdido de vez a compatibilidade entre as pesquisas das duas décadas, é sempre segura a comparação entre as PNADs de 1981 e 1992 (RAMOS; MENDONÇA, 2005).

deu inteiramente na década de 1990, mais especificamente após a implantação do Plano Real, em 1994. Ao contrário do observado durante a década de 1980, nos anos 1990, não somente o crescimento da renda média foi maior (2,7% a.a.), mas também foi mais bem distribuído, com o décimo mais pobre apresentando a maior taxa de crescimento da renda. Fruto dessa combinação, o resultado foi uma queda de oito pontos percentuais na incidência de pobreza entre 1992 e 2002.

Entretanto, é preciso deixar claro que a redução do percentual de pobres não necessariamente significa diminuição do número de pobres. É a partir dessa observação que Barros, Carvalho, Franco e Mendonça (2007) vão afirmar que, devido ao crescimento populacional ao longo das duas décadas (1992 a 2002), a população pobre aumentou em 8 milhões, apesar do grau de pobreza ter declinado em sete pontos percentuais. De acordo com os referidos autores, devido ao crescimento populacional, o montante de recursos necessários para aumentar a renda dos pobres de tal forma a eliminar a pobreza é maior em 2002 do que no início da década de 1980.

3.3 A PARTICIPAÇÃO DA MULHER NO MERCADO DE TRABALHO BRASILEIRO

A participação feminina no mercado de trabalho é um fenômeno já conhecido e, nas últimas décadas, este tema tem sido bastante estudado no Brasil. Numa primeira seleção, destacamos alguns textos e artigos publicados, os quais constam na revisão bibliográfica desta pesquisa, que versam sobre os fatores que influenciam na taxa de participação da mulher no mercado de trabalho.

Nessa literatura, ressaltamos o texto publicado por Soares e Izaki (2002), que analisa as mudanças na participação das mulheres no mercado de trabalho no Brasil – utilizando os dados da PNAD. As conclusões são surpreendentes. Primeiramente, os autores revelam que o aumento no número de famílias chefiadas por mulheres pouco influenciou na probabilidade de uma mulher trabalhar. A segunda – considerada pelos autores como a “revolução das mulheres casadas” – é que a maior participação feminina no mercado de trabalho se deu devido ao aumento da participação das mulheres casadas. O aumento na taxa de participação das mulheres com cônjuge explica em torno de 70% do aumento na participação feminina. A terceira conclusão refere-se ao nível educacional das mulheres – considerado a grande variável explicativa da evolução da participação da mulher no mercado de trabalho –, que influenciou 50% da variação na taxa de participação feminina.

Os estudos de Soares e Izaki (2002) possibilitaram ainda o conhecimento de dados importantes para essa análise. Eles verificaram que para qualquer nível de escolaridade da mulher, uma escolaridade maior do cônjuge está associada a uma taxa de participação menor da mulher, sugerindo um efeito preço na propensão a participar do mercado de trabalho.

Na mesma linha de pesquisa, Leone (2000) analisa detalhadamente a oferta da participação feminina no mercado de trabalho, especificamente na cidade de São Paulo. O autor procurou abordar o tipo de família na qual a mulher se encontra, tanto do ponto de vista da estrutura – com ou sem filhos e com ou sem marido –, quanto da perspectiva do perfil socioeconômico. De acordo com ele, as mulheres possuem um importante papel na consolidação do quadro de procura e oferta no mercado de trabalho, pois continuam a ofertar cada vez mais trabalho, e o número de famílias com mulheres que trabalham continua a subir.

Os estudos de Leone (2000) demonstram que existe uma tendência à convergência das taxas de mulheres em diferentes posições no domicílio, com taxa de cônjuges se aproximando da taxa das mulheres chefes de família. Ele observa que as mulheres de famílias mais pobres participam menos que as mulheres de famílias mais ricas, respaldando as conclusões de Ramos e Soares (1994).

Corroborando com a evolução dos estudos sobre o tema, Soares (2002) analisa como a oferta de trabalho varia de acordo com a composição familiar. O autor tenta responder à seguinte pergunta: o sexo e a idade dos filhos exercem influência sobre a probabilidade de a mãe participar do mercado de trabalho? Utilizando modelo probabilístico, *probit*, e modelo linear, o autor modela a probabilidade de participação em função de uma série de variáveis de controle. Para este autor, a educação formal das mães tem forte influência sobre sua probabilidade de buscar trabalho. Em sua análise, ele observa também que os filhos menores de 10 anos reduzem a probabilidade de trabalho, qualquer que seja o sexo da criança. Para filhos com idade maior, principalmente de 12 anos, o efeito depende do sexo da criança – meninas aumentam a probabilidade de trabalho da mãe, ao contrário de meninos, que a reduzem.

Outro estudo, também relacionado ao tema em questão, que podemos citar é o de Scorzafave e Menezes-Filho (2001), que muito se assemelha ao objeto pretendido nesta pesquisa. Esses autores investigam as causas do aumento na participação feminina de 1982 a 1997. Explicam a evolução da participação feminina

e concluem que mudanças no perfil educacional das mulheres foram fundamentais para explicar o aumento na sua participação no mercado de trabalho, assim como mudanças na oferta de trabalho de mulheres mais velhas e mulheres cônjuges.

Para ampliar a compreensão das análises das mulheres trabalhadoras, recorreremos ainda à pesquisa de Hoffmann e Leone (2004). Segundo eles, na década de 1970, o perfil das trabalhadoras era de jovens, solteiras e com pouca escolaridade. Na década seguinte, o perfil das trabalhadoras que aumentaram sua participação no trabalho remunerado é de mulheres com idade acima de 25 anos, chefes e cônjuges, com níveis mais elevados de instrução e nível de renda não muito baixo. No entendimento dos autores, o estreitamento do mercado de trabalho para jovens e o aumento da participação da mulher adulta na atividade econômica contribuíram para mudar o perfil das trabalhadoras na década de 1990, apresentando-se mais adultas e com uma parcela maior de mulheres no mercado de trabalho.

A propósito da complexidade deste tema, é necessário entender os dados da PNAD e a decomposição dos índices de Gini utilizados na análise da participação da mulher no mercado de trabalho. Para tanto, recorreremos a Hoffman e Leone (2004), que analisaram três questões relacionadas ao tema: a evolução da participação da mulher no mercado de trabalho; a contribuição dos seus rendimentos para a renda domiciliar; e o impacto desses rendimentos na desigualdade da renda domiciliar *per capita* no Brasil, no período de 1981 a 2002. De acordo com os autores, houve, neste período, aumento contínuo da participação da mulher na atividade econômica e essa ampliação foi acompanhada por um envelhecimento da população feminina ocupada. Este aumento da participação da mulher na atividade econômica, segundo registraram, contribuiu para o aumento da proporção de domicílios com mulheres na força de trabalho. Verificaram que ocorreram alterações na composição do rendimento domiciliar, diminuindo a participação do rendimento do trabalho do homem e, em contrapartida, aumentando a participação da renda do trabalho da mulher e das rendas de aposentadorias e pensões. Outro fato marcante da pesquisa é o que aponta, como reflexo dessa mudança na composição da renda domiciliar, uma diminuição da contribuição do rendimento do trabalho masculino para a desigualdade, um crescimento constante da contribuição do rendimento do trabalho feminino e um aumento, após a Constituição de 1988, da contribuição das rendas de aposentadorias e pensões.

Também para Soares e Izaki (2002) há que aprofundar a reflexão sobre o aumento na participação das mulheres no mercado de trabalho, que pode ser vista por duas razões. A primeira delas é que se há uma subutilização da força de trabalho feminina é porque existe ineficiência alocativa²⁴ na economia brasileira. Isso significa que a distribuição dos recursos (no caso, a força de trabalho feminina) não está ocorrendo da melhor forma possível, de maneira a maximizar o resultado pretendido. A segunda razão é que qualquer aumento no conjunto de opções que uma determinada pessoa tem diante de si leva a um aumento na liberdade e no bem-estar desse indivíduo. Segundo esses autores, se a participação feminina é baixa porque as mulheres são impedidas de se empregar por barreiras culturais, institucionais ou de qualquer outra natureza, então está havendo um cerceamento à sua liberdade. E se uma mulher opta livremente por não trabalhar, nenhuma das duas razões permanece válida e não existe nenhuma base para julgar esta que é uma decisão individual.

Outro fator que poderia influenciar a taxa de participação da mulher no mercado de trabalho, também analisado por Soares e Izaki (2002), é a urbanização. Esses autores analisaram esta variável partindo de duas premissas. A primeira é de que as mulheres rurais participam menos do mercado de trabalho que as urbanas. A segunda diz que a urbanização tende a explicar fortemente a variação da participação. Aqui, os autores consideraram que boa parte do aumento no trabalho das mulheres decorre da migração do campo para as cidades e adquire hábitos urbanos.

No entanto, ao analisarem a taxa de participação feminina por situação de domicílio, no período de 1977 a 2001, os autores se surpreendem com os resultados. Segundo eles, a urbanização explica apenas 2,1% da participação feminina no mercado de trabalho. Em razão deste resultado pouco expressivo, não consideraremos a variável urbanização em nossas análises.

Um estudo mais recente, de Querino, Domingues e Cardoso da Luz (2013), busca mostrar como se deu a evolução da mulher no mercado de trabalho. Chama a atenção dos autores, nesta inserção das mulheres no mercado de trabalho, a

²⁴ Diz-se da “eficiência alocativa” a alocação de recursos de forma que sejam distribuídos da melhor maneira possível, ou seja, os diferentes recursos ou insumos (pessoal, materiais, equipamento e tecnologia) devem ser balanceados de maneira a maximizar o resultado pretendido e evitar desperdícios. Disponível em: <<https://blogdireitofpr.com/2012/11/20/economia-politica-falhas-de-mercado-lei-da-escassez-eficiencia-alocativa-banco-palmas-etc/>>. Acesso em: 02 set. 2016.

disposição delas para conquistar um novo espaço. Segundo eles, elas começaram a exercer funções inferiores às dos homens, até descobrir a sua capacidade, se destacarem “[...] em funções exercidas até então apenas por homens e ganhando espaço e admiração de seu empregador.” (QUERINO et al., 2013, p. 3).

Segundo esses autores, ao longo dos anos foram inúmeros os desafios para romper uma cultura em que a mulher servia somente para desenvolver atividades domésticas, cuidar dos filhos e do marido ou no máximo empreender atividades artesanais. Com a consolidação do sistema capitalista, no século XIX, ocorreram várias mudanças na dinâmica do trabalho feminino. Um intenso crescimento do uso de máquinas nas indústrias e um acelerado desenvolvimento tecnológico contribuíram para absorção da mão de obra feminina pelas fábricas. Mas a participação feminina no mercado de trabalho cresceu de forma mais intensa a partir da década de 1970 (QUERINO et al., 2013).

A pesquisa de campo feita pelos autores comprovam as seguintes hipóteses:

- a) Necessidade de manter o lar na ausência dos homens no período da guerra e hoje não tem sido diferente, pois ela tem se destacado como principal mantenedora de sua casa.
- b) Com determinação, a mulher conseguiu se adaptar a vários ambientes, buscando aprimorar conhecimentos. (QUERINO et al., 2013, p. 3).

O estudo de Probst (2003), com dados sobre o Brasil, da PNAD (2001), trata da evolução da mulher no mercado de trabalho e mostra que o perfil das mulheres alterou. Hoje, além de trabalhar e ocupar cargos de responsabilidade, ela acumula as tarefas tradicionais, como, ser mãe, esposa e dona de casa. A autora destaca que o grande desafio para as mulheres é tentar reverter o quadro da desigualdade salarial entre homens e mulheres. Segundo a autora, em 1991, a renda das mulheres correspondia a 63% do rendimento masculino. Em 2000, chegou a 71%. As mulheres ganham cerca de 30% a menos que os homens, exercendo as mesmas funções. E conforme o salário cresce, cai a participação feminina. “Entre aqueles que recebem mais de vinte salários, apenas 19,3% são mulheres.” (PROBST, 2003, p. 3 e 7).

3.4 CONCLUSÕES

Os resultados das pesquisas mencionadas neste capítulo concluem que é crescente a participação da mulher brasileira na atividade econômica e a

contribuição dos seus rendimentos para a renda domiciliar, demonstrando que a mulher desempenha um importante papel na economia.

As reflexões e dados levantados neste estudo a respeito da participação da mulher no mercado de trabalho, conforme conclusões dos estudos realizados pelos pesquisadores aqui mencionados, e na perspectiva de que possam servir para um amplo e rico debate que não se esgota tão facilmente, é que nos levam a acreditar que seus resultados possam provocar novas interpretações, baseados, principalmente em dois fatores. O primeiro deles diz respeito à importância de se ter um estudo aprimorado sobre a participação da mulher no mercado de trabalho e a compreensão do contexto feminino nesse mercado. O segundo fator está relacionado à contribuição para o conhecimento científico.

Este conjunto de significados aqui apresentados, podem, acreditamos, pautar outros estudos e outras práticas, considerando a intensidade do papel histórico das mulheres na sociedade, com capacidade para a transformação da realidade.

Apesar da variedade de textos e artigos publicados, conforme mencionamos neste capítulo, identificamos a necessidade de atualização e verificação das tendências apontadas pelos estudos anteriores. A divulgação anual da PNAD, sendo a última de 2014, possibilita-nos confirmar ou não a tendência de crescimento da taxa de participação feminina no mercado de trabalho brasileiro nas duas últimas décadas. Além disso, possibilita-nos, pela série histórica, mostrar como tem evoluído essa participação, segundo a ótica do tempo e segundo uma série de fatores que se correlacionaram com esse aumento da inserção da mulher no mercado de trabalho. É o que veremos no próximo capítulo.

4 ANÁLISE DOS DADOS

Vimos no Capítulo 3 alguns exemplos de estudos e publicações relacionados ao tema desta pesquisa, os quais constataram que nas últimas décadas a taxa de participação feminina está em ascensão, enquanto a masculina apresenta uma suave queda. Esses estudos foram realizados com os dados das pesquisas domiciliares de até 2012 e, portanto, consideramos importante a verificação dessas constatações em períodos posteriores e por série histórica. No Brasil, temos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), realizada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), com dados dos anos 1980 até 2014. Uma base de dados com extensa série histórica e que nos possibilita análises mais atualizadas sobre o tema em questão.

Assim, buscaremos nesse trabalho analisar a participação feminina no mercado de trabalho a partir dos anos de 1995 até 2014, numa série histórica de quase 20 anos, utilizando os dados das PNADs. Esta base de dados foi escolhida por ser uma fonte de amplas informações domiciliares, com periodicidade anual, com cobertura nacional e por ser considerada por pesquisadores como o principal referencial das pesquisas sobre o mercado de trabalho brasileiro. (RAMOS, 2012, p. 99).

O objetivo da nossa análise é verificar a participação das mulheres brasileiras no mercado de trabalho, no período de 1995 a 2014, por meio da análise dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, disponibilizada pelo IBGE. Durante as análises, buscaremos responder algumas questões, tais como: a) Nos últimos 20 anos, continua crescente a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro? b) Quais os fatores que contribuem para esse aumento da participação? O fator “educação” continua relevante? c) As novas gerações passaram a integrar o mercado de trabalho feminino? Qual a faixa etária de mulheres que predominam?

É importante esclarecer que ao longo das análises manteremos as definições utilizadas pelo IBGE, para que tenhamos um único modo de ter uma série em uma só definição. Consideraremos nas análises os dados da População Economicamente Ativa (PEA) por ser usualmente utilizada para este tipo de análise, pois demonstra a força de trabalho de uma economia em um determinado momento

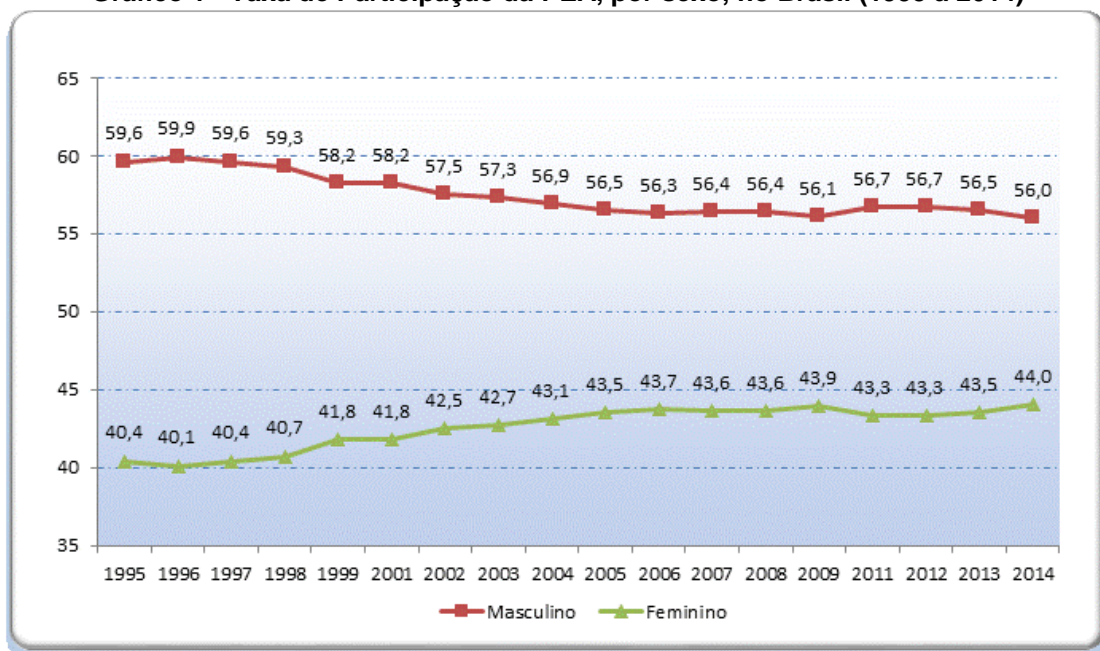
no tempo (IBGE, 2015). Utilizaremos basicamente os dados de quantidade de homens e mulheres ocupadas.

Assim, estruturamos este capítulo da seguinte forma: na primeira parte analisaremos a evolução da taxa de participação masculina e feminina no Brasil e os fatores que determinam uma maior ou menor participação feminina. Na segunda parte faremos a análise da participação da população economicamente ativa, por sexo. Na segunda parte, uma análise da estrutura familiar no Brasil. A evolução da taxa de participação feminina e masculina, por faixa etária, será tratada na terceira parte, onde, abriremos um parêntese para abordar a questão do trabalho infantil. Em seguida, na quarta parte, faremos uma análise da participação feminina de acordo com os níveis educacionais. Na sequência, trataremos das evidências em relação ao mercado de trabalho e as mulheres. Analisaremos o nível de ocupação por sexo, faixa etária e segundo os grupamentos de atividades do trabalho principal. Na quinta parte, abordaremos a questão da desigualdade de rendimentos do trabalho nos domicílios. Por fim, destacaremos as principais conclusões da pesquisa.

4.1 TAXAS DE PARTICIPAÇÃO MASCULINA E FEMININA

Iniciaremos nossas análises demonstrando, por meio do Gráfico 1 a seguir, a evolução da taxa de participação para homens e mulheres, considerando a População Economicamente Ativa (PEA), no período de 1995 a 2014.

Gráfico 1 - Taxa de Participação da PEA, por sexo, no Brasil (1995 a 2014)



Fonte: PNAD (IBGE) – Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Observamos pelo Gráfico 1, acima, que no período de 1995 a 2014, a taxa de participação feminina apresenta um crescimento, sendo mais acentuado na primeira metade desse período; ao passo que a dos homens, apresenta quedas, mas em menor proporção. O que representa um aumento de 9,18% da participação feminina e uma queda de 6,42% da masculina. A taxa de participação feminina apresenta um crescimento total de 3,6 pontos percentuais ao longo do período. Ao contrário, a masculina apresenta redução de 3,6 pontos percentuais.

Os resultados do trabalho de Hoffmann e Leone (2004), conforme mencionamos anteriormente, corroboram com os dados que visualizamos no Gráfico 1, acima. Os autores constataram o aumento crescente da taxa de participação da mulher no mercado de trabalho no período de 1981 a 2002. E concluíram que esta ampliação da participação da mulher na atividade econômica foi crescente, a despeito do contexto econômico pouco favorável para a inserção no mercado de trabalho, que atingiu a população brasileira, naquele período, em idade ativa em geral.

A despeito do aumento da participação da mulher no mercado de trabalho, o que nos impressiona é que, concomitantemente, as mulheres continuaram sendo responsáveis pelas tarefas reprodutivas. Pesquisas, a exemplo da realizada por Alves (2015), na qual analisa os dados dos Censos Demográficos brasileiros, de 1950 a 2010, mostram que a queda das taxas de fecundidade e de mortalidade infantil tem um efeito sobre toda a sociedade, mas transformam em especial a vida das mulheres. Elas se dedicam muito mais tempo do que os homens nos afazeres domésticos. Podendo se dedicar menos tempo às tarefas de reprodução e de cuidado dos filhos, as mulheres passam a ter mais tempo para cuidar de si próprias e de se incorporar ao mercado de trabalho.

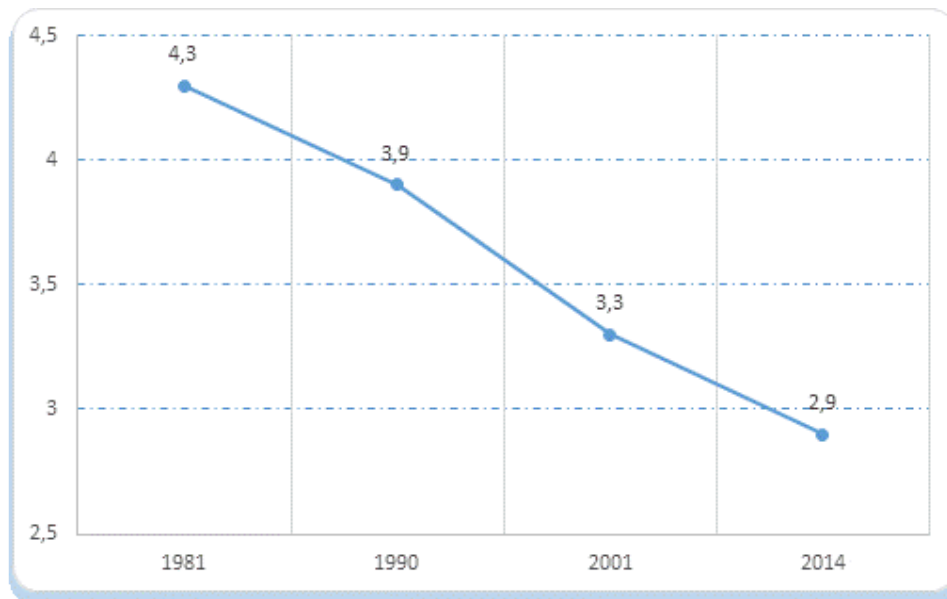
Também de acordo com o BID (1999), quando o benefício de trabalhar no mercado se eleva, as mulheres tendem a se juntar à força de trabalho, ou seja, participam mais do mercado de trabalho. Trazendo essa analogia para o nosso estudo, conforme observamos no Gráfico 1, podemos considerar que a crescente ascensão da taxa de participação feminina pode ser explicada pelo benefício proporcionado a elas por trabalhar fora de casa, buscando oportunidades de trabalho e concorrendo igualmente com os homens. Esse benefício é proporcionado

por vários fatores, um deles, conforme mencionado por Alves (2015), é a diminuição da taxa de fecundidade.

4.2 ESTRUTURA FAMILIAR

No Brasil, segundo o IBGE (Censo 2010), as mulheres tinham, em média, 1,9 filho. O número de filhos por mulher vem se reduzindo no Brasil desde a década de 1960. E em 2014, segundo a Síntese de Indicadores Sociais da PNAD (IBGE, 2015), o número médio de filhos por família é de 1,6 filhos. Reduzindo o número de filhos, conseqüentemente, as famílias ficaram menores. Assim, o número médio de pessoas na família, vem decrescendo a cada ano. O tamanho da família brasileira diminuiu em todas as regiões: de 4,3 pessoas por família em 1981, chegou a 3,3 pessoas em 2001. Conforme demonstramos no gráfico 2 a seguir, o número médio de pessoas por família em 1981 era de 4,3, em 2014 esse número é de 2,9.

Gráfico 2 – Número médio de pessoas por família residente em domicílio particular, no Brasil (1981 a 2014)

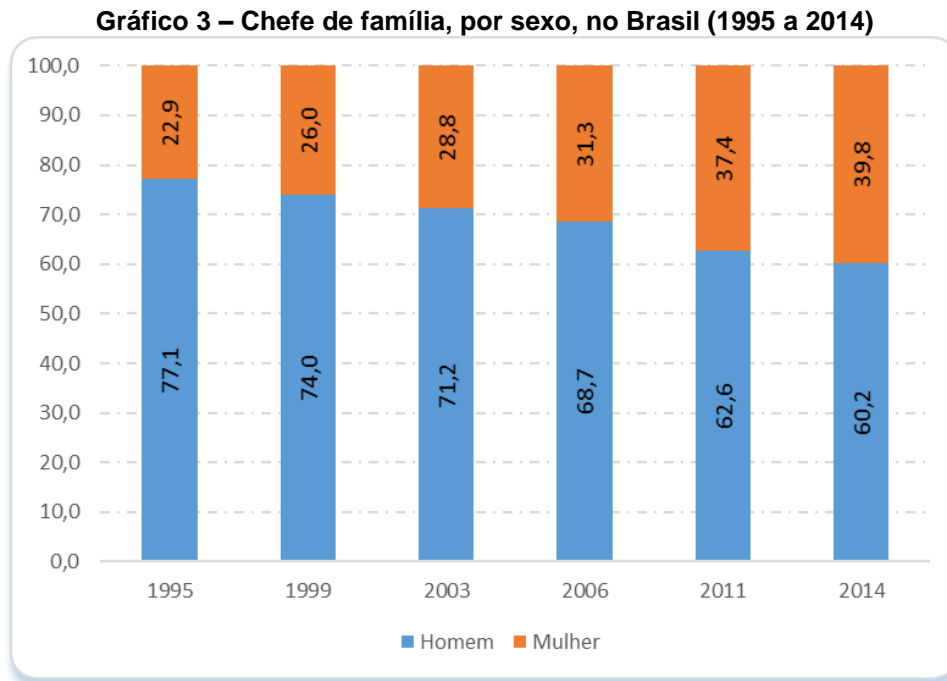


Fonte: PNAD (IBGE) – Elaboração própria.

A PNAD 2014 (IBGE, 2015) mostrou também que houve um aumento no percentual de famílias cuja pessoa de referência é a mulher, de 22,2% para 37,3%, de 2001 para 2014²⁵. Ou seja, em média Brasil, as famílias chefiadas por mulheres aumentaram de 27,35% para 39,84%. Um crescimento de 12,5 pontos percentuais.

²⁵ O crescimento expressivo das famílias com responsável do sexo feminino também foi observado no Censo 2010, em comparação com o de 2000. De acordo com o Censo 2010, houve um aumento de famílias tendo a mulher como responsável de 22,2% para 37,3%, de 2000 para 2010. (IBGE, 2015).

Se considerarmos as pesquisas anteriores da PNAD, o crescimento de 1985 para 2014 foi de mais de 100%, saindo de 18,2% para 39,8% o percentual de famílias chefiadas por mulheres, conforme demonstramos no Gráfico 3, a seguir.



Fonte: PNAD (IBGE) – Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Conforme as análises do IBGE²⁶, os motivos para este aumento podem ser creditados a uma mudança de valores culturais relativas ao papel da mulher na sociedade brasileira. O ingresso maciço no mercado de trabalho e o aumento da escolaridade em nível superior, combinados com a redução da fecundidade, são os fatores que podem explicar este reconhecimento da mulher como responsável pela família.

Consideramos relevante destacar as alterações no perfil das famílias brasileiras. O Censo 2010 (IBGE) nos chamou a atenção para o crescimento dos casais sem filhos: de 14,9% para 20,2%, de 2000 para 2010. Aumentou também o número de famílias do tipo *mulheres sem cônjuge com filhos*, de 11,6% para 12,2%. Mas ainda assim, predomina o padrão histórico de família, *casal com filhos*. Segundo o IBGE²⁷, as mudanças na estrutura da família, a maior participação da mulher no mercado de trabalho, as baixas taxas de fecundidade e o envelhecimento da população influenciaram no aumento da proporção de casais sem filhos. Muitos

²⁶ IBGE (2015).

²⁷ IBGE (2015).

casais têm optado por se estabelecer no mercado de trabalho antes de decidir ter filhos, postergando a fecundidade feminina.

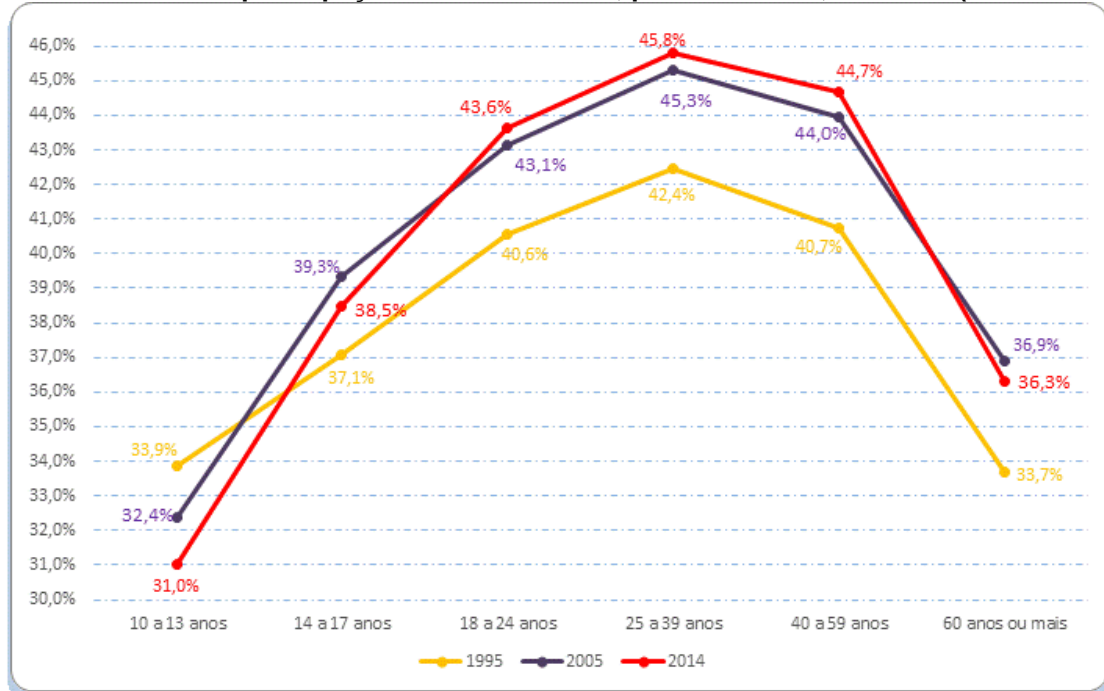
Outro fator que tem influenciado o perfil das trabalhadoras, relacionado ao tema do nosso trabalho e, portanto, merece nossa atenção, refere-se à faixa etária das mulheres que participam do mercado de trabalho. É o que veremos a seguir.

4.3 EVOLUÇÃO DA TAXA DE PARTICIPAÇÃO FEMININA POR FAIXA ETÁRIA

Por meio dos dados da População Economicamente Ativa (PEA), calculamos a taxa de participação feminina por faixa etária, divididas em 6 (seis) faixas: mulheres com idade entre 10 anos a 13 anos; entre 14 a 17 anos; entre 18 a 24 anos; entre 25 a 39 anos; entre 40 a 59 anos; e a ultima, aquelas com 60 anos ou mais.

O Gráfico 4, a seguir, ilustra a ampliação da participação das mulheres na atividade econômica nas duas ultimas décadas, com importantes alterações no seu perfil etário.

Gráfico 4 - Taxa de participação feminina da PEA, por faixa etária, no Brasil (1995 a 2014)



Fonte: PNAD (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Conforme observamos pelos dados da PAND 2014 visualizados no Gráfico 4, no período de 1995 a 2014, a participação da mulher na atividade econômica tem

variado de acordo com a faixa etária. Na faixa etária de 10 a 13 anos, a maior participação das mulheres no mercado de trabalho se deu no ano de 1995, com 33,9%. Nos anos seguintes, esta taxa decresceu, chegando em 2014 com 31,0%. Já as mulheres entre 14 e 17 anos de idade, no ano de 1995 participaram menos em relação aos outros anos, com uma taxa de 37,1%, alcançando sua taxa mais elevada em 2005, de 39,3%. As mulheres entre 18 e 24 anos também em 1995 tinham a menor taxa de participação, com 40,5%, atingindo sua maior taxa em 2014, com 43,6%.

A maior taxa de participação para as faixas etárias, no período analisado, ocorreu para as mulheres com idade entre 25 e 39 anos, a maior desde 1995, crescente ao longo do período, alcançando 45,8% em 2014. Na faixa etária entre 40 e 59 anos, a taxa de participação também é crescente ao longo do período, porém, um pouco menor que a faixa etária anterior. As mulheres com 60 anos ou mais de idade em 1995 tem a menor taxa de participação em relação às demais faixas etárias, de 33,7%. Em 2005 chegam a alcançar a sua maior participação, com 36,9%. Mas em 2014, a participação destas tem uma leve redução, para 36,3%.

Portanto, no período analisado, as taxas de participação feminina atingiram patamares mais elevados entre os anos de 2005 e 2014, com percentuais bem próximos, e para as mulheres com idade entre 18 e 59 anos. Tanto em 2005, como em 2014, as taxas de participação feminina atingem seus pontos máximos na faixa de 25 a 39 anos, com valores quase igualmente elevados nas faixas vizinhas (18 a 24 e 40 a 59 anos). As mulheres na faixa etária de 25 a 39 anos se destacam com maior taxa de participação durante todo o período.

Observamos também no Gráfico 4, um crescimento intenso da taxa de participação feminina no período de 1995 a 2005 para as gerações mais jovens, com menos de 40 anos, sendo: para a faixa etária de 18 a 24 anos um acréscimo de 3,0 pontos percentuais e para a faixa de 25 a 39 anos, de 3,4 pontos percentuais. Também se sobressaem as mulheres com idade de 60 anos ou mais, especialmente entre 1995 e 2005, quando apresentaram um acréscimo de 3,2 pontos percentuais. Mas, a partir de 2005 cai um pouco a participação para as mulheres idosas. Uma explicação que podemos apresentar, em relação à saída destas do mercado de trabalho a partir de 2005, é que elas estão se aposentando mais cedo.

Os dados apresentados não corroboram com as análises de Wajnman e Rios-Neto (2000). Esses autores analisaram os anos de 1981 a 1995 e concluem que o padrão etário da atividade feminina move-se em direção a um padrão similar ao observado nos países desenvolvidos, onde se verifica a manutenção do nível elevado de participação feminina em idades mais avançadas, em torno dos 50 anos. De acordo com os dados visualizados no Gráfico 4, para as duas décadas seguintes ao período analisado pelos autores (1995 a 2014), o nível mais elevado de participação feminina no mercado de trabalho se dá na faixa etária mais jovem, de 25 a 39 anos. Nesta faixa etária se encontram as mulheres adultas e com anos de estudo suficientes para terem concluído curso universitário e/ou pós-graduação (o que iremos verificar mais adiante) e que ainda não tem filhos (também veremos mais adiante). Portanto, com tempo e disposição para se dedicarem ao trabalho/crescimento profissional.

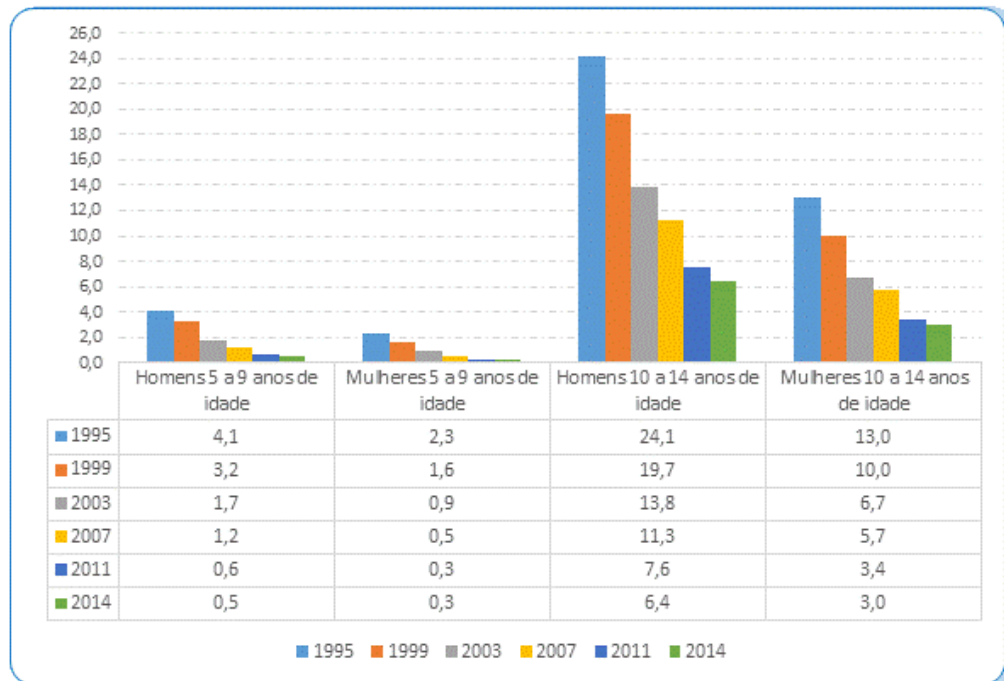
Em resumo, verificamos que houve um aumento generalizado da participação das mulheres adultas, porém, com idades até 39 anos. Portanto, podemos afirmar que ocorreu maior inserção de mulheres mais jovens, entre 18 e 39 anos, ultrapassando o nível de participação feminina com idades mais avançadas (acima de 40 anos). Os estudos apresentados por Hoffmann e Leone (2004) também indicam um aumento generalizado da participação das mulheres adultas, entre 20 e 44 anos, no período de 1981 a 2002, o que é confirmado no nosso estudo.

Um fenômeno que merece destaque, visível no Gráfico 4, é para a faixa etária de 10 a 13 anos, que apresenta maior taxa de participação para o ano de 1995, com 33,9%, comparada com as demais períodos. Coincidentemente, uma faixa etária de mulheres adolescentes e que, provavelmente, estivessem cursando o ensino fundamental. Abriremos um parentese para verificar essa elevada participação das crianças e adolescentes no mercado de trabalho.

4.4 A PARTICIPAÇÃO DE CRIANÇAS NO MERCADO DE TRABALHO

Conforme observamos no Gráfico 5, a seguir, das mulheres da faixa etária entre 5 e 14 anos, aquelas que estão entre 10 a 14 anos de idade superam as de 5 a 9 anos em participação no mercado de trabalho, no ano de 1995. E apresentam ainda, acentuadas quedas desta taxa ao longo do período de 1995 a 2014.

Gráfico 5 - Percentual de Pessoas ocupadas na população de 5 a 14 anos de idade, por grupos de idade e sexo, no Brasil (1995 a 2014)



Fonte: PNAD (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Observamos também que o percentual de pessoas ocupadas de 5 a 14 anos de idade, meninos e meninas, apresentou expressivo declínio por todo o período analisado (1995 a 2014), especialmente o grupo de 10 a 14 anos, que apresentava percentual mais elevado no início do período. As mulheres apresentam taxa de ocupação inferior a dos homens, por todo o período e em todas as faixas etárias.

De 1995 para 2014, a proporção de mulheres crianças ocupadas teve reduções expressivas; de 2,3% para 0,3%, no grupo de 5 a 9 anos de idade, e de 13,0% para 3,0%, no grupo de 10 a 14 anos de idade. Porém, o diferencial entre os gêneros foi mantido. De 1995 para 2014, a proporção de crianças ocupadas (meninos e meninas) no contingente de 10 a 14 anos de idade (o mais expressivo), baixou de 18,7% para 4,8%.²⁸

Ao analisar os grupos de atividade do trabalho principal, constatamos que a mão-de-obra infantil está mais concentrada no setor agrícola, conforme apresentamos no Gráfico 6, a seguir. Segundo o (IBGE, 2015)²⁹, neste setor prevalecem os pequenos empreendimentos familiares e desenvolvendo trabalhos sem contrapartida de remuneração. Em 1992, das crianças ocupadas de 5 a 14

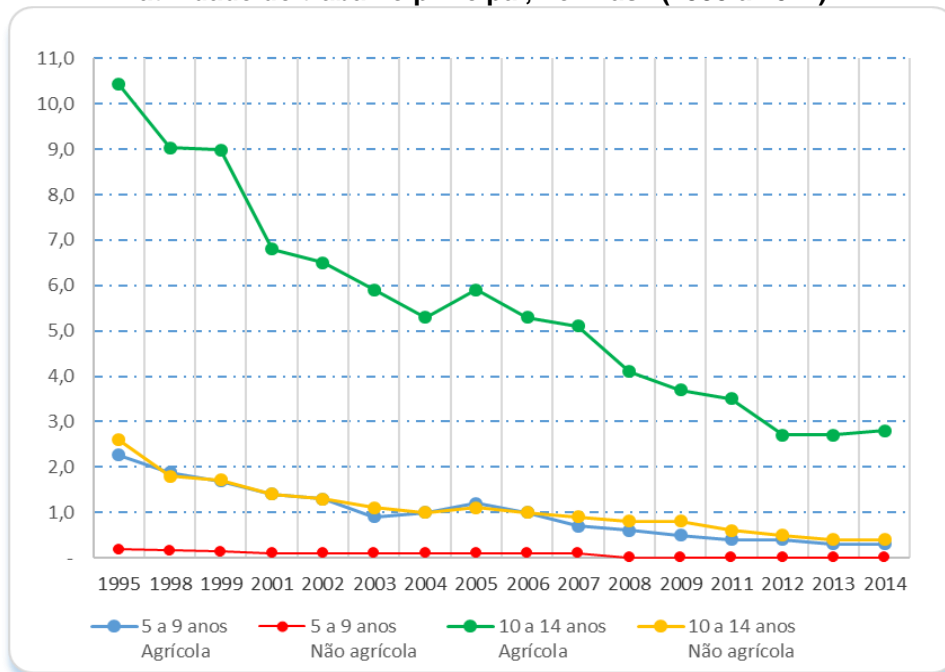
²⁸ Dados da PNAD 2014 (IBGE, 2105).

²⁹ Dados da PNAD 2014 (IBGE, 2015).

anos de idade, a atividade agrícola detinha cerca de 11,0% de crianças no grupo etário de 10 a 14 anos, faixa de idade onde este percentual é mais expressivo. Este percentual teve uma redução drástica ao longo de todo o período. E desde 2007 não são constatados casos de trabalho infantil no grupo de crianças na faixa de idade de 5 a 9 anos.

Podemos explicar esse fenômeno pelo fator “educação”. De acordo com o IBGE (PNAD 2012), a situação educacional no Brasil apresentou expressivas melhorias no País. O crescimento da escolarização contribuiu para a redução do analfabetismo e elevação do nível de instrução da população. Para confirmar esta afirmativa, apresentamos a seguir os dados relacionados à educação.

Gráfico 6 - Percentual de pessoas ocupadas de 5 a 14 de idade, por grupos de idade e atividade do trabalho principal, no Brasil (1995 a 2014)



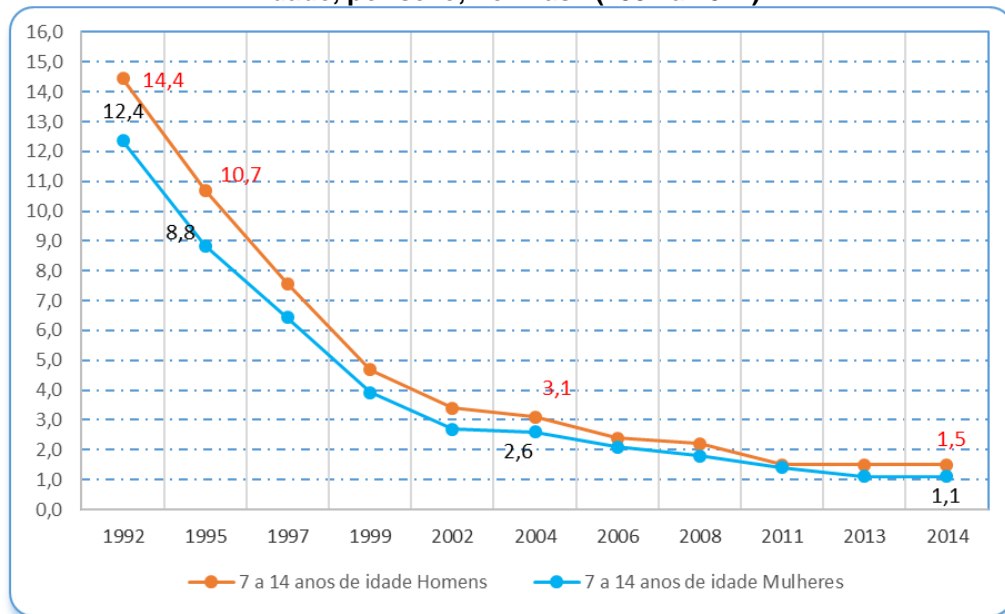
Fonte: PNAD (IBGE) - Elaboração própria.

Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Nota(2) : Excluídas as pessoas da área rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Por meio dos dados visualizados no Gráfico 7, a seguir, observamos esta expressiva redução no percentual de mulheres de 7 a 14 anos, fora da escola, no período de 1992 a 2014, com queda de 11,3 pontos percentuais.

Gráfico 7 - Percentual de pessoas que não eram estudantes, da população de 7 a 14 anos de idade, por sexo, no Brasil (1992 a 2014)



Fonte: PNAD (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

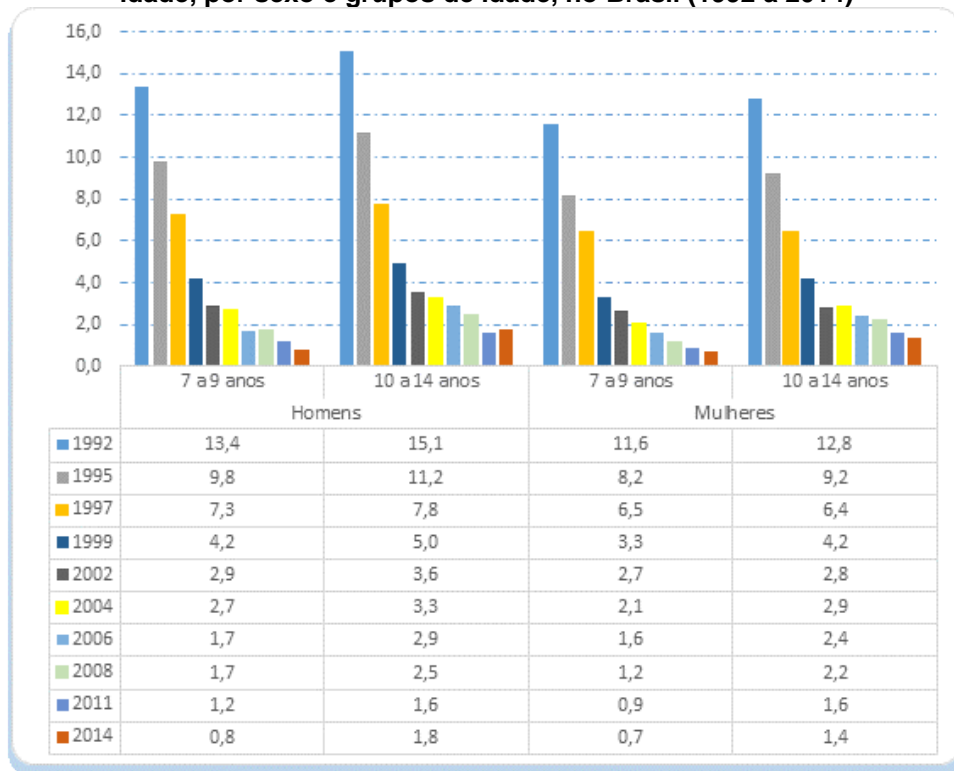
Na comparação entre meninos e meninas, em idade entre 7 e 14 anos, que não eram estudantes no período de 1992 a 2014, conforme apresentamos no Gráfico 8 a seguir, observamos que, embora os resultados venham gradualmente se aproximando, o percentual de meninos que não frequentava a escola superava o das meninas em 1992 e continuou mais elevada durante todo o período. O fato de haver mais meninos do que meninas no contingente de crianças trabalhando³⁰ tem influência na diferença existente entre as suas taxas de frequência à escola. Em vinte anos, na faixa de 7 a 14 anos de idade, o percentual de meninos fora da escola decresceu 11,8 pontos percentuais para os meninos, enquanto o de meninas declinou 9,4 pontos percentuais, alcançando, em 2014, percentual abaixo de 2%.

Em 1992, na faixa etária de 10 a 14 anos de idade, em que se espera que a criança esteja pelo menos alfabetizada, a taxa de pessoas que não frequentam a escola estava em 15,1% para os meninos e em 12,8% para as meninas. Essa taxa caiu pela metade em apenas 5 anos, estavam em 7,8% e 6,4%, respectivamente, em 1997; cinco anos depois para 3,6% e 2,8%, respectivamente. Em 2014, 12 anos depois, a redução foi mais lenta, abaixo de 0,5% para meninos e meninas. De acordo com o IBGE (2015), no Nordeste, este indicador estava em 29,0% em 1992,

³⁰ Em 1995 havia 24,1% de homens ocupados na faixa de 10 a 14 anos de idade, ao passo que de mulheres era de 13% (IBGE, 2015).

tendo decrescido de 20,2% para 9,5% de 1996 para 2001. Apesar do avanço, este último resultado ainda ficou muito distanciado dos referentes às regiões Sul (1,2%), Sudeste (1,2%) e Centro-Oeste (1,9%). Assim, a região nordeste tem forte influencia, elevando a taxa média brasileira de crianças que não eram estudantes.

Gráfico 8 - Percentual de pessoas que não eram estudantes, da população de 7 a 14 anos de idade, por sexo e grupos de idade, no Brasil (1992 a 2014)



Fonte: PNAD (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

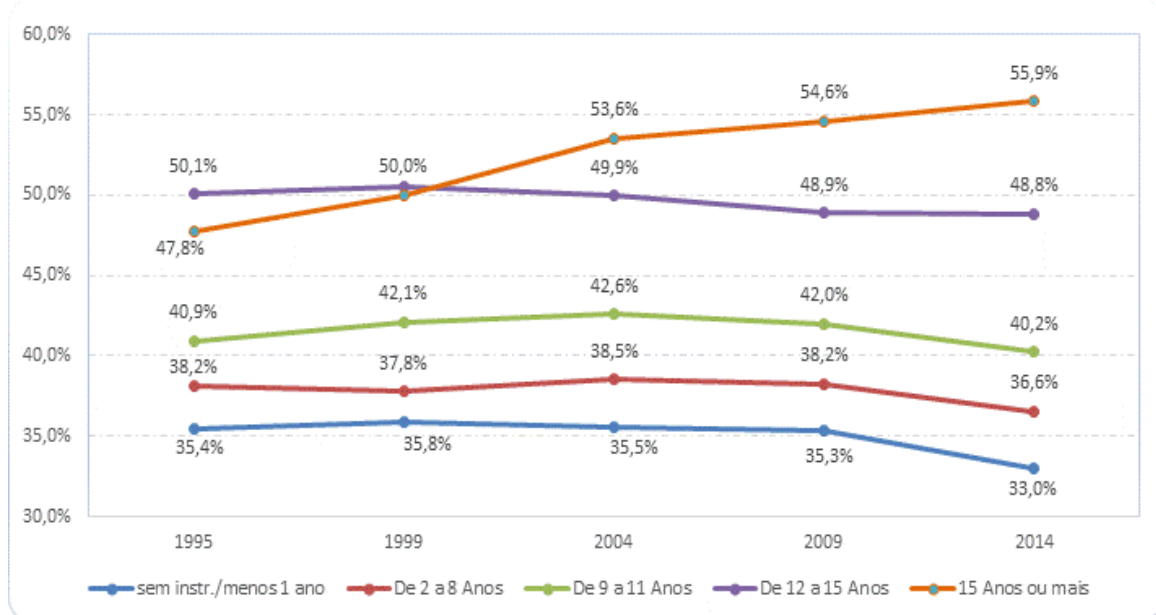
Conforme observamos, pelos dados do gráfico acima, várias mudanças no perfil das trabalhadoras acompanham o aumento de participação feminina no mercado de trabalho. Algumas dessas mudanças estão relacionadas ao perfil etário, conforme vimos nos gráficos acima, e de acordo com Alves (2015), outras estão relacionadas à taxa de fecundidade. Nesse sentido, o autor avalia ainda, que o aumento da esperança de vida eleva o ciclo de vida produtivo da mulher e, com o aumento das taxas de escolaridade, aumenta o capital humano feminino. Assim, o empoderamento das mulheres possibilita o surgimento de um bônus demográfico feminino, pois as mulheres passaram a se dedicar mais tempo às atividades produtivas, elevando o montante de trabalho do país, em termos quantitativos e qualitativos.

No sentido de comprovar empiricamente as conclusões do autor, analisaremos no item a seguir, o nível de escolaridade das trabalhadoras, em todas as faixas etárias, e como este fator também pode interferir nas suas escolhas de trabalhar fora ou dentro de casa.

4.5 MULHERES E OS NÍVEIS EDUCACIONAIS

Conforme os dados que apresentamos no Gráfico 9, a seguir, o aumento da taxa de participação por nível de escolaridade, para mulheres com 15 anos ou mais de estudo, apresenta-se como destaque nas duas últimas décadas, passando de 47,8% em 1995 para 55,9% em 2014. Um aumento expressivo de 7,9 pontos percentuais. As mulheres com maior nível educacional, com 15 anos ou mais de estudo (o que corresponde a ter o nível superior completo), têm taxas bem superiores às das com nível menor, de 12 a 15 anos de estudo, contribuindo substancialmente para o crescente aumento deste indicador ao longo de todo período.

Gráfico 9 - Taxa de participação feminina, por anos de estudo, da PEA, no Brasil (1995 a 2014)



Fonte: PNAD (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

As mulheres com 12 a 15 anos de estudo vem diminuindo a participação no mercado de trabalho por todo o período. Se em 1995 esta faixa apresentava as maiores taxas de participação, com 50,1%, a partir de 1999 inicia-se a queda, chegando em 2014 com 48,8% – uma redução de 1,3 pontos percentuais. Os níveis

de escolaridade inferiores a 11 anos de estudo também apresentaram queda a partir de 2004.

Assim, em 1995, para concorrer no mercado de trabalho, bastava que a mulher tivesse de 12 a 15 anos de estudo (o que corresponde ao ensino médio ou equivalente). Passadas duas décadas, essa realidade mudou. É necessário que a mulher tenha 15 anos ou mais de estudo (ensino superior completo) para poder obter maior participação no mercado de trabalho.

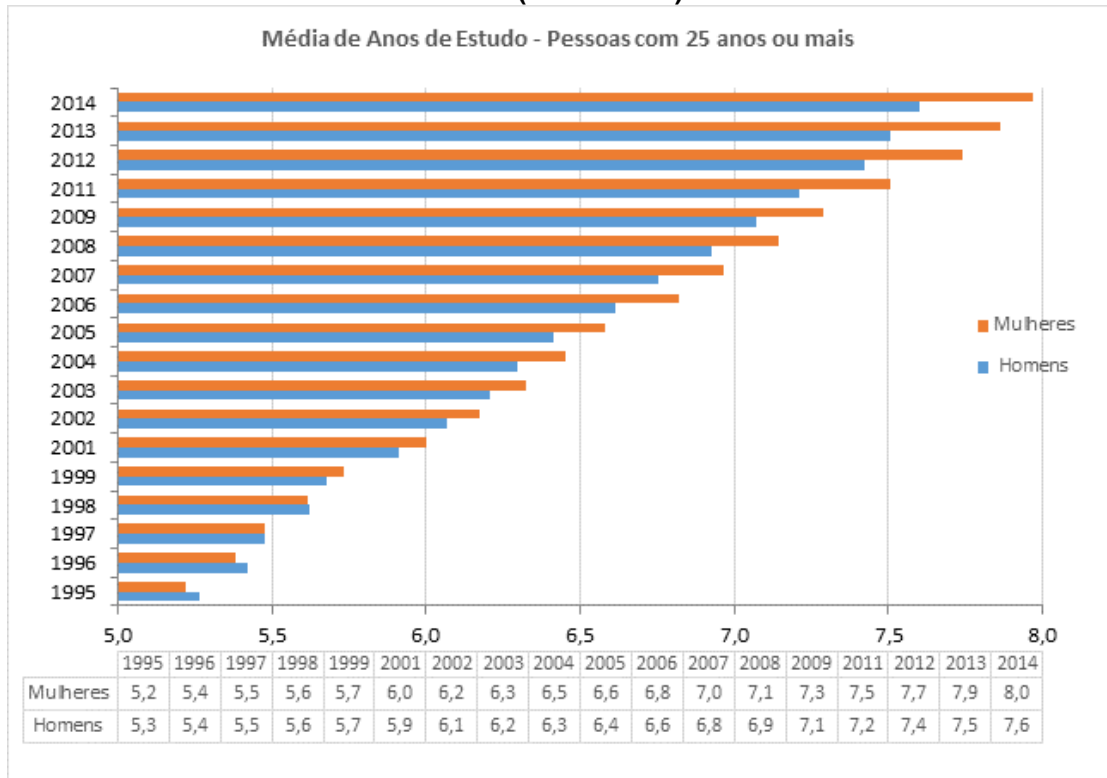
Portanto, o destaque deste Gráfico (9) é a crescente participação de mulheres com 15 anos ou mais de estudo³¹, ou seja, com anos de estudo suficientes para terem o nível superior completo. Segundo Soares e Izaki (2002), esse comportamento pode ser explicado pelo fato das mulheres com instrução superior estarem mais propensas a sair da casa para trabalhar. Ao contrário, as mulheres sem instrução ou com menos de 1 ano de estudo, apresentam as mais baixas taxas de participação. Assim, compensa mais para as mulheres nesta situação, ficar em casa cuidando dos filhos ou dos afazeres domésticos, do que trabalhar fora de casa, pois a remuneração recebida não cobriria os custos de uma creche ou de pagar alguém para realizar as tarefas domésticas.

Assim, constatamos os resultados dos estudos de Soares e Izaki (2002): a única variável capaz de explicar estatisticamente a variação na participação das mulheres é a educação. Os autores comprovam, por meio de uma análise do poder explicativo de cada partição populacional (região, urbano, frequência à escola, condição de domicílio e escolaridade) que a variável escolaridade aparece como grande socializadora, como agente de mudança e modernização.

Para comprovar essa afirmação, vejamos no Gráfico 10, a seguir, o comparativo do nível de escolaridade entre homens e mulheres, de acordo com a média de anos de estudo, para pessoas com 25 anos ou mais.

³¹ Estudo realizado em São Paulo e divulgado pela Fundação Seade e pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese, 2010) também mostra o aumento na educação das mulheres, que 17% das mulheres da PEA tinham o nível superior completo em 2010, ante 13% dos homens. Em 2000, esse percentual era de 12,9% para mulheres e de 10,8% para os homens. Se em 2000 a maior parte da PEA com nível superior era composta por homens (51,3%), em 2010 essa posição passou a ser ocupada pelas mulheres (53,6%).

Gráfico 10 - Média de anos de estudo de pessoas com 25 anos ou mais de idade, por sexo, no Brasil (1995 a 2014)



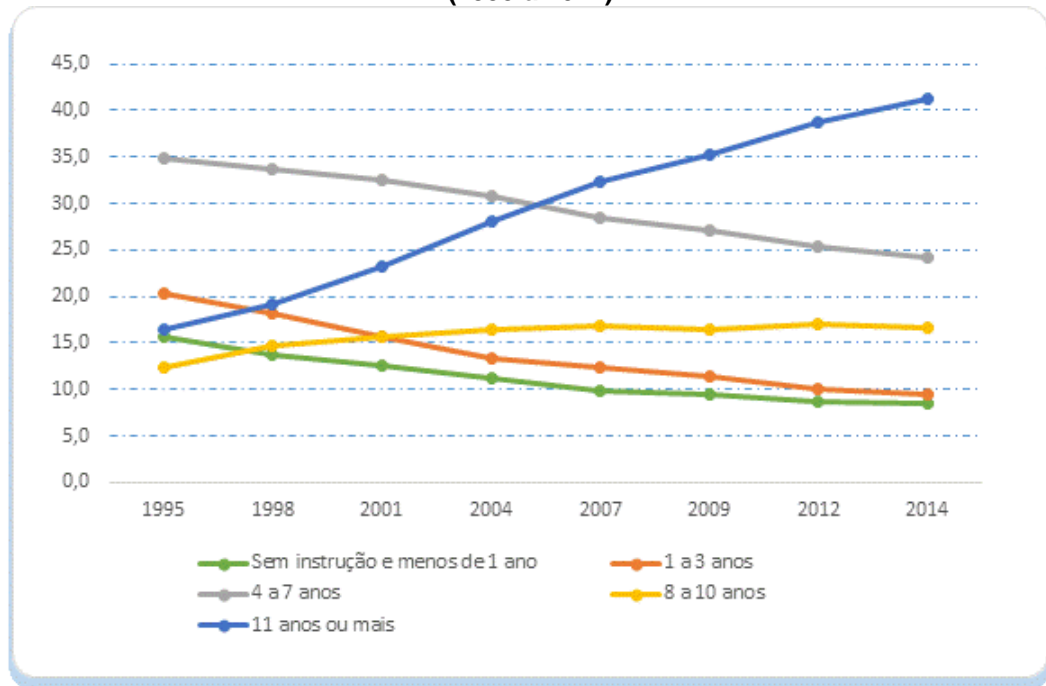
Fonte: IpeaData (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Conforme observamos, a média de anos de estudo dos homens era superior a das mulheres. Ao longo das duas últimas décadas, verificamos que a partir de 2001 as mulheres ultrapassam os homens na média de anos de estudo. O que demonstra que as mulheres de 15 anos ou mais de estudo foram as que mais contribuíram para o aumento da média de anos de estudo. Para uma maior amplitude da análise, buscaremos avaliar o nível de educação feminina no Brasil, considerando as pessoas em idade ativa³², ou seja, de 10 anos ou mais de idade.

Assim, demonstramos no Gráfico 11, a seguir, a distribuição de mulheres com 11 anos ou mais de estudo, em relação às pessoas com 25 anos ou mais de idade.

³² O IBGE mudou a faixa de idade da população em idade ativa a partir da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2011. A população considerada em idade economicamente ativa passou de 10 anos ou mais para 15 anos ou mais. Segundo os técnicos do IBGE, a mudança não interfere nos resultados da pesquisa, porque as crianças de 10 a 14 anos não têm representatividade na força de trabalho do País. (IBGE, 2015).

Gráfico 11 - Média de anos de estudo das mulheres com 10 anos ou mais de idade, no Brasil (1995 a 2014)

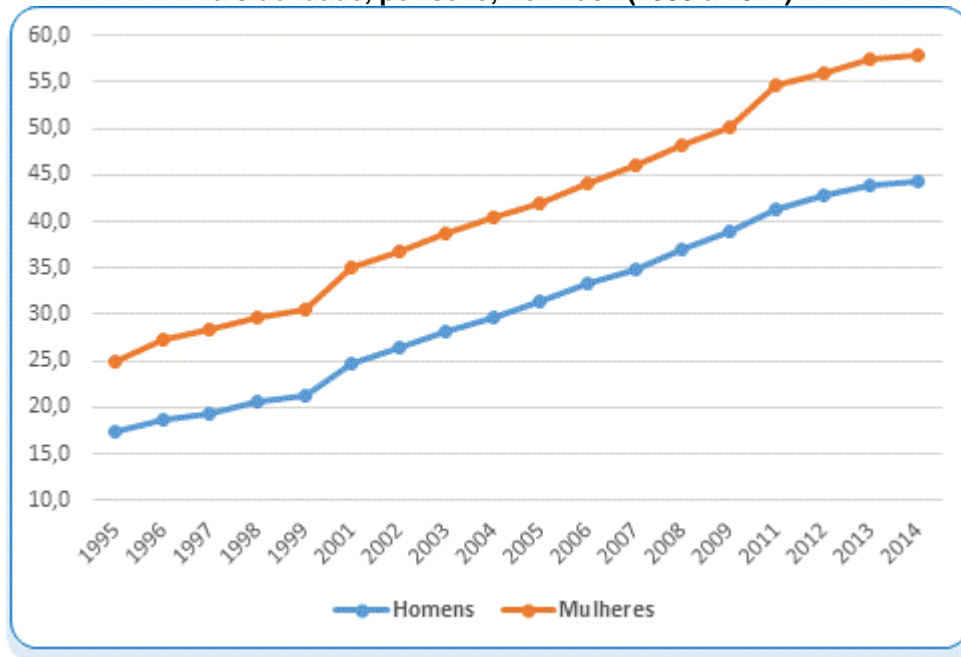


Fonte: IpeaData (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Observamos no Gráfico 11 acima, que o percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudo triplicou nas duas últimas décadas. É visível a expressiva evolução da média de anos de estudo na faixa de 11 anos ou mais de estudo, com crescimento de mais de 30,0 trinta pontos percentuais de 1995 a 2014, ao passo que as demais faixas apresentam redução ao longo do período. Significa que as mulheres estão aumentando seu nível educacional, saindo das faixas inferiores (sem instrução e até 7 anos de estudo) e migrando para as faixas superiores (8 a 10 anos e 11 anos ou mais).

Comparando esse dado com os dados de população ocupada, observamos que a taxa de ocupação das mulheres com 11 anos ou mais de estudo, na população ocupada de 10 anos ou mais de idade, é maior que a dos homens. O Gráfico 12 a seguir apresenta o expressivo aumento desta taxa ao longo dos últimos 20 anos, saindo de pouco mais de 15% em 1995, para mais de 55,0% em 2014.

Gráfico 12 - Pessoas ocupadas com 11 anos ou mais de estudo, na população de 10 anos ou mais de idade, por sexo, no Brasil (1995 a 2014)

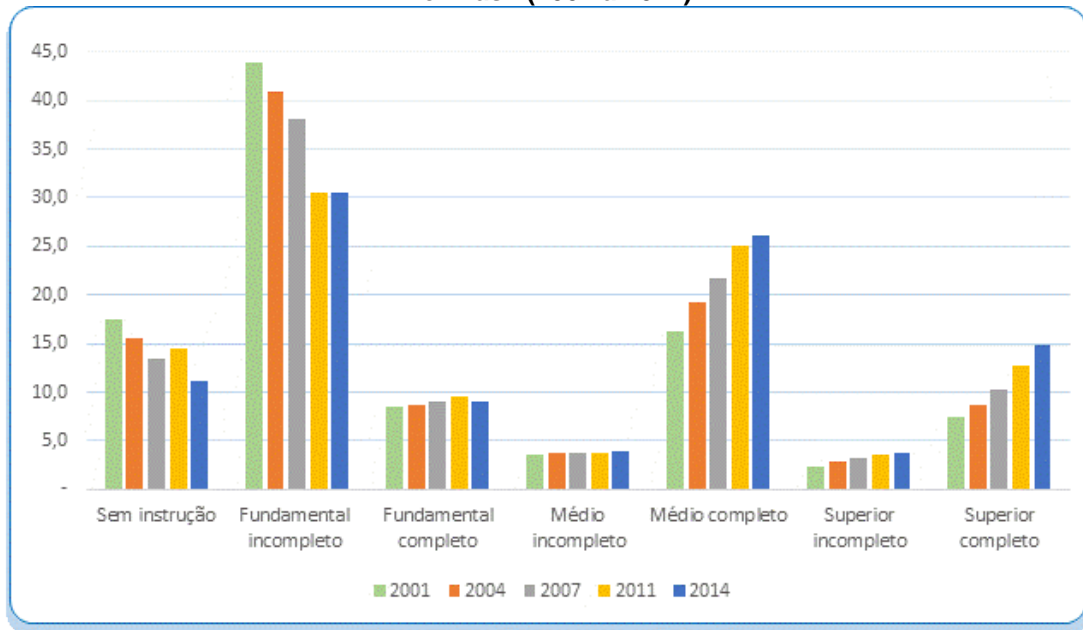


Fonte: IpeaData (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Mesmo que sejam atribuídas às mulheres as atividades domésticas e que elas consigam conciliar estas com outras atividades, ainda assim, elas se dedicam mais aos estudos do que os homens. Os dados acima demonstram que as mulheres ocupadas mantiveram, ao longo das duas últimas décadas, uma diferença considerável na média de anos de estudo, em relação aos homens. Comparando o ano de 1995 com o de 2014, a diferença do percentual de anos de estudo entre homens e mulheres, na população em idade ativa, se manteve em torno de 15,0 pontos percentuais.

O nível de instrução das mulheres também permaneceu crescente ao longo das duas últimas décadas. Conforme observamos no Gráfico 13 a seguir, as mulheres nos níveis sem instrução e fundamental incompleto apresentaram redução. Por outro lado, observamos um aumento considerável da ocupação nos níveis de instrução médio completo e superior completo. Assim, de acordo com os dados apresentados, ter nível médio incompleto ou curso superior incompleto não são diferenciais para concorrer no mercado de trabalho. No mercado de trabalho estão pessoas com o nível de instrução completa (médio ou superior).

Gráfico 13 – Mulheres ocupadas de 10 anos ou mais de idade, por grupos de anos de estudo, no Brasil (2001 a 2014)



Fonte: IBGE (PNAD 2014) - Elaboração própria.

Nota (1): 2010 - ano do censo demográfico.

A proporção de mulheres com 25 anos ou mais de idade que concluíram pelo menos o ensino médio (ou nível equivalente) quase dobrou, passou de pouco mais de 15,0% em 2001 para mais de 25,0% em 2014. Ou seja, entre os ocupados, o percentual de mulheres com pelo menos o ensino médio concluído quase dobrou em 10 anos.

Em 2014, a proporção de mulheres que concluíram pelo menos o ensino superior atingiu quase 15%. Ademais, conforme o IBGE (PNAD 2015), a disparidade entre o nível de instrução entre homens e mulheres mostrou-se muito mais acentuada na população ocupada, pois o interesse feminino em ingressar no mercado de trabalho tende a aumentar com a elevação do seu nível educacional. E, mesmo apresentando essa evolução, em 2014, a proporção de mulheres que concluíram o ensino superior ainda é menor que o de mulheres que concluíram o nível médio, com quase 10 (dez) pontos percentuais de diferença.

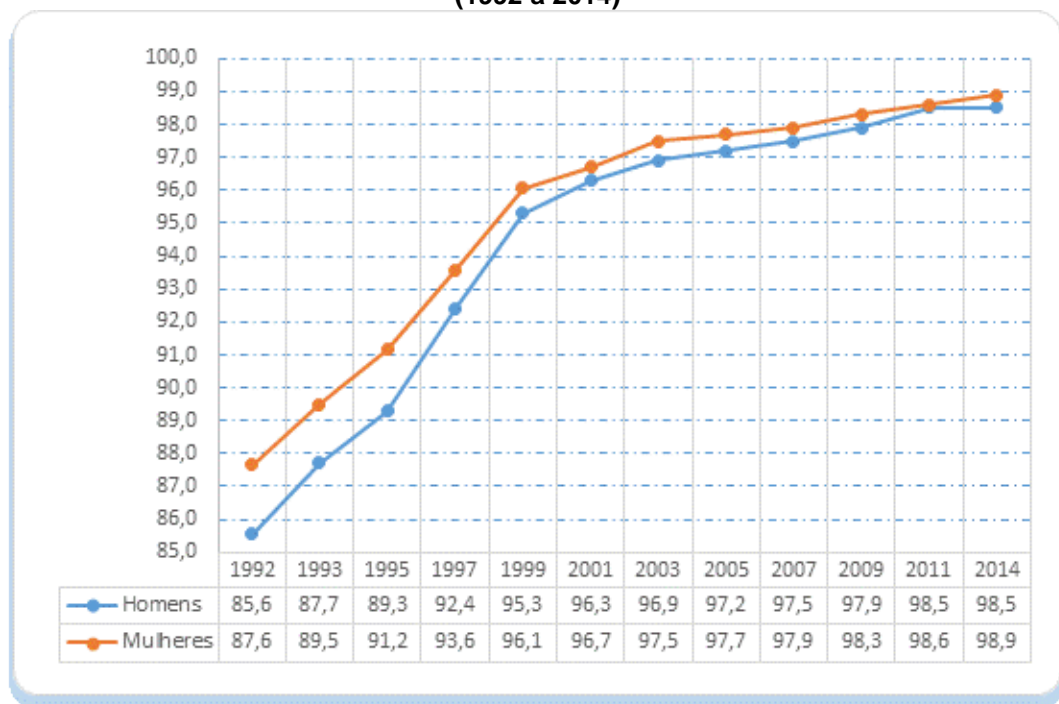
Observamos ainda, que a proporção de mulheres com ensino fundamental incompleto, apesar da redução em quase 15 (quinze) pontos percentuais entre 2001 e 2014, continuou expressiva e superando as demais faixas ao longo de todo o período.

Portanto, de acordo com os dados que apresentamos acima, percebemos que a busca por uma melhor colocação no mercado de trabalho exige maior

escolaridade. A menor escolaridade tem por consequência uma inserção rebaixada no mercado de trabalho. Assim, as mulheres se dedicam mais aos estudos e concluir os ciclos de escolaridade (ensino médio ou superior) para buscarem uma melhor inserção no mercado de trabalho.

Em relação à taxa de escolarização, conforme demonstramos no Gráfico 14 a seguir, observamos o seguinte: em relação às pessoas de 5 a 17 anos de idade, no período de 1992 a 2014, as taxas de escolarização masculina e feminina vêm se aproximando, mas, ainda assim, a feminina permaneceu mais elevada em relação à masculina durante todo o período. Em decorrência de a taxa de escolarização feminina ter permanecido mais elevada, o nível de instrução das mulheres manteve-se em patamar nitidamente mais alto que o dos homens.

Gráfico 14 - Taxa de escolarização das pessoas de 5 a 17 anos de idade, por sexo, no Brasil (1992 a 2014)



Fonte: IpeaData (IBGE) - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Os fatores analisados nos subitens anteriores nos possibilitam avaliar que a educação é sim um fator relevante para a melhor inserção no mercado de trabalho. Outra análise que consideramos importante a ser feita, refere-se aos dados relativos ao mercado de trabalho, o que faremos no próximo tópico.

4.6 MULHERES E O MERCADO DE TRABALHO

Segundo o IBGE, de acordo com os dados da PNAD 2014, a população em idade ativa³³ em 2014 foi estimada em 159,2 milhões de pessoas. Nesse universo, cerca de 101,9 milhões, ou 66,5%, compunham a População Economicamente Ativa (PEA)³⁴ do País (sendo 57,5 milhões homens e 44,7 milhões mulheres), enquanto a população não economicamente ativa totalizava 53,4 milhões de pessoas, ou 33,5%. A população ocupada totalizou 98,6 milhões de pessoas em 2014, sendo que a população ocupada masculina totalizava 56,0 milhões de pessoas, enquanto a feminina era de 42,6 milhões de pessoas.

O contingente de pessoas que não estavam ocupadas e tomaram providência efetiva para conseguir um trabalho, classificadas como desocupadas, foi de 7,3 milhões em 2014, sendo: mais da metade (56,7%) era de mulheres; 28,3% nunca tinham trabalhado; 34,3% eram jovens de 18 a 24 anos de idade; 60,3% eram pretos ou pardos; e 50,1% deles não tinham completado o ensino médio. A PEA feminina representava apenas 4,8% da população total do Brasil em 1950. Este número subiu ligeiramente para 6,6% em 1970 e depois deu um salto para 21,3% em 2010.³⁵

Feitas essas considerações, demonstramos a seguir, nas tabelas 1 e 2, alguns indicadores do mercado de trabalho brasileiro, por meio dos dados das PNAD's de 1995 a 2014. Alguns deles, relacionados à população brasileira, por sexo, estão demonstrados nessas tabelas.

Os dados apresentados nessas tabelas nos possibilitam uma primeira constatação: mesmo sendo maioria na população (50,6%, em 2014)³⁶, e apesar do crescimento na taxa de atividade³⁷, ainda assim as mulheres são minoria no mercado de trabalho, com defasagem de 13,4 pontos percentuais, em relação aos homens, no ano de 2014. Esta defasagem era de 20,2 pontos percentuais em 1995.

³³ Conjunto das pessoas ocupadas e não ocupadas que estavam procurando trabalho (IBGE, 2015).

³⁴ Formada pelos contingentes de ocupados e desocupados (IBGE, 2015).

³⁵ As informações sobre o mercado de trabalho podem ser vistas também pela Pesquisa Mensal de Empregos (PME), cujos dados do período de 2003 a 2008, demonstraram que as mulheres lideravam o ranking da desocupação (56,7%), do total de 7,3 milhões. Entre os desocupados, as mulheres representavam 57,7%, enquanto que entre os homens era de 42,3%.

³⁶ Na PNAD 2014 (IBGE, 2015), foram pesquisadas 362.627 pessoas e 151.291 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. Segundo o IBGE, em 2014, a população residente no Brasil na semana de referência da pesquisa foi estimada em 203,2 milhões de pessoas. Os homens tiveram participação de 49,4% na população. (IBGE, 2015).

³⁷ Percentagem das pessoas economicamente ativas em relação às pessoas em idade ativa.

Tabela 1 - Distribuição da população residente (%), por sexo (Brasil - 1995 a 2014)

Grupos de idade	Distribuição da população residente (%)																	
	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Homens																		
0 a 9 anos	21,3	20,5	20,6	20,1	19,7	19,4	19,2	18,6	18,5	17,7	17,3	16,7	16,0	15,8	15,0	15,0	14,6	14,3
10 a 17 anos	18,8	18,7	18,1	18,0	17,6	16,5	16,2	16,1	15,8	15,7	15,6	15,5	15,3	15,2	14,8	14,3	14,2	13,7
18 a 39 anos	34,7	35,0	35,2	35,3	35,6	36,5	36,4	36,6	36,1	36,5	36,3	36,1	36,0	35,9	35,6	35,4	35,1	34,9
40 a 59 anos	17,5	18,0	18,1	18,7	18,9	19,3	19,8	20,1	20,7	21,1	21,6	22,1	22,6	22,8	23,4	23,7	24,1	24,5
60 anos e mais	7,6	7,9	8,0	8,0	8,3	8,2	8,4	8,7	8,8	8,9	9,3	9,6	10,0	10,4	11,1	11,6	12,0	12,6
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Mulheres																		
0 a 9 anos	19,9	19,3	19,2	18,5	18,1	18,0	17,4	17,1	16,8	16,3	15,6	15,2	14,7	14,2	13,6	13,4	13,2	13,0
10 a 17 anos	17,5	17,3	17,1	16,8	16,6	15,4	15,2	14,8	14,6	14,4	14,4	14,0	13,8	13,7	13,5	13,1	12,6	12,2
18 a 39 anos	35,3	35,4	35,5	35,5	35,8	36,5	36,4	36,2	36,2	36,1	36,1	35,9	35,3	35,5	35,1	34,7	34,6	34,2
40 a 59 anos	18,2	18,7	19,0	19,6	19,7	20,3	20,9	21,4	21,8	22,2	22,7	23,4	24,0	24,2	24,7	25,0	25,3	25,6
60 anos e mais	9,0	9,3	9,3	9,6	9,8	9,8	10,2	10,5	10,7	10,9	11,2	11,5	12,2	12,4	13,2	13,8	14,2	14,9
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0

Fote: IBGE, PNAD - Elaboração própria.

Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Tabela 2 - Indicadores de condição de atividade e de ocupação das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo (Brasil - 1995 a 2014)

Sexo	Indicadores de condição de atividade e de ocupação, na semana de referência, das pessoas de 15 anos ou mais de idade, por sexo, Brasil - 1995-2014 (%)																	
	1995	1996	1997	1998	1999	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2011	2012	2013	2014
Taxa de atividade																		
Total	61,3	59,2	60,1	60,2	61,0	67,0	67,8	67,8	68,4	69,2	68,9	68,5	68,5	66,1	65,8	65,4	66,4	
Homens	75,3	73,2	73,9	73,6	73,7	81,0	81,1	80,7	80,9	81,2	80,8	80,2	80,3	80,1	78,1	77,7	77,2	77,8
Mulheres	48,1	46,1	47,2	47,5	48,9	54,1	55,6	55,9	56,9	58,2	58,0	57,7	57,7	57,9	55,0	54,9	54,7	56,1
Taxa de ocupação																		
Total	93,9	93,1	92,2	91,0	90,4	90,6	90,9	90,3	91,0	90,6	91,5	91,8	92,8	91,7	93,2	93,8	93,5	93,1
Homens	94,7	94,3	93,6	92,8	92,1	92,5	92,7	92,2	93,1	92,8	93,6	93,9	94,8	93,8	95,1	95,3	95,0	94,6
Mulheres	92,7	91,2	90,1	88,4	87,9	88,1	88,4	87,7	88,2	87,7	88,9	89,2	90,4	88,9	90,8	91,7	91,5	91,1
Taxa de desocupação																		
Total	6,1	6,9	7,8	9,0	9,6	9,4	9,1	9,7	9,0	9,4	8,5	8,2	7,2	8,3	6,8	6,2	6,5	6,9
Homens	5,3	5,7	6,4	7,2	7,9	7,5	7,3	7,8	6,9	7,2	6,4	6,1	5,2	6,2	4,9	4,7	5,0	5,4
Mulheres	7,3	8,8	9,9	11,6	12,11	11,9	11,6	12,3	11,8	12,3	11,1	10,8	9,6	11,1	9,2	8,3	8,5	8,9
Distribuição das pessoas em idade ativa																		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	48,5	48,4	48,5	48,5	48,4	47,9	47,9	48,0	47,8	47,9	47,8	47,9	47,8	47,7	47,7	47,8	47,7	47,6
Mulheres	51,5	51,6	51,5	51,5	51,6	52,1	52,1	52,0	52,2	52,1	52,2	52,1	52,2	52,3	52,3	52,2	52,3	52,4
Distribuição das pessoas economicamente ativas																		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	59,6	59,9	59,6	59,3	58,6	57,9	57,3	57,1	56,5	56,2	56,0	56,1	56,1	55,8	56,4	56,5	56,3	55,7
Mulheres	40,4	40,1	40,4	40,7	41,4	42,1	42,7	42,9	43,5	43,8	44,0	43,9	43,9	44,2	43,6	43,5	43,7	44,3
Distribuição das pessoas ocupadas																		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	60,1	60,7	60,5	60,5	59,7	59,1	58,5	58,3	57,9	57,6	57,3	57,4	57,3	57,1	57,5	57,4	57,2	56,7
Mulheres	39,9	39,3	39,5	40,3	40,7	40,9	41,5	41,7	42,1	42,4	42,7	42,6	42,7	42,9	42,5	42,6	42,8	43,3
Distribuição das pessoas desocupadas																		
Total	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0	100,0
Homens	51,6	49,2	48,5	47,7	48,0	46,4	45,9	45,7	43,2	42,8	42,5	41,7	40,9	41,3	41,0	42,2	43,1	43,3
Mulheres	48,4	50,8	51,5	52,3	52,0	53,6	54,1	54,3	56,8	57,2	57,5	58,3	59,1	58,7	59,0	57,8	56,9	56,7

Fote: IBGE, PNAD - Elaboração própria.

Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

A taxa de atividade feminina, de 1995 para 2014, elevou-se de 48,1% para 56,1%, ou seja, um acréscimo de 12,0 pontos percentuais em quase 20 anos. No caso dos homens, a participação na atividade econômica reduziu 2,5 pontos percentuais no mesmo período. Entre 1981 e 2002, conforme análises de Hoffman e Leone (2004) a taxa de atividade feminina teve um acréscimo de 13,7 pontos percentuais. Se considerarmos o período de 2002 a 2014, o acréscimo foi de 0,5 ponto percentual. Ou seja, nos últimos 10 anos o crescimento da participação feminina na atividade econômica corresponde a menos de 5% do ocorrido nas duas décadas anteriores.

A taxa de ocupação feminina teve redução em 1,6 pontos percentuais e a masculina 0,1 ponto percentual, de 1995 para 2014. Porém, o número de mulheres ocupadas cresceu 3,4 pontos percentuais e o de homens ocupados 3,9 pontos percentuais, menos que o incremento constatado para as pessoas em idade ativa, que teve redução de 0,9 pontos percentuais para homens e aumento de 1,1 para as mulheres. Em 1995, o nível da ocupação³⁸ das mulheres ficou em 39,9%, próximo daquele de 2001 (40,9%). Para os homens, esse percentual em 1995 era de 60,1%, bem superior aos das mulheres. Em 2014, era de 56,7%. O acompanhamento da evolução do nível de ocupação de 1995 a 2014 revelou que este indicador apresentou tendência de queda, enquanto o da feminina mostrou considerável aumento. Em 2014, o percentual de pessoas ocupadas ultrapassou o percentual de pessoas em idade ativa, para os homens.

A taxa de desocupação masculina³⁹ teve pouco crescimento, passou de 5,3%, em 1995, para 5,4%, em 2014. A feminina passou de 7,3% para 8,9%, no mesmo período, permanecendo mais elevada que a masculina. Ou seja, nas duas últimas décadas, ocorreu um crescimento maior do nível de desocupação feminino em relação ao masculino.

Observamos, portanto, pelos dados dos quadros acima, uma redução na distribuição de pessoas economicamente ativas e de pessoas ocupadas para a população masculina de 1995 a 2014. A população feminina, ao contrário, apresentou crescimento ao longo do período. Porém, verificamos um aumento na distribuição de mulheres desocupadas no mesmo período. São, portanto, em 2014,

³⁸ Proporção de pessoas ocupadas na população em idade ativa (IBGE, 2015).

³⁹ Percentual de pessoas desocupadas em relação às pessoas em idade ativa (IBGE, 2015).

mais mulheres com participação na atividade econômica e mais mulheres desocupadas.

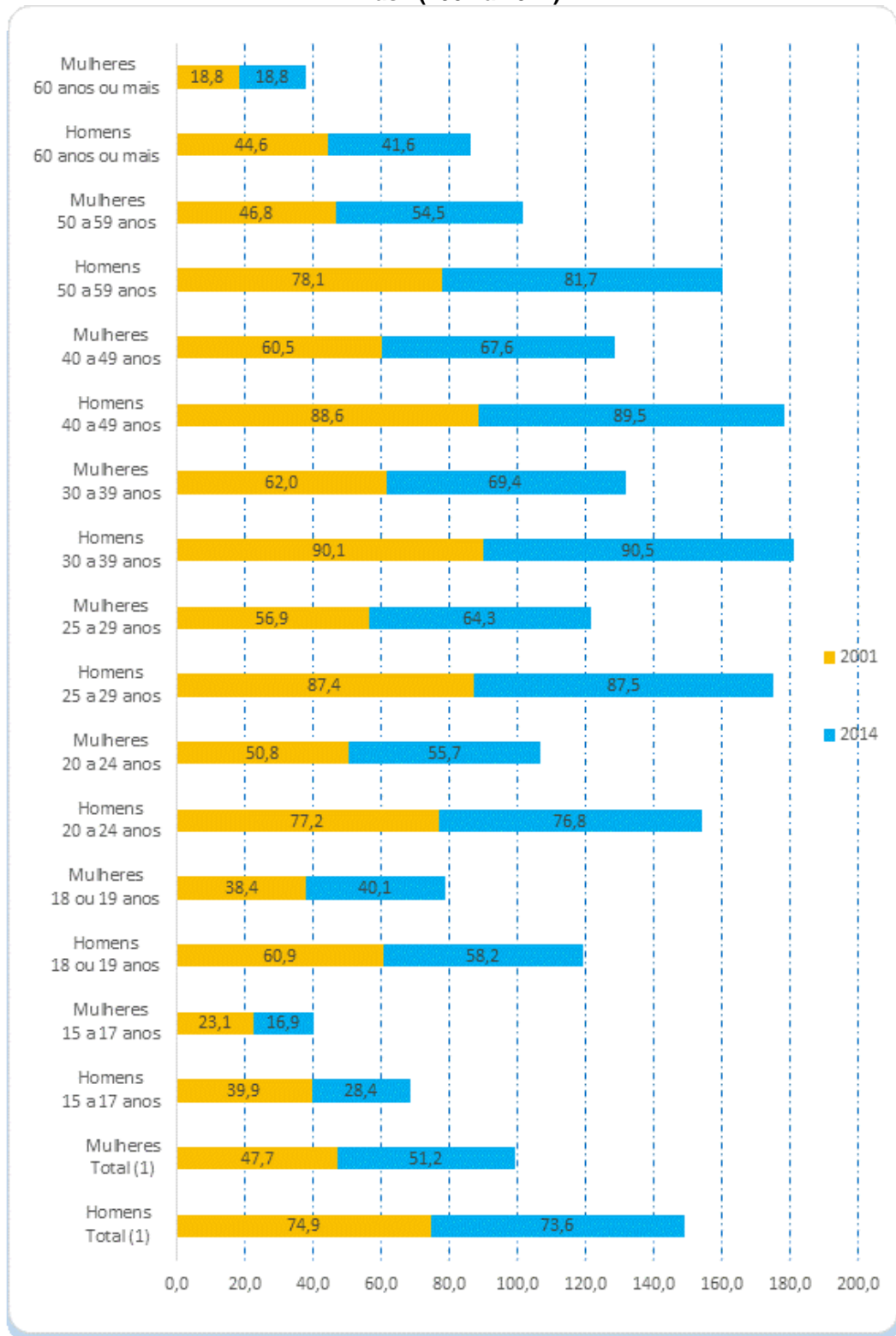
O nível de ocupação entre homens e mulheres também pode ser observado, de acordo com a faixa etária, por meio dos dados do Gráfico 15, a seguir. Observamos neste Gráfico que o nível de ocupação feminino, na média geral, é inferior ao masculino em todas as faixas etárias. Em 2014, esta defasagem era de 22,4 pontos percentuais. No entanto, comparando a evolução da taxa de ocupação de 2001 com a de 2014, as mulheres tiveram um acréscimo de 3,5 pontos percentuais, ao passo que a dos homens redução de 1,3 pontos percentuais.

Observamos que essa redução na média do nível de ocupação foi devido à inexpressiva evolução na taxa de ocupação masculina para as faixas etárias entre 25 a 49 anos de idade e pela redução desta taxa para as faixas etárias entre 15 a 24 anos e de 60 anos ou mais de idade. Por outro lado, as mulheres mais jovens (entre 18 e 24 anos de idade) e as mulheres idosas (60 anos ou mais de idade) apresentaram entre 2001 a 2014, evolução na sua participação no mercado de trabalho. O contrário ocorreu com os homens, que apresentem uma involução da taxa nestas faixas etárias. Já nas faixas etárias intermediárias (entre 25 a 49 anos de idade) a evolução na taxa de participação feminina foi superior a da masculina. Nas faixas etárias entre 15 e 17 anos, tanto a masculina, quanto a feminina, tiveram redução das taxas de participação no mesmo período.

Conforme os dados que demonstramos no Gráfico 15 a seguir, podemos concluir que as mulheres estão entrando mais cedo no mercado de trabalho (a partir dos 18 anos de idade, ao passo que os homens a partir dos 25 anos) e os homens estão se aposentando mais tarde. E ainda, considerando os dados de escolaridade apresentados anteriormente, os jovens, homens e mulheres, entre 15 e 17 anos, estão se dedicando mais aos estudos.

De acordo com os estudos de Hoffmann e Leone (2004), a expansão na participação feminina, predominantemente jovens, reflete nova e importante tendência de permanência da conjuge com filhos no mercado de trabalho. Vimos anteriormente que essa conclusão se confirmou no período de 2001 a 2014, quando analisamos a quantidade de filhos das mulheres da PEA.

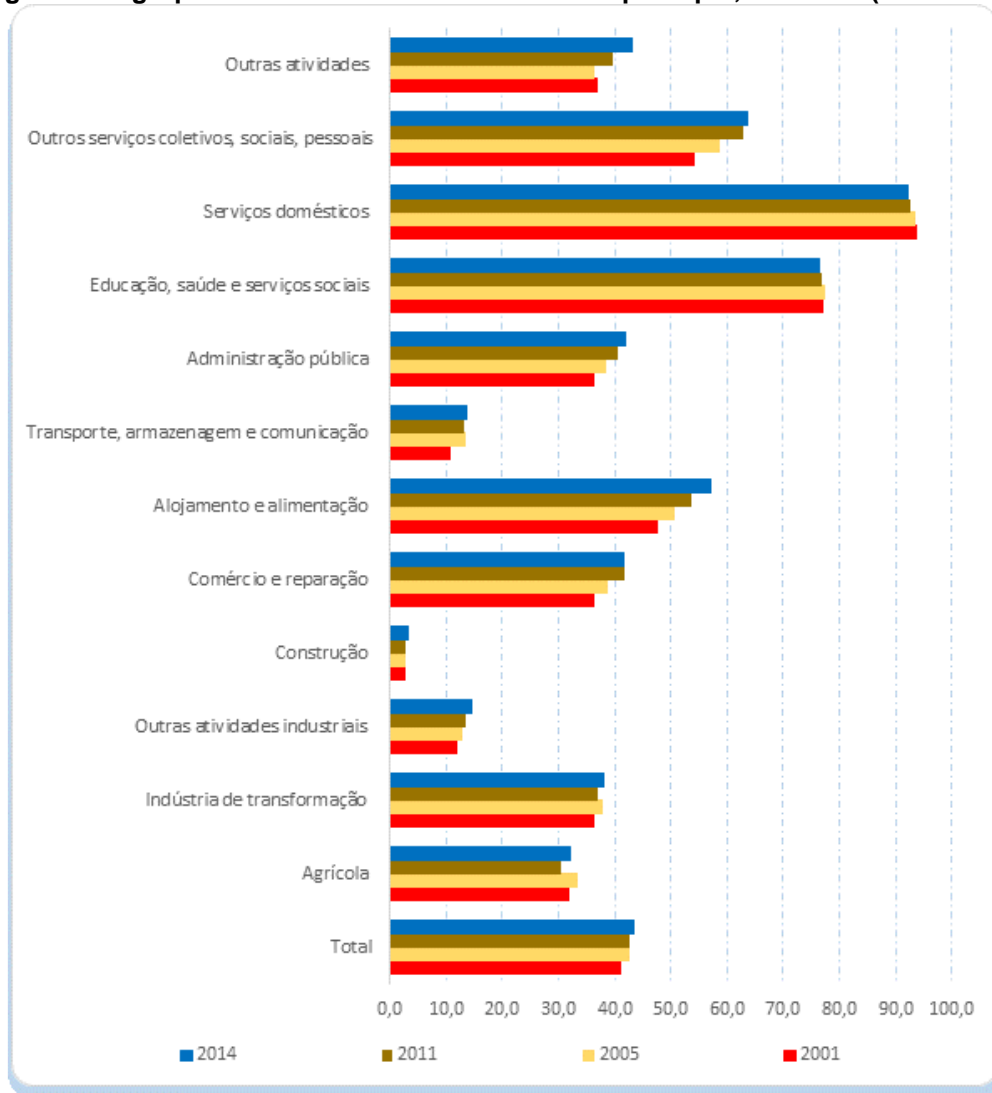
Gráfico 15 - Nível de ocupação das pessoas em idade ativa (%), por sexo e faixa etária, no Brasil (2001 a 2014)



Fonte: IBGE (PNAD 2014) – Elaboração própria.
 Nota (1): Inclusive as pessoas com idade ignorada.

É importante verificarmos ainda, em quais grupamentos de atividade do trabalho principal as mulheres atuaram nas duas últimas décadas. Veremos esses dados no Gráfico 16, a seguir.

Gráfico 16 - Percentual de Mulheres ocupadas, na população de 15 anos ou mais de idade, segundo os grupamentos de atividade do trabalho principal, no Brasil (2001 a 2014)



Fonte: IBGE (PNAD 2014) – Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Pelos dados do Gráfico 16, observamos que a maioria das mulheres ocupadas exerce como trabalho principal a seguintes segmentos de atividades: serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; e outros serviços coletivos, sociais, pessoais. Esses três segmentos apresentam índices superiores a 60,0 sessenta pontos percentuais em 2014.

O maior crescimento observado, no período de 2001 para 2014, ocorreu no segmento outros serviços coletivos, sociais, pessoais. A participação das mulheres no segmento alojamento e alimentação apresentou expressivo crescimento ao longo do período, chegando a quase 60,0 pontos percentuais em 2014. A participação de mulheres ocupadas em atividade agrícola se manteve constante de 2001 para 2014, contrariando a sua histórica tendência crescente de 1999 para 2001, que, segundo o IBGE (PNAD, 2003), pode ter sido acelerada pelo uso cada vez mais difundido de tecnologias mais atualizadas neste segmento da economia.

Os dados demonstram também que a ocupação das mulheres na indústria da construção é insignificante, com poucas oscilações nos percentuais, entre 2001 e 2014. Podemos explicar essa constatação pelo fato deste segmento ser predominantemente masculino, com atividades pesadas que exigem mais força e geralmente são exercidas pelos homens. Assim como, as atividades relacionadas aos segmentos de transporte, armazenagem e comunicação e outras atividades industriais.

Outra constatação que merece nosso destaque é o contingente de trabalhadoras domésticas, que se manteve elevado, destacando-se em relação às demais atividades. De acordo com os dados da PNAD (IBGE, 2013), a maior parcela deste contingente é formada pelas pessoas sem carteira de trabalho assinada e o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada vem apresentando crescimento nas últimas décadas, mostrando que prosseguiu o crescimento na formalização do emprego no serviço doméstico remunerado. Em 2001, no contingente dos trabalhadores domésticos, 26,1% tinham carteira de trabalho assinada, quando em 1996 eram 22,2% e, em 1992, representavam 17,5% (IBGE, 2013).

Para aprofundar nossas análises em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho, é necessário verificarmos também as classes de rendimentos. Desta forma, poderemos constatar as desigualdades provenientes do rendimento do trabalho, visto que, estudos já realizados constataram que as mulheres recebem certa de 70% do rendimento dos homens. É o que veremos no próximo tópico.

4.7 DESIGUALDADE DE RENDIMENTOS

Segundo o IBGE (2015), o crescimento econômico pode ser observado a partir das variações anuais do Produto Interno Bruto (PIB). Esta observação do PIB

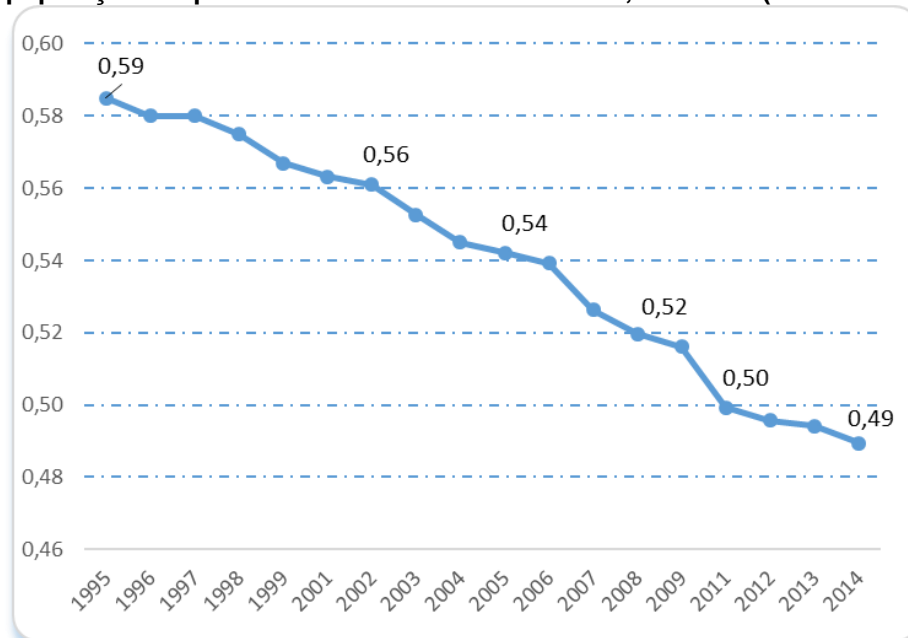
em conjunto com a redução da desigualdade de renda, medida pelas pesquisas domiciliares do IBGE (por meio da evolução do Coeficiente de Gini)⁴⁰, constituem fatores favoráveis à melhoria das condições de vida da população brasileira.

Trazendo esta analogia para o nosso estudo, utilizamos os dados do IBGE para verificação da variação anual do PIB e a evolução do Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade com rendimento, conforme demonstramos nos Gráficos 17 e 18, a seguir.

Conforme demonstramos no Gráfico 17 a seguir, a desigualdade alcançou seu menor nível nas últimas três décadas. No entanto, apesar dos avanços, a concentração de renda brasileira ainda é extremamente alta, encontrando-se o Brasil entre os países com mais elevados níveis de desigualdade (BID, 1999).

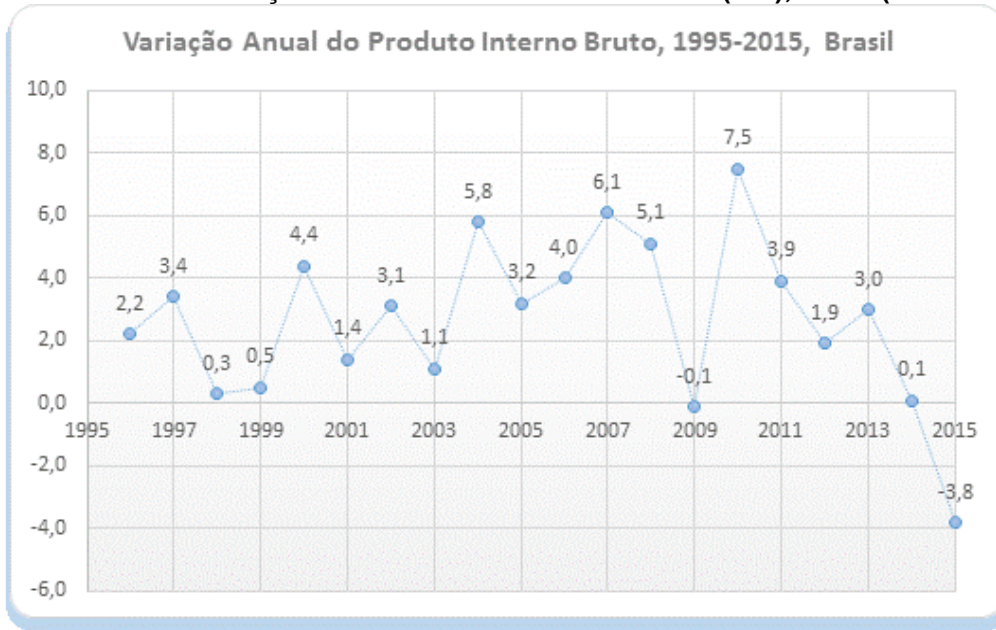
Segundo o IBGE (2015), a queda da desigualdade pode ser explicada pelo conjunto de políticas e conjunturas públicas implementadas nas últimas décadas, como medidas de redução da pobreza e redistribuição de rendimentos, a exemplo da política de valorização do salário mínimo (reajustado nos últimos anos em patamares acima da inflação), dentre outros (IBGE, 2015).

Gráfico 17 - Índice de Gini da distribuição do rendimento mensal de todos os trabalhos, da população ocupada de 10 anos ou mais de idade, no Brasil (1995 a 2014)



Fote: IBGE, PNAD - Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

⁴⁰ Para o coeficiente de Gini, quanto mais próximo de 1, maior a desigualdade.

Gráfico 18 - Variação anual do Produto Interno Bruto (PIB), Brasil (1995 a 2015)

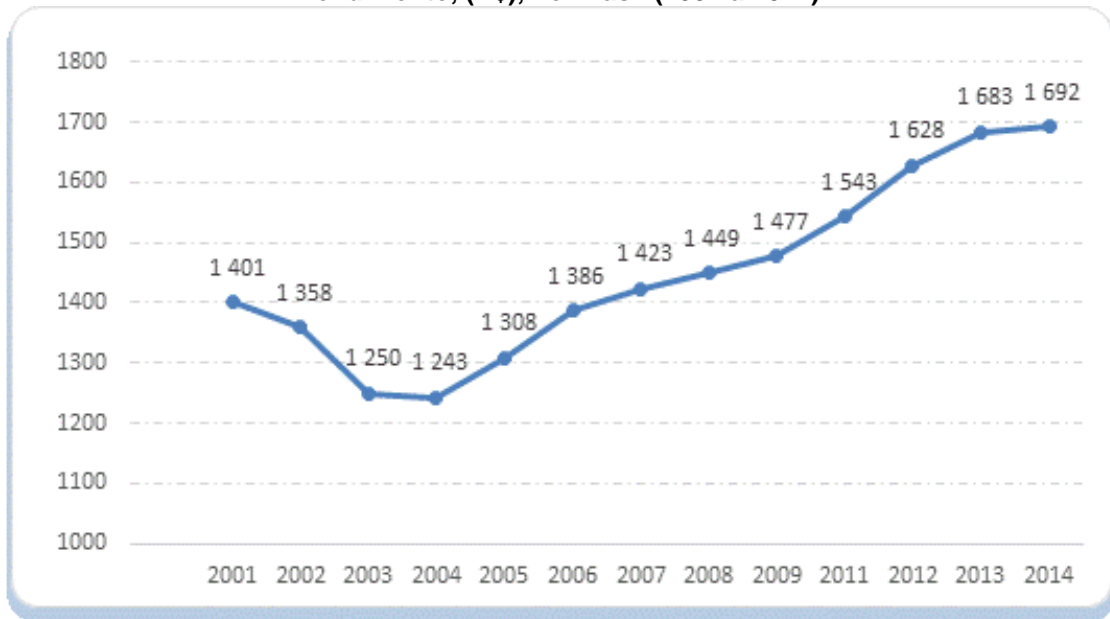
Fonte: IBGE, Sistema de Contas Nacionais - Elaboração própria.

Os dados do gráfico 18 apresentam as oscilações na taxa de crescimento do PIB, marcadas por retrações e crescimento da economia do País ao longo do período. Com destaque para o período de 2008/2009, cuja retração pode ser explicada pelos reflexos da crise nos EUA e que atingiu a economia mundial. Por outro lado, mesmo com as possíveis retrações na economia brasileira, a desigualdade de renda, medida pelo índice de Gini, apresentou sinais de queda até o ano de 2010. A partir de 2011 até 2014, este índice se manteve quase constante e não podemos afirmar se houve ou não queda da desigualdade, pois as variações são muito pequenas.

Ademais, as relações entre a concentração da renda e as políticas econômica e social formam um conjunto de grande complexidade. Assim, nossa análise se concentra nas desigualdades de rendimento domiciliar, entre homens e mulheres.

No Gráfico 19, a seguir, apresentamos os dados do rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento de trabalho, no período de 2001 a 2014.

Gráfico 19 - Rendimento médio mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com rendimento, (R\$), no Brasil (2001 a 2014)



Fonte: IBGE (PNAD 2014) – Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

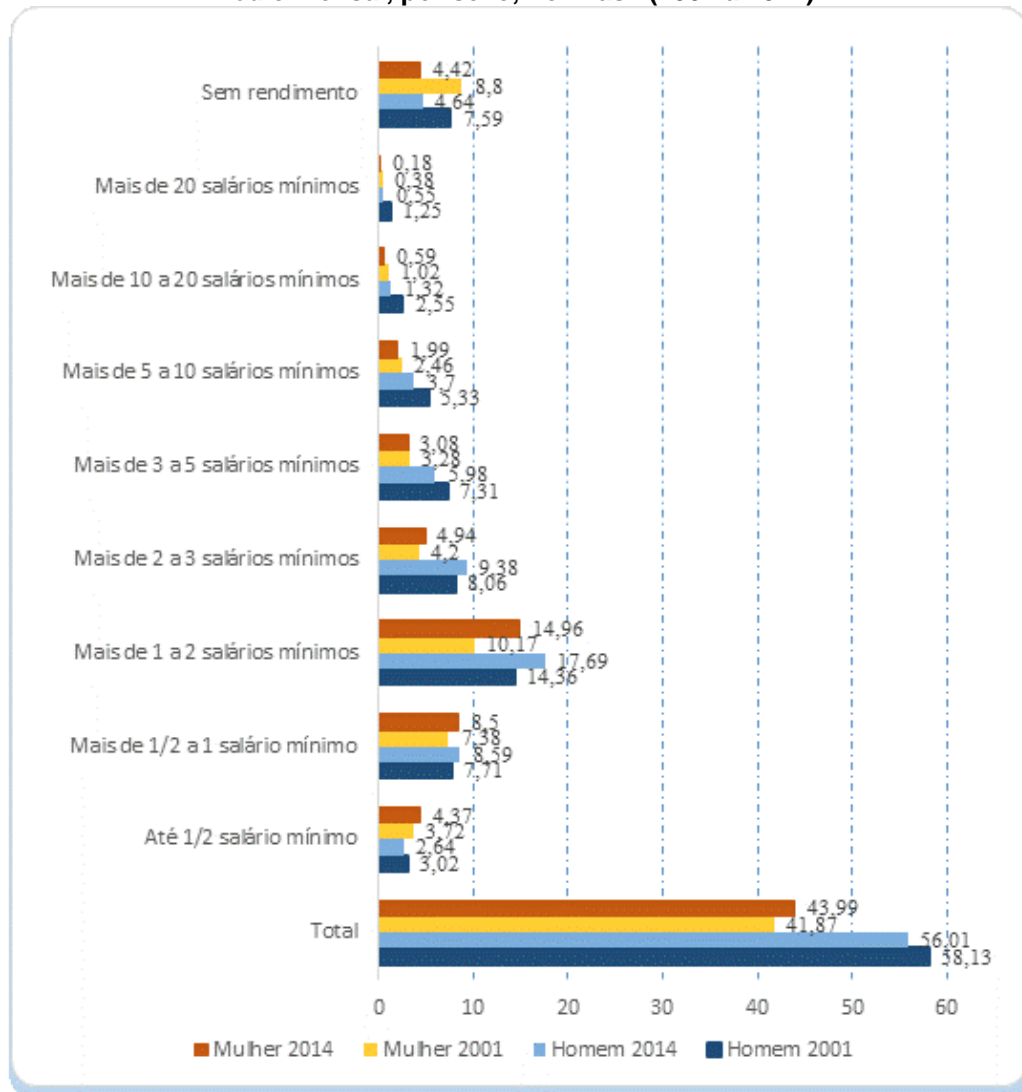
Em 2014, esse rendimento foi estimado em R\$ 1.692,00 e vem apresentando crescimento desde o ano de 2004. De acordo com o IBGE (2015), para as pessoas não ocupadas nessa faixa de idade, o valor estimado foi bem inferior, em R\$ 669,00.

Podemos também verificar a desigualdade de rendimentos entre as pessoas comparando suas classes de rendimentos. Vejamos no Gráfico 20, a seguir, essas informações.

De acordo com os dados que demonstramos no Gráfico 20, o valor total do rendimento médio mensal das mulheres é menor do que o dos homens. Em termos proporcionais, em 2014, as mulheres recebem em média 78,5% do rendimento médio total dos homens. Em 2001 esse percentual era de 72,1%. Essa constatação também é verificada por outras pesquisas do IBGE.

Observamos também pelos dados do Gráfico 20, o diferencial do rendimento por sexo, por meio da análise da proporção de pessoas que receberam até 2 salários e acima de 5 salários mínimos. Assim, conforme os dados de 2014, verificamos que 28,9% dos homens e 27,9% das mulheres recebem renda média mensal de até 2 salários mínimos. Ao passo que, 5,6% dos homens e 2,8% das mulheres recebem acima de 5 salários mínimos. Em 2001, 25,1% dos homens e 21,3% das mulheres recebiam até 2 salários mínimos e 9,1% dos homens e 3,9% das mulheres, acima de 5 salários mínimos.

Gráfico 20 - Percentual de pessoas de 10 anos ou mais de idade, da PEA e valor do rendimento médio mensal, por sexo, no Brasil (2001 a 2014)

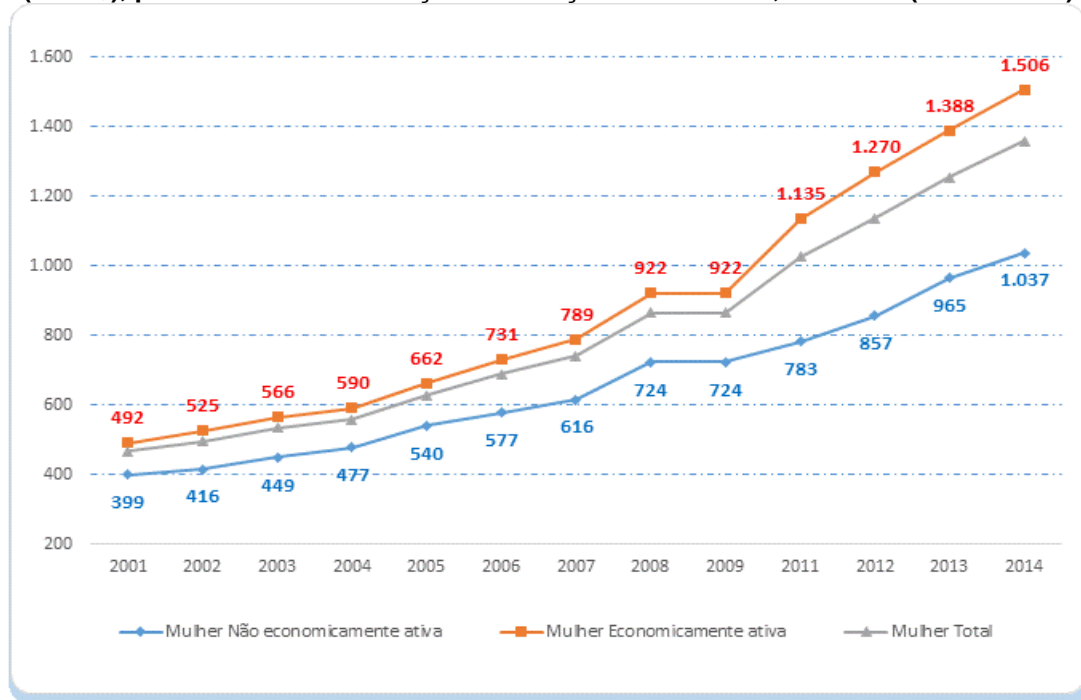


Fonte: IBGE (PNAD 2014) – Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

Por esta análise, constatamos que o percentual de pessoas que recebem até 2 salários mínimos aumentou, de 2001 para 2014. Enquanto, para quem recebe acima de 5 salários mínimos, ocorreu uma redução. Podemos considerar, então, que houve uma pequena distribuição entre aqueles que ganham acima de 5 salários mínimos e os que ganham abaixo de 2 salários mínimos.

Entre as mulheres também pode ocorrer desigualdade de rendimentos. Para verificar essa afirmação, comparamos o rendimento médio mensal das pessoas declaradas como chefes da família, mulheres economicamente ativas e as não economicamente ativas. Conforme demonstramos no Gráfico 21, a seguir, essa diferença de rendimentos vem apresentando crescimento nos últimos anos.

Gráfico 21 – Mulheres de 10 anos ou mais de idade e valor do rendimento médio mensal (em R\$), por indicativo de situação e condição de atividade, no Brasil (2001 a 2014)



Fonte: IBGE (PNAD 2014) – Elaboração própria.
Nota (1): 2000 e 2010 - anos do censo demográfico.

De acordo com os dados do gráfico 21 acima, enquanto as mulheres economicamente ativas recebiam em média em 2014 cerca de R\$ 1.506,00, as mulheres não economicamente ativas recebiam em torno de R\$ 1.037,00. Uma defasagem em torno de 50%. Em 2001, esta defasagem era em torno de 25%. O acréscimo mais expressivo do rendimento médio mensal, de 2001 a 2014, ocorreu para as mulheres que se declararam economicamente ativas. Assim, avaliamos que o acréscimo dessa defasagem foi em função do expressivo crescimento do rendimento médio mensal das mulheres economicamente ativas.

No contexto do mercado de trabalho e em relação à desigualdade de rendimentos, outras análises poderão ser feitas utilizando uma infinidade de dados das pesquisas domiciliares disponibilizadas pelo IBGE. Na maioria delas podemos observar o que aponta a realidade: as mulheres em condição menos favoráveis que a dos homens.

4.8 CONCLUSÕES

Nossa proposta com este estudo foi investigar a participação da mulher no mercado de trabalho no Brasil, por meio da interpretação da extensa literatura especializada e dos dados das PNAD's, no período de 1995 a 2014. As conclusões já foram abordadas nos textos acima e nos limitaremos aqui a realçar as mais importantes.

Demonstramos, por meio dos dados das PNADs, que nas últimas duas décadas continuou a aumentar a participação da mulher na atividade econômica e essa ampliação foi acompanhada pelo crescimento da proporção de domicílios com mulher na força de trabalho, declaradas como chefe da família. Verificamos também que a maior participação das mulheres na atividade econômica se deu em função do benefício proporcionado a elas pelo trabalho. Em busca de uma melhor inserção no mercado de trabalho, as mulheres estão diminuindo a quantidade de filhos e, principalmente, buscando o crescimento do nível de escolaridade.

Constatamos a continuidade da redução do número de pessoas por família e um aumento no percentual de famílias cuja pessoa de referência é a mulher. Em média, as famílias chefiadas por mulheres aumentaram em 12,5 pontos percentuais. O ingresso maciço no mercado de trabalho, o aumento do rendimento mensal familiar e o aumento da escolaridade são fatores que podem explicar este reconhecimento da mulher como responsável pela família.

O nível mais elevado de participação feminina no mercado de trabalho se dá na faixa etária jovem, de 25 a 39 anos de idade, quando elas obtêm a idade de terem concluído o nível superior e ainda não têm filhos. A partir de 40 a 59 anos de idade observamos o início da queda na participação. Nesta faixa de idade as mulheres já estão saindo mais cedo do que os homens do mercado de trabalho.

Observamos uma redução expressiva do número de meninas e meninos em idade de 7 a 14 anos fora da escola e do percentual de pessoas que não eram estudantes, as quais, em 1995, poderiam estar no mercado de trabalho. Pois, nesta faixa etária constatamos expressiva redução do percentual de pessoas ocupadas. Esta mão de obra estava mais concentrada no setor agrícola.

Em relação aos níveis educacionais, observamos que este fator é determinante para a inserção da mulher no mercado de trabalho e merece destaque. Observamos a crescente participação de mulheres com 15 anos ou mais de estudo,

ou seja, com nível superior completo, e o inverso para as que possuem menos de 15 anos de estudo. A média de anos de estudo de estudo das mulheres, entre as pessoas com 25 anos ou mais de idade, que em 1995 era inferior a dos homens, em 2014 ultrapassou a dos homens e apresentou expressivo crescimento. As mulheres de 15 anos ou mais de estudo foram as que mais contribuíram pra o aumento da média de anos de estudo. Entre as pessoas de 10 anos ou mais de idade, o percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudo triplicou nas duas décadas, o que pode comprovar que as mulheres se dedicam mais aos estudos que os homens. O crescimento foi constante e expressivo de mulheres com nível médio e superior completos. Constatamos ainda, que os jovens, homens e mulheres, entre 15 e 17 anos de idade, estão se dedicando mais aos estudos e entrando no mercado de trabalho mais tarde.

Houve um pequeno crescimento da população feminina economicamente ativa e ocupada. O inverso ocorreu com homens, na mesma proporção. Porém, as mulheres continuam sendo minoria no mercado de trabalho. Por outro lado, observamos o aumento da população feminina desocupada, o que influenciou na redução da taxa de ocupação da população feminina.

Em relação ao trabalho principal exercido pelas mulheres ocupadas, observamos a maioria destas exercem as atividades que exigem menor esforço físico, como: serviços domésticos; educação, saúde e serviços sociais; e outros serviços coletivos, sociais e pessoais. Assim, a participação da mulher na indústria da construção continua insignificante. O contingente de trabalhadoras domésticas se manteve elevado, destacando-se entre as demais atividades.

Na composição do rendimento mensal domiciliar, continuou o aumento da participação das mulheres e a redução da participação dos homens. No entanto, as mulheres continuam ganhando menos que os homens, com defasagem em torno de 70,0%. O percentual de mulheres que recebe até dois salários mínimos aumentou para 21,3% e das que recebem acima de 5 salários mínimos reduziu para 3,9%. Constatamos, assim, uma pequena distribuição entre aquelas que ganham muito das que ganham pouco. No entanto, o rendimento mensal das mulheres de 10 anos ou mais que se declararam em atividade é bem superior ao daquelas não economicamente ativas, com defasagem em torno de 50,0%.

Conforme observamos na pesquisa, o mercado de trabalho no Brasil passou por uma série de transformações nas últimas décadas, com efeitos, principalmente,

na estrutura etária e no nível de escolaridade das mulheres brasileiras. Visualizamos com isso uma janela de oportunidades para a economia nacional nos próximos anos. Contudo, poderá representar também uma ameaça, tendo em vista o crescimento da população em idade ativa e da população desocupada femininas.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir da análise empírica dos dados da PNAD 2014, foi possível obter dados expressivos, com os quais realizamos análises e correlações necessárias ao melhor entendimento do tema proposto. Logo, consideramos relevante nossa investigação em relação à inserção da mulher no mercado de trabalho no Brasil e aos fatores que determinam sua maior ou menor participação.

A revisão da literatura nos possibilitou ampliar o conhecimento acerca do mercado de trabalho e dos desafios que a mulher encontra para se inserir no mercado de trabalho. Desenvolvemos a fundamentação teórica com uma retrospectiva do cenário social e econômico brasileiro, e em seguida apresentamos os distintos conceitos relacionados ao tema, englobando as diferentes concepções teóricas com suas especificidades e particularidades.

Procuramos, durante o estudo, responder as questões inicialmente levantadas, sobre as quais tecemos os comentários a seguir.

- a) nos últimos 20 anos, continua crescente a participação feminina no mercado de trabalho brasileiro?

De acordo com os dados que apresentamos, Gráfico 1, verificamos que a participação da mulher no mercado de trabalho continuou crescente no período de 1995 a 2014, saindo de 40,4% para 44,0%. Consideramos que este crescimento se deve ao benefício proporcionado à mulher por trabalhar fora de casa, considerando que, geralmente, as mulheres se dedicam também aos afazeres domésticos e ao cuidado dos filhos.

- b) quais os fatores que contribuem para esse aumento da participação? O fator “educação” continua relevante?

De acordo com os estudos realizados e com os dados apresentados nesta pesquisa, o crescimento da população economicamente ativa e da população desocupada feminina, aliado a outros fatores, impulsionaram as mulheres em busca de uma colocação no mercado de trabalho. Os dados apresentados nesta pesquisa (Gráfico 10) comprovam que as mulheres dedicam mais anos de estudo do que os homens. Em 1995 os homens tinham em média 5,3 anos de estudo e as mulheres 5,2. Em 2014 as mulheres ultrapassaram os homens, alcançando uma média de 8,0

anos de estudo, ao passo que os homens estão com 7,6. Os dados que apresentamos no Gráfico 11 demonstram que o percentual de mulheres com 11 anos ou mais de estudo triplicou nas duas últimas décadas, com um crescimento de mais de 30,0 pontos percentuais, saindo de pouco mais de 15,0% em 1995, para mais de 40,0% em 2014. Logo, concluímos que o fator educação continua sendo fundamental para uma melhor inserção no mercado de trabalho.

- c) As novas gerações passaram a integrar o mercado de trabalho feminino?
Qual a faixa etária de mulheres que predominam?

Conforme demonstramos no Gráfico 15, a média geral do nível de ocupação das mulheres, de acordo com a faixa etária, teve um acréscimo de 3,5 pontos percentuais, de 2001 para 2014, ao passo que a dos homens demonstrou o acréscimo de 1,3 pontos percentuais, no mesmo período. Verificamos que as mulheres mais jovens (entre 18 e 24 anos de idade) e as mulheres mais idosas (60 anos ou mais de idade) apresentaram evolução no nível de ocupação, sendo superior à masculina. Para as faixas entre 15 e 17 anos de idade, masculina e feminina, houve redução do nível de ocupação. Logo, as mulheres estão entrando mais cedo no mercado de trabalho e os homens estão saindo mais tarde. Homens e Mulheres, na faixa etária entre 15 e 17 anos, estão se dedicando mais aos estudos. Percebemos que a maior participação das mulheres no mercado de trabalho ocorreu a partir dos 20 anos de idade, e dos homens, a partir dos 18 anos de idade.

Uma constatação que mereceu nosso destaque é o fato do contingente de trabalhadoras domésticas se manter elevado nas duas últimas décadas, destacando-se entre as demais atividades. Ressaltamos que o maior contingente deste segmento é formado pelas pessoas sem carteira de trabalho assinada. Porém, o número de trabalhadoras domésticas com carteira assinada apresentou crescimento de 1992 para 2014.

Outra constatação que destacamos é o fato de que, apesar do rendimento médio mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade ter apresentado crescimento, a renda das mulheres continuar sendo inferior a dos homens. Em termos proporcionais, em 2001 as mulheres recebiam, em média, 72,1% do rendimento dos homens. Em 2014, esse percentual foi de 78,5%.

Constatamos ainda, que a proporção de mulheres que recebiam até 2 salários mínimos de rendimento médio mensal, em 2001, era de 21,3%. Em 2014, passou

para 27,9%. Ao contrário, verificamos uma redução da proporção de mulheres que recebiam acima de 5 salários mínimos. Em 2014, 2,8% das mulheres recebiam acima de 5 salários mínimos, contra 3,9% em 2001. Para os homens, houve um aumento desta proporção: em 2014, esta proporção era de 5,6%; em 2001, de 9,1%.

O cenário brasileiro permanece o mesmo: uma pequena parcela da população ganhando acima de 5 salários mínimos, em média mensal; e muitos ganhado pouco, abaixo de 2 salários mínimos. Nesse contexto, as mulheres continuam em desigualdade em relação aos homens: ganhando 78,5% do rendimento mensal dos homens. Diante desse cenário, apontar a educação como uma ferramenta fundamental para uma melhor inserção no mercado seria uma simples análise, sem considerar outros fatores que determinam uma melhor colocação no mercado de trabalho. Assim, consideramos que essa afirmação soa bem no discurso, mas, na prática, apenas este fator não transforma a realidade.

Verificamos com este estudo uma tendência de aumento das taxas de participação das mulheres no mercado de trabalho brasileiro. Esta tendência estaria relacionada, principalmente, à continuidade da melhoria do nível educacional das mulheres, aliada a outros fatores, como a redução das taxas de fecundidade⁴¹. Contudo, ressaltamos que para que as mulheres conquistem seus espaços e que sua participação no mercado de trabalho continue em crescimento, é necessário que as condições econômicas, sociais e culturais sejam propícias, proporcionando oportunidades de trabalho à população economicamente ativa.

⁴¹ De acordo com o IBGE, em 2000 a taxa de fecundidade era de 2,39 e em 2015 caiu para 1,72. (IBGE, 2015).

REFERÊNCIAS

ABRAMO, L. W. **A inserção no mercado de trabalho: uma força de trabalho secundária?** [Tese de Doutorado, Universidade de São Paulo]. São Paulo, 2007.

ALVES, J. E. D. **A estabilização da queda da fecundidade mundial.** Escola Nacional e Ciências Estatísticas. IBGE. 2014. Disponível em: <www.ecodebate.com.br>. Acesso em: 04 set. 2016.

_____. **A transição demográfica e a janela de oportunidade.** São Paulo: IFBE, 2008.

BARROS, R. et al. Determinantes imediatos da queda da desigualdade de renda brasileira. (Texto para Discussão, 1253). IPEA, jan./2007.

BID. Banco Interamericano de Desarrollo. **América latina frente a la desigualdad.** Washington-DC, 1999.

CACCIAMALI, M. C. Distribuição de renda no Brasil: persistência do elevado grau de desigualdade. **Manual de Economia.** Amaury Patrick Gremaud (org.). 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

CHAHAD, J. P. Z. Mercado de trabalho: conceitos, definições e funcionamento. **Manual de Economia.** Amaury Patrick Gremaud (org.). 5. ed. São Paulo: Saraiva, 2004.

FERREIRA, S.; VELOSO, F. A escassez de educação. **Economia Brasileira e Contemporânea.** Fábio Giambiagi. 2. reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

FISHLOW, A. Brazilian size distribution of income. **American Economic Review,** 1972.

_____. Distribuição de renda no Brasil: um novo exame. **Dados,** v. 11, 1973.

HOFFMANN, R. Desigualdade da distribuição da renda no Brasil: a contribuição de aposentadorias e pensões e de outras parcelas do rendimento domiciliar per capita. **Economia e Sociedade,** abr./2009.

HOFFMANN, R.; LEONE, E. A participação da mulher no mercado de trabalho e desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil: 1981 – 2002. **Nova Economia,** mai.-ago./2004.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios.** Rio de Janeiro, IBGE: 2014, 2013, 2012, 2011, 2009, 2008, 2007, 2006, 2005, 2004, 2003, 2002, 2001, 1999, 1998, 1997, 1996 e 1995.

_____. **Censo demográfico do Brasil.** Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

_____. **Síntese de indicadores sociais.** 2014. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em: 13 jul. 2016.

JANE, B. R. **Percepção de sucesso na carreira da mulher executiva brasileira.** [Dissertação de Mestrado, Universidade Municipal de São Caetano do Sul]. São Caetano do Sul, 2013.

LAM, D.; LEVINSON, D. Idade, experiência, escolaridade e diferenciais de renda: Estados Unidos e Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, 1990.

LANGONI, C. Distribuição de renda e desenvolvimento econômico no Brasil. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1973.

LEONE, E. T. Renda familiar e trabalho da mulher na região metropolitana de São Paulo nos anos 80 e 90. In: BALTAR DA ROCHA, M. I. (org.). **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios.** São Paulo: Ed. 34, 2000.

LETELIER, M. E. G. Escolaridade e inserção no mercado de trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, n. 107, jun./1999.

LIMA, G. S. **Os desafios da carreira da mulher executiva no Brasil.** [Dissertação de Mestrado – UFMG]. Belo Horizonte, 2009.

MARX, Karl. **O 18 Brumário de Luís Bonaparte.** Tradução de Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL. Do bolsa família ao brasil sem miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca da superação da pobreza extrema. **Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento e o Governo do Brasil**, nov./2013.

NONATO, F. et al. O perfil da força de trabalho brasileira: trajetórias e perspectivas. **Nova Economia**, mai-ago/2004.

PIKETTY, Thomas. **A economia da desigualdade.** Tradução de André Telles. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2015.

_____. **O capital no século XXI.** Tradução de Monica B. de Bolle. 1. ed. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2014.

PROBST, E. **A evolução da mulher no mercado de trabalho.** Instituto Catarinense de Pós-Graduação (ICPG), 2002. Disponível em: <www.icpg.com.br>. Acesso em: 06 set. 2016.

RAMOS, C. A. **Economia do trabalho: modelos teóricos e o debate no Brasil.** Curitiba, PR: CRV, 2012.

RAMOS, L.; SOARES, A. L. **Participação da mulher na força de trabalho e pobreza no Brasil.** (Texto para Discussão, 350). IPEA, out/1994.

RAMOS, L.; MENDONÇA, R. Pobreza e desigualdade de renda no Brasil. **Economia Brasileira e Contemporânea.** Fábio Giambiagi. 2. Reimpressão. Rio de Janeiro: Elsevier, 2005.

RAMOS, M. et al. Mulheres no mercado de trabalho. **Revista Científica Integrada**, n. 4, São Paulo, 2014. Disponível em: <www.unaerp.br>. Acesso em: 04 set. 2016.

SANDRONI, P. **Dicionário de economia do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SANTOS, A. M. C. **Liderança no feminino**: um estudo de caso. [Dissertação de Mestrado - Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade de Coimbra]. Coimbra, 2012.

SEDLACK, G. L.; SANTOS, E. C. A mulher cônjuge no mercado de trabalho como estratégia de geração de renda familiar. (Texto para Discussão, 209). IPEA, fev/1990.

SOARES, S.; IZAKI, R. **A participação feminina no mercado de trabalho**. (Texto para Discussão, 923). IPEA, dez/2002.

STIGLITZ, J. E. **O preço da desigualdade**. 1. ed. Lisboa: Bertrand, 2013.

WURMAN, R. S. **Ansiedade de informação**: como transformar informação em compreensão. 1. ed. São Paulo: Cultura Editores Associados, 1999.

ANEXO A

1. As bases estatísticas do Brasil e a importância das pesquisas domiciliares

O sistema de pesquisas domiciliares foi implantado no Brasil a partir de 1967, com a criação da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – PNAD, e tem como finalidade “[...] a produção de informações básicas para o estudo do desenvolvimento socioeconômico do País.”⁴² (CHAHAD, 2004). Trata-se de um sistema de pesquisas por amostra de domicílios, conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que, por ter propósitos múltiplos, investiga diversas características socioeconômicas e demográficas.

Conforme o IBGE:

[...] a PNAD investiga anualmente, de forma permanente, características gerais da população, de educação, trabalho, rendimento e habitação e outras, com periodicidade variável, de acordo com as necessidades de informação para o País, como as características sobre migração, fecundidade, nupcialidade, saúde, segurança alimentar, entre outros temas. O levantamento dessas estatísticas constitui, ao longo dos 48 anos de realização da pesquisa, um importante instrumento para formulação, validação e avaliação de políticas orientadas para o desenvolvimento socioeconômico e a melhoria das condições de vida no Brasil.⁴³ (IBGE, 2015, p.01).

Chahad (2004) acrescenta que a PNAD teve início no segundo trimestre de 1967, sendo implantada progressivamente no Brasil. Desde sua origem, seus resultados foram apresentados com periodicidade trimestral até o primeiro trimestre de 1970. A partir de 1971, os levantamentos passaram a ser anuais com realização no último trimestre. A PNAD foi interrompida para a realização dos Censos Demográficos 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010. Em 1974-1975 foi levada a efeito uma pesquisa especial, denominada Estudo Nacional da Despesa Familiar (ENDEF) e, durante a sua realização, o levantamento básico da PNAD foi interrompido. Em 1994, por razões excepcionais, não foi realizado o levantamento da PNAD. (CHAHAD, 2004).

Conforme Ramos,

[...] o objetivo original da PNAD foi produzir, além do levantamento corriqueiro sobre quesitos demográficos, de emprego e desemprego, etc., um suplemento que cobrisse um tema específico (educação, previdência, saúde, etc.). (RAMOS, 2012, p. 99).

⁴² IBGE (2015).

⁴³ IBGE (2015).

Atualmente é um levantamento anual que se tornou, com sua consolidação no tempo, o principal referencial das pesquisas sobre o mercado de trabalho e seus resultados alimentam análises mais estruturais que conjunturais (RAMOS, 2012, p. 100).

Para o ano de 2014, conforme informações disponibilizadas pelo IBGE⁴⁴, a amostra da PAND foi composta por 362.627 pessoas entrevistadas, localizadas em todas as unidades da federação. A composição da amostra da Unidade da Federação inclui as Regiões Metropolitanas e as áreas urbanas e rurais.

Segundo Ramos e Mendonça (2012), a disponibilidade de uma pesquisa anual de amostras domiciliares, além de questionários especiais sobre migração e mobilidade de educação, dentre outros temas, contribuiu significativamente para o desenvolvimento das pesquisas relacionadas relativas aos fatores da desigualdade de renda no Brasil. (RAMOS; MENDONÇA, 2012).

A PNAD possibilita ao IBGE utilizá-la como principal de fonte de informação para construção de indicadores, a exemplo da Síntese de Indicadores Sociais – uma análise das condições de vida da população brasileira, publicado em 2014. Nesta síntese são apresentados indicadores relacionados os seguintes aspectos: demográficos, famílias, educação, trabalho, distribuição de renda e domicílios.

A estrutura da PNAD, conforme Ramos (2012), “[...] pode ser dividida em dois grandes blocos: um sobre questões referentes a domicílios e outro que abrange os indivíduos”. (RAMOS, 2012, p. 101). As questões relacionadas aos domicílios têm como unidade de pesquisa a unidade domiciliar e os quesitos levantados visam caracterizá-la em aspectos tais como: tipo de domicílio (casa, apartamento, cômodo, etc.); material predominante nas paredes externas; número de cômodos, se o domicílio é próprio ou alugado, etc.; se o domicílio tem água canalizada; se tem banheiro ou sanitário; se tem esgoto, se tem telefone; etc. (RAMOS, 2012).

O outro bloco diz respeito aos dados referentes às pessoas. Nesse são pesquisadas questões vinculadas às características do indivíduo (sexo, idade, condição na família, raça, etc.), sua inserção no núcleo familiar (chefe ou pessoa de referência, cônjuge, filho, etc.), ocupação e rendimentos oriundos do trabalho (se está ocupado, se procurou trabalho, rendimentos, tipo de inserção no mercado de trabalho, etc.), outros rendimentos (aposentadoria, juros, etc.).

⁴⁴ Conforme a Síntese de Indicadores de 2014 – PNAD. IBGE (2015).

A pesquisa básica é constituída por esses dois blocos e periodicamente contempla um questionário especial ou suplemento, que trata de temas específicos. Esses suplementos tratam de temas abordados na PNAD, alguns de forma mais aprofundada, sendo de singular importância para o acompanhamento da trajetória de aspectos relativos a questões demográficas, mercado de trabalho, políticas públicas, etc. (RAMOS, 2012).

Conforme o IBGE (2015), algumas questões da PNAD foram incorporadas ao longo do tempo e já fazem parte do seu corpo permanente. A título de exemplo, o quesito sobre raça foi levantado desde 1987. No que se refere a domicílios, o quesito sobre a existência de rádio e televisão foi contemplado a partir de 1988 e hoje estão incluídas questões referentes a telefone, celular, freezer, microcomputador e acesso à *Internet*. Assim, demandas sociais ou sobre desenvolvimento tecnológico e de consumo levam a mudanças no corpo principal, tanto na parte relacionada a domicílios como na de indivíduos.

De acordo com Ramos (2012) e o IBGE⁴⁵, desde a criação da PNAD, foram publicados os seguintes suplementos: 1981 (saúde); 1982 (educação); 1983 (mão-de-obra e previdência); 1984 (fecundidade); 1985 (situação do menor); 1986 (anticoncepção, acesso a serviços de saúde, suplementação alimentar e associativismo); 1988 (participação político-social); 1989 (trabalho); 1990 (trabalho); 1992/93/95 (migração, casamento e fecundidade); 1994 (mobilidade social); 1998 (saúde); 2001 (trabalho infantil); 2003 (acesso e utilização de serviços de saúde); 2004 (segurança alimentar; aspectos complementares de educação e acesso a transferências de renda de programas sociais); 2005 (acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal); 2006 (acesso a transferências de renda de programas sociais; aspectos complementares de educação, afazeres domésticos e trabalho infantil); 2007 (aspectos complementares da educação de jovens e adultos e educação profissional); 2008 (um panorama da saúde no Brasil - acesso e utilização dos serviços, condições de saúde e fatores de risco e proteção à saúde 2008; acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2008); 2009 (características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil; segurança alimentar 2004/2009); 2011 (acesso à Internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2011); 2013 (acesso à internet e à televisão e posse de telefone

⁴⁵ No *site* do IBGE (www.ibge.gov.br) constam os suplementos publicados a partir de 2001.

móvel celular para uso pessoal 2013; segurança alimentar 2013); 2014 (acesso ao Cadastro Único para programas sociais do Governo Federal e a programas de inclusão produtiva 2014; acesso à internet e à televisão e posse de telefone móvel celular para uso pessoal 2014).

No Quadro 1 são apresentadas as populações abrangidas pela PNAD, desde a sua criação à última pesquisa realizada (1967-2014).

Quadro 1 - Populações abrangidas pela PNAD

Quadro 1 - Populações abrangidas nos temas básicos da PNAD - 1967/2014

Ano	Habitação	Aspectos demográficos	Educação	Trabalho e rendimento	Ano
1967 a 1970	Todos os domicílios	Todas as pessoas	Pessoas de 5 anos ou mais de idade	Pessoas de 14 anos ou mais de idade	1967 a 1970
1971 a 1993				Todas as pessoas	Pessoas de 10 anos ou mais de idade
1995 a 1999			Pessoas de 5 anos ou mais de idade		
2001					Pessoas de 10 anos ou mais de idade
2002 a 2014			2002 a 2014		

Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de Trabalho e Rendimento, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 1967/2014.

A seguir, transcrevemos os principais conceitos e critérios utilizados na pesquisa do IBGE para a PNAD 2014.

2. Valor do salário-mínimo em setembro de 2014

O salário-mínimo era de R\$ 724,00 (setecentos e vinte quatro reais).

3. Períodos de captação e referência

As informações da PNAD retratam situações em determinados intervalos de tempo, previamente definidos, que são denominados períodos de captação e de referência.

Os períodos de captação são intervalos de tempo utilizados na investigação de informações para a pesquisa.

Os períodos de referência são intervalos de tempo a que se reportam os resultados preparados para divulgação ou estudos específicos.

a) Período de captação de 23 dias

O período de captação de 23 dias foi definido como sendo de 29 de agosto a 20 de setembro de 2014.

b) Período de captação de 30 dias

O período de captação de 30 dias foi definido como sendo de 30 de julho a 28 de agosto de 2014.

c) Período de captação de 305 dias

O período de captação de 305 dias foi definido como sendo de 28 de setembro de 2013 a 29 de julho de 2014.

d) Período de captação de 358 dias

O período de captação de 358 dias foi definido como sendo de 28 de setembro de 2013 a 20 de setembro de 2014.

e) Período de captação de menos de 4 anos

O período de captação de menos de 4 anos foi definido como sendo de 28 de setembro de 2009 a 27 de setembro de 2013.

f) Semana de referência

A semana de referência foi definida como sendo de 21 a 27 de setembro de 2014.

g) Último dia da semana de referência

O último dia da semana de referência foi definido como sendo em 27 de setembro de 2014. As idades são calculadas em relação a essa data.

h) Data há 5 anos do último dia da semana de referência

A data há 5 anos do último dia da semana de referência foi definida como sendo em 27 de setembro de 2009.

i) Mês de referência

O mês de referência foi definido como sendo em setembro de 2014.

j) Período de referência de 365 dias

O período de referência de 365 dias foi definido como sendo de 28 de setembro de 2013 a 27 de setembro de 2014.

k) Primeiro dia do período de referência de 365 dias

O primeiro dia do período de referência de 365 dias foi definido como sendo em 28 de setembro de 2013

4. Dados disponíveis

- **Pesquisa Básica - 2001 a 2014**
- **Síntese de Indicadores - 2005 a 2006**
- **Suplemento Trabalho Infantil - 2001**
- **Suplemento Aspectos Complementares de Educação - 2004**
- **Suplemento Acesso a Transferências de Renda de Programas Sociais - 2004**
- **Suplemento Segurança Alimentar - 2004**
- **Suplemento Acesso e Utilização de Serviços de Saúde - 2003/2008**
- **Suplemento Acesso à Internet e à Televisão e Posse de Telefone Móvel Celular para Uso Pessoal - 2013**

5. Notas

- a) os dados da Pesquisa Básica foram reponderados pela revisão 2008 das projeções populacionais, incluindo a tendência 2000-2010. Vide nota técnica no site da pesquisa;
- b) os dados do “Suplemento Acesso e Utilização de Serviços de Saúde” já estão tabulados no SIDRA utilizando a estrutura de pesos calculada com base no suplemento “Contagem da População 2007” do IBGE;⁴⁶
- c) os resultados de 2005 foram revistos em decorrência de ter sido constatado que os pesos utilizados originalmente para expansão dos dados desse ano foram calculados utilizando estimativas populacionais com deslocamento temporal de menos um mês em relação à data de

⁴⁶ IBGE (2015).

referência da PNAD, ocasionando uma subestimativa nos valores apresentados. Para o total da população residente no País, a diferença entre a estimativa original e a nova é da ordem de 200.000 pessoas.

6. Conceitos e definições da PNAD

Os conceitos e definições relacionados abaixo se referem às variáveis da PESQUISA NACIONAL POR AMOSTRA DE DOMICÍLIOS-PNAD - que foram utilizadas no presente trabalho.

As informações referentes à precisão da amostra bem como suas estimativas encontram-se descritas nas publicações anuais da PNAD.

Atividade

A classificação da atividade do empreendimento foi obtida através da finalidade ou do ramo de negócio da organização, empresa ou entidade para a qual a pessoa trabalhava. Para os trabalhadores por conta própria a classificação foi feita de acordo com a ocupação exercida.

Características gerais – Idade

A investigação da idade foi feita através da pesquisa do dia, mês e ano de nascimento da pessoa ou da idade presumida da pessoa que não soubesse a data de nascimento. A idade foi calculada em relação à data de referência. As pessoas que não declararam a data de nascimento nem a idade presumida foram reunidas no grupo "idade ignorada".

Características de instrução - Anos de estudo

A classificação segundo os anos de estudo foi obtida em função da série e do grau que a pessoa estava frequentando ou havia frequentado, considerando a última série concluída com aprovação. A correspondência foi feita de forma que cada série concluída com aprovação correspondeu a um ano de estudo. A contagem dos anos de estudo teve início em um ano, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de primeiro grau ou elementar; em cinco anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de médio primeiro ciclo; em nove anos de estudo, a partir da primeira série concluída com aprovação de curso de segundo grau ou de médio segundo ciclo; e em 12 anos de estudo, a partir da

primeira série concluída com aprovação de curso superior. As pessoas que não declararam a série e o grau ou com informações incompletas ou que não permitissem a sua classificação foram reunidas no grupo de anos de estudo não determinados ou sem declaração.

Características de trabalho e rendimento – Trabalho

Considerou-se como trabalho em atividade econômica o exercício de:

- a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) na produção de bens e serviços;
- b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.) no serviço doméstico;
- c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, desenvolvida durante pelo menos uma hora na semana:
 - em ajuda a membro da unidade domiciliar que tivesse trabalho como: empregado na produção de bens primários (que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;
 - em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou
 - como aprendiz ou estagiário.
- d) ocupação desenvolvida, durante pelo menos uma hora na semana:
 - na produção de bens, do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou
 - na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Portanto, no conceito de trabalho caracterizam-se as condições de:

- trabalho remunerado (itens a e b);
- trabalho não remunerado (item c); e

- trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso (item d).

Categoria do emprego

Os empregados, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada; militares e funcionários públicos estatutários; e outros.

A categoria dos militares e funcionários públicos estatutários foi constituída pelos militares do Exército, Marinha de Guerra e Aeronáutica, inclusive as pessoas que estavam prestando o serviço militar obrigatório, e pelos empregados regidos pelo Estatuto dos Funcionários Públicos (federais, estaduais e municipais ou de autarquias).

Os trabalhadores domésticos, quanto à categoria do emprego, foram classificados em: com carteira de trabalho assinada e sem carteira de trabalho assinada.

Contribuição para instituto de previdência

Foi pesquisado se as pessoas contribuía para instituto de previdência federal, estadual ou municipal no trabalho principal, no secundário e em pelo menos um dos demais trabalhos que tinham na semana de referência.

Condição de ocupação

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de ocupação na semana de referência, em ocupadas e desocupadas.

a) Pessoas ocupadas

Foram classificadas como ocupadas na semana de referência as pessoas que tinham trabalho durante todo ou parte desse período. Incluíram-se, ainda, como ocupadas as pessoas que não exerceram o trabalho remunerado que tinham no período especificado por motivo de férias, licença, greve, etc.

b) Pessoas desocupadas

Foram classificadas como desocupadas as pessoas sem trabalho que tomaram alguma providência efetiva de procurar trabalho na semana de referência.

Condição de Atividade

As pessoas foram classificadas, quanto à condição de atividade na semana de referência, em economicamente ativas e não economicamente ativas.

a) Pessoas economicamente ativas

As pessoas economicamente ativas, na semana de referência, compuseram-se das pessoas ocupadas e desocupadas nesse período.

b) Pessoas não economicamente ativas

Foram definidas como não economicamente ativas, na semana de referência, as pessoas que não foram classificadas como ocupadas nem desocupadas nesse período.

Cor ou Raça - característica declarada pelas pessoas de acordo com as seguintes opções: branca, preta, amarela, parda ou indígena.

Domicílio com água tratada – domicílio particular permanente servido por água canalizada proveniente de rede geral de abastecimento, com distribuição interna para um ou mais cômodos (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Domicílio com esgoto ligado à rede coletora (ou fossa séptica) – domicílio particular permanente em que o escoadouro do banheiro ou sanitário de uso dos seus moradores é ligado à rede coletora ou à fossa séptica.

Domicílio particular - moradia de uma pessoa ou de um grupo de pessoas, onde o relacionamento é ditado por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência. O domicílio particular é classificado como permanente quando localizado em unidade que se destina a servir de moradia (casa, apartamento e cômodo) (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Empregado - pessoa que trabalha para empregador, cumprindo jornada de trabalho e recebendo remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou somente em benefícios (moradia, alimentação, roupas, etc.), inclusive a que presta serviço militar

obrigatório, sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Empregador - pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica, com pelo menos um empregado (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Não remunerado - pessoa que trabalha sem remuneração, pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar que é conta-própria ou empregador em qualquer atividade, ou empregado em atividade da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Esperança de vida ao nascer - número médio de anos que um recém-nascido esperaria viver se estivesse sujeito a uma lei de mortalidade.

Família - conjunto de pessoas ligadas por laços de parentesco, dependência doméstica ou normas de convivência, residente na mesma unidade domiciliar, ou pessoa que mora só em uma unidade domiciliar. Entende-se por dependência doméstica a relação estabelecida entre a pessoa de referência e os empregados domésticos e agregados da família, e por normas de convivência as regras estabelecidas para o convívio de pessoas que moram juntas, sem estarem ligadas por laços de parentesco ou dependência doméstica. Consideram-se como famílias conviventes as constituídas de, no mínimo, duas pessoas cada uma, que residam na mesma unidade domiciliar (domicílio particular ou unidade de habitação em domicílio coletivo) (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Índice de Gini - medida do grau de concentração de uma distribuição, cujo valor varia de zero (perfeita igualdade) até um (a desigualdade máxima).

Nota. Os dados na tabela se referem à distribuição do rendimento mensal das pessoas de 10 anos ou mais de idade, com rendimento.

Número de trabalhos

Pesquisou-se o número de trabalhos, ou seja, em quantos empreendimentos a pessoa teve trabalho na semana de referência. Definiu-se como empreendimento a empresa, a instituição, a entidade, a firma, o negócio, etc., ou, ainda, o trabalho sem estabelecimento, desenvolvido individualmente ou com ajuda de outras pessoas (empregados, sócios, ou trabalhadores não remunerados).

O trabalho na produção para o próprio consumo ou na construção para o próprio uso somente foi contado para a pessoa que não houvesse tido qualquer outro trabalho remunerado ou sem remuneração, na semana de referência.

a) Trabalho principal da semana de referência

Considerou-se como trabalho principal da semana de referência o único trabalho que a pessoa teve nesse período.

Para a pessoa que teve mais de um trabalho, ou seja, para a pessoa ocupada em mais de um empreendimento na semana de referência, adotaram-se os seguintes critérios, obedecendo a ordem enumerada, para definir o principal desse período:

1º) O trabalho da semana de referência, no qual teve maior tempo de permanência, no período de referência de 365 dias, foi considerado como principal;

2º) Em caso de igualdade no tempo de permanência, no período de referência de 365 dias, considerou-se como principal o trabalho remunerado da semana de referência ao qual a pessoa normalmente dedicava maior número de horas semanais. Este mesmo critério foi adotado para definir o trabalho principal da pessoa que, na semana de referência, teve somente trabalhos não remunerados e que apresentaram o mesmo tempo de permanência no período de referência de 365 dias; e

3º) Em caso de igualdade, também, no número de horas trabalhadas, considerou-se como principal o trabalho da semana de referência que normalmente proporcionava maior rendimento.

População Economicamente Ativa (PEA) - é composta pelas pessoas de 10 a 65 anos de idade que foram classificadas como ocupadas ou desocupadas na semana de referência da pesquisa.

Posição na ocupação - foram definidas oito categorias de posição na ocupação:

a) Empregado - pessoa que trabalhava para um empregador (pessoa física ou jurídica), geralmente obrigando-se ao cumprimento de uma jornada de trabalho e recebendo em contrapartida uma remuneração em dinheiro, mercadorias, produtos ou benefícios (moradia, comida, roupas, etc.). Nesta categoria incluiu-se a pessoa que prestava o serviço militar obrigatório e, também, o sacerdote, ministro de igreja, pastor, rabino, frade, freira e outros clérigos;

b) Trabalhador doméstico - pessoa que trabalhava prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares;

c) Conta-própria - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, sozinha ou com sócio, sem ter empregado e contando, ou não, com a ajuda de trabalhador não remunerado;

d) Empregador - pessoa que trabalhava explorando o seu próprio empreendimento, com pelo menos um empregado;

e) Trabalhador não remunerado membro da unidade domiciliar - pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, em ajuda a membro da unidade domiciliar, que era empregado na produção de bens primários ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador;

f) Outro trabalhador não remunerado - pessoa que trabalhava sem remuneração, durante pelo menos uma hora na semana, como aprendiz ou estagiário ou em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo;

g) Trabalhador na produção para o próprio consumo - pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na produção de bens do ramo, que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; e

h) Trabalhador na construção para o próprio uso - pessoa que trabalhava, durante pelo menos uma hora na semana, na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias (exceto as obras destinadas unicamente à reforma) para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar.

Para efeito de divulgação, em todas as tabelas que apresentam a classificação por posição na ocupação, as categorias trabalhador não remunerado, membro da unidade domiciliar, e outro trabalhador não remunerado foram reunidas em uma única, que recebeu a denominação de não remunerado.

Procura de trabalho

Definiu-se como procura de trabalho a tomada de alguma providência efetiva para conseguir trabalho, ou seja, o contato estabelecido com empregadores; a prestação de concurso; a inscrição em concurso; a consulta à agência de emprego, sindicato ou órgão similar; a resposta a anúncio de emprego; a solicitação de trabalho a parente, amigo, colega ou através de anúncio; a tomada de medida para iniciar negócio; etc.

Razão de sexo - razão entre o número de homens e o número de mulheres em uma população.

Razão de dependência - peso da população considerada inativa (0 a 14 anos e 65 anos e mais de idade) sobre a população potencialmente ativa (15 a 64 anos de idade).

Rede coletora - quando a canalização das águas servidas ou dos dejetos é ligada a um sistema de coleta que os conduz para o desaguadouro geral da área, região ou município, mesmo que o sistema não tenha estação de tratamento da matéria esgotada; fossa séptica - quando as águas servidas e os dejetos são esgotados para uma fossa, onde passam por um tratamento ou decantação, sendo a parte líquida absorvida no próprio terreno ou canalizada para um desaguadouro geral da área, região ou município (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Rendimento mensal de trabalho

Considerou-se como rendimento mensal de trabalho:

- a) para os empregados - a remuneração bruta mensal a que normalmente teriam direito ou, quando o rendimento era variável, a remuneração média mensal, referente ao mês de setembro de 1997; e
- b) para os empregadores e conta-própria - a retirada mensal ou, quando o rendimento era variável, a retirada média mensal, referente ao mês de setembro de 1997.

Pesquisou-se o valor do rendimento em dinheiro e em produtos ou mercadorias, provenientes do trabalho principal, do trabalho secundário e dos demais trabalhos que a pessoa tinha na semana de referência, não sendo investigado o valor da produção para consumo próprio.

Os empregados e trabalhadores domésticos que recebiam apenas alimentação, roupas, medicamentos, etc. (benefícios), à guisa de rendimento de trabalho, foram incluídos no grupo "sem rendimento".

Rendimento mensal

A soma do rendimento mensal de trabalho com o proveniente de outras fontes constituiu o rendimento mensal apresentado para as pessoas de 10 anos ou mais de idade e para as economicamente ativas. O rendimento mensal apresentado para as pessoas não economicamente ativas foi o oriundo de outras fontes.

Rendimento mensal - soma do rendimento mensal de trabalho com o rendimento proveniente de outras fontes (PNAD, 1990,1992,1993,1995).

Rendimento mensal familiar - soma dos rendimentos mensais dos componentes da família, exclusive os das pessoas cuja condição na família fosse pensionista, empregado doméstico ou parente do empregado doméstico.

Situação do domicílio

A classificação da situação do domicílio é urbana ou rural, segundo a área de localização do domicílio, e tem por base a legislação vigente por ocasião da

realização do Censo Demográfico 1991. Como situação urbana consideram-se as áreas correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange toda a área situada fora desses limites. Este critério é, também, utilizado na classificação da população urbana e rural.

Taxa média geométrica de crescimento anual da população - incremento médio

anual da população, medido pela expressão $i = \sqrt[n]{\frac{P(t+n)}{P(t)}}$ sendo $P(t+n)$ e $P(t)$ populações correspondentes a duas datas sucessivas, e n o intervalo de tempo entre essas datas, medido em ano e fração de ano.

Taxa de urbanização - percentagem da população da área urbana em relação à população total.

Taxa de fecundidade total - número médio de filhos que teria uma mulher de uma coorte hipotética (15 e 49 anos de idade) ao final de seu período reprodutivo.

Taxa de mortalidade infantil - frequência com que ocorrem os óbitos infantis (menores de um ano) em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas.

Taxa de mortalidade de menores de 5 anos - frequência com que ocorrem os óbitos de crianças antes de completar 5 anos de idade em uma população, em relação ao número de nascidos vivos em determinado ano civil. Expressa-se para cada mil crianças nascidas vivas.

Trabalho - exercício de: a) ocupação remunerada em dinheiro, produtos, mercadorias ou em benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., na produção de bens e serviços; b) ocupação remunerada em dinheiro ou benefícios, como moradia, alimentação, roupas etc., no serviço doméstico; c) ocupação sem remuneração na produção de bens e serviços, exercida durante pelo menos uma hora na semana: em ajuda a membro da unidade domiciliar que tem trabalho como empregado na produção de bens primários (atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal ou mineral, caça, pesca e piscicultura), conta-própria ou empregador; em ajuda a instituição religiosa, beneficente ou de cooperativismo; ou como aprendiz ou estagiário; d) ocupação exercida durante pelo menos uma hora na

semana: na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e piscicultura, destinados à própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar; ou na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente à reforma, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar. (PNAD 1992, 1993, 1995, 1996) Este conceito é mais abrangente que o adotado até 1990 na PNAD. Até 1990, o conceito de trabalho não abrangia o trabalho não remunerado exercido durante menos de 15 horas na semana nem o trabalho na produção para o próprio consumo e na construção para o próprio uso.

Taxa de atividade - percentagem das pessoas economicamente ativas, em relação às pessoas de 10 ou mais anos de idade.

Taxa de desocupação (ou desemprego aberto) - percentagem das pessoas desocupadas, em relação às pessoas economicamente ativas.

Trabalhador doméstico - pessoa que trabalha prestando serviço doméstico remunerado em dinheiro ou benefícios, em uma ou mais unidades domiciliares. (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Conta-própria - pessoa que trabalha em seu próprio empreendimento, explorando uma atividade econômica sem ter empregados, individualmente ou com sócio, com auxílio ou não de trabalhador não remunerado (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Trabalhador na construção para o próprio uso - pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na construção de edificações, estradas privadas, poços e outras benfeitorias, exceto as obras destinadas unicamente às reformas, para o próprio uso de pelo menos um membro da unidade domiciliar. (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Trabalhador na produção para o próprio consumo - pessoa que trabalha pelo menos uma hora na semana na produção de bens do ramo que compreende as atividades da agricultura, silvicultura, pecuária, extração vegetal, pesca e

piscicultura, para a própria alimentação de pelo menos um membro da unidade domiciliar (PNAD, 1992, 1993, 1995, 1996).

Taxa de analfabetismo - percentagem das pessoas analfabetas* de um grupo etário, em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.

(*) Analfabeta - pessoa que não sabe ler e escrever um bilhete simples no idioma que conhece.

Taxa de escolarização - percentagem dos estudantes de um grupo etário em relação ao total de pessoas do mesmo grupo etário.